UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS CURITIBA

ACIR BATISTA MOREIRA

DA ORIGEM À QUEDA DA INDÚSTRIA DA MADEIRA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA-PR: PARA ONDE FORAM OS/AS TRABALHADORES/AS?

CURITIBA
2021

ACIR BATISTA MOREIRA

DA ORIGEM À QUEDA DA INDÚSTRIA DA MADEIRA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA-PR: PARA ONDE FORAM OS/AS TRABALHADORES/AS?

FROM THE ORIGIN TO THE FALL OF THE WOOD INDUSTRY IN THE MUNICIPALITY OF UNIÃO DA VITÓRIA-PR: WHERE DID THE WORKERS GO?

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Campus Curitiba

Orientadora: Profª Dra. Marilene Zazula Beatriz

CURITIBA
2021

4.0 Internacional
https://br.creativecommons.net/licencas/

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es). Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Campus Curitiba

ACIR BATISTA MOREIRA

DA ORIGEM À QUEDA DA INDÚSTRIA DA MADEIRA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA PR: PARA ONDE FORAM OS/AS TRABALHADORES/AS?

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 17 de Dezembro de 2021

Prof.a Marilene Zazula Beatriz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Armindo Jose Longhi, Doutorado - Universidade Estadual do Paraná (Unespar)

Prof Domingos Leite Lima Filho, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Gilson Leandro Queluz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 17/12/2021.

Dedico esta Dissertação ao meu pai, Benvindo, à minha mãe, Maria de Lourdes (*in memorian*), às minhas irmãs Glaci (*in memorian*), Valmira (*in memorian*), Anair e Dirce, aos meus irmãos, João (*in memorian*), Alvir (*in memorian*) Adir, Osni e Dirceu. E minha dedicação com muito amor às minhas filhas Mariana e Marina e ao meu filho Mateus.

AGRADECIMENTOS

Não seria possível tornar-me Mestre sem a participação de muita gente que caminhou comigo de alguma forma nestes tempos de estudos. Foram pessoas que compartilharam ensinamentos, que dividiram afetos e incentivos. A todos e a todas esses, os meus mais sinceros agradecimentos.

À professora Dra. Marilene Zazula Beatriz, minha Orientadora, o meu profundo respeito e minha admiração pela forma ética e profissionalismo com que me orientou e minha gratidão pela paciência, pelo apoio e pelo carinho quando mais precisei.

Aos Professores e amigos Professor Dr. Gilson Queluz, Professor Dr. Domingos Leite Lima Filho e Professor Dr. Armindo José Longhi minha eterna gratidão pela disposição em me orientar com precisão e por participar das Bancas de Qualificação e de Defesa da minha Dissertação.

Aos demais professores e professoras do PPGTE de cujas fontes bebi no decorrer das aulas, meus sinceros agradecimentos.

À Coordenadora do PPGTE, Professora Dra. Maria Sara Lima Dias, pela compreensão nos dias difíceis de pandemia e, por todo apoio recebido, muitíssimo obrigado.

Aos funcionários e funcionárias do Departamento do PPGTE e da Biblioteca da UTFPR, grato pela disposição nos trabalhos prestados e pelo respeito dispensado.

Aos admiráveis colegas de salas de aulas com quem tive a oportunidade de dividir os ensinamentos e compartilhar momentos agradáveis, meu muito obrigado.

Agradecimento especial à Roberta, à Juliana, à Rosanna, à Lourença, à Rayane, à Jane, à Michele, à Aline, ao Flávio, ao Ronnie, que além da amizade disponibilizaram tempo de apoio técnico para a construção desta pesquisa. A vocês, meu eterno carinho, gratidão e admiração.

Meus sinceros agradecimentos à Salete, à Susana, ao Edson, ao Idemar e ao Cláudio, queridos/as amigos/as que participaram da bola de neve ao apresentarem os/as trabalhadores/as, narradores/as para as entrevistas.

À Eliane e à Delamar, pela contribuição nas informações conceituais, minha gratidão.

Aos/as sujeitos entrevistados/as, pela disponibilidade e pelo tempo que dispuseram, bem como pelas informações prestadas com a maior cortesia, meu respeito e minha admiração e muito obrigado.

À Neusa Regina, mãe do meu filho pelo apoio nos momentos necessários, meu muito obrigado.

Por fim, às minhas filhas queridas Mariana e Marina e ao meu querido filho Mateus, com quem aprendo todos os dias e que além de entenderem minha ausência, apoiaram em todos os sentidos para que esta pesquisa se realizasse. É por vocês que coloco o coração nesta Dissertação. Gratidão eterna.

RESUMO

MOREIRA, Acir Batista. **Da origem à queda da indústria da madeira no município de União da Vitória-PR: para onde foram os/as trabalhadores/as?** 2021. 134 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

Vários fatores podem ser apontados sobre a crise de trabalho nestes últimos vinte anos, dentre eles: o desenvolvimento tecnológico excludente como elemento fundamental do projeto neoliberal, tido como filosofia do processo de internacionalização da economia e a crise econômica global que teve início nos países do Norte da América e na Europa no final da primeira década do século XXI, se estendendo por todos os continentes. Em nível periférico, a crise econômica, em algumas regiões brasileiras como União da Vitória, no Sul do Paraná, teria se agravada por conta de outros fatores como: a mudança nos meios de transporte ferroviário para o rodoviário dos produtos da região e a escassez de madeira nativa. Esses fatores podem ter contribuído para levar ao declínio as indústrias da madeira, deixando, os/as trabalhadores/as sem seus postos de trabalho. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi compreender, por meio da História Oral, a história dos/as trabalhadores/as que vivenciaram o encerramento das atividades das indústrias madeireiras, localizadas em União da Vitória, no Estado do Paraná, no período de 1990 a 2010. Para analisar esse fenômeno, realizou-se uma pesquisa qualitativa na perspectiva materialista dialética histórica, tendo a história oral como abordagem metodológica. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica sobre a Relação Estrada de Ferro, Guerra do Contestado, Madeireiras; o Trabalho e a Tecnologia. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas com cinco trabalhadores/as de duas das madeireiras que encerraram suas atividades. Os dados coletados respeitaram as fases 1, 2, 3 e 4 da História Oral que correspondem a gravação, a transcrição e a textualização das entrevistas. O tratamento dos dados foi realizado por meio de uma análise descritiva-interpretativa. Como principais conclusões têm-se que: as histórias dos/as trabalhadores/as, ainda que carregadas de singularidades, apresentaram elementos comuns aos demais trabalhadores/as, como a vivência de um período de desestabilização de seus postos de trabalho, bem como as dificuldades em se estabilizar em outros. Para eles/as, as principais razões para o encerramento das atividades das madeireiras foram: a má administração; empresas pertencentes a grupos familiares; falta de investimentos em tecnologias; a enchente de 1983; a desvalorização do dólar e a dificuldade em extrair madeiras nativas. Com relação à tecnologia, os/as entrevistados/as não apresentaram os artefatos como aliados, mas como conflitos em relação à obsolescência, à redução de postos de trabalho e às escolhas das quais eles/as não participaram. De forma geral, as demissões causaram sérias dificuldades na retomada de trabalho, bem como impactaram negativamente na economia da cidade. São histórias de homens e mulheres, de famílias que se alimentaram da produção de suas mãos e que, em dado momento viram suas estruturas sociais balançarem e suas histórias mudarem de rumo.

Palavras-chave: tecnologia; trabalho; madeireiras.

ABSTRACT

MOREIRA, Acir Batista. **From the Origin to the Fall of the Wood Industry in the Municipality of União da Vitória-PR: Where did the workers go?** 2021. 134 f. Dissertation (Masters in Technology and Society) – Postgraduate Program in Technology and Society, Federal Technological University of Paraná. Curitiba, 2021.

Several factors can be pointed out about the labor crisis in the last twenty years, among them: the exclusionary technological development as a fundamental element of the neoliberal project, taken as the philosophy of the process of internationalization of the economy and the global economic crisis that began in Northern countries of America and Europe at the end of the first decade of the 21st century, extending to all continents. At the peripheral level, the economic crisis in some Brazilian regions such as União da Vitória, in the south of Paraná, would have been aggravated by other factors such as: the change in the means of rail transport for the region's products and the scarcity of native wood. These factors may have contributed to the decline of the wood industries, leaving workers without their jobs. Therefore, the objective of this research was to understand, through Oral History, the history of workers who experienced the closure of activities in the timber industries, located in União da Vitória, in the State of Paraná, from 1990 to 2010 To analyze this phenomenon, a qualitative research was carried out in a dialectical historical materialist perspective, using oral history as a methodological approach. The methodology used was the bibliographical research on the Railroad, Guerra do Contestado, Madeireiras; Work and Technology. For data collection, interviews were conducted with five workers from two of the loggers that ended their activities. The collected data respected phases 1, 2, 3 and four of the Oral History, which correspond to the recording, transcription and textualization of the interviews. Data treatment was performed through a descriptive-interpretive analysis. The main conclusions are that: the workers' stories, even though loaded with singularities, presented elements common to other workers, such as the experience of a period of destabilization of their jobs, as well as the difficulties to stabilize in others. For them, the main reasons for the closure of the activities of the logging companies were: bad administration; companies belonging to family groups; lack of investments in technologies; the 1983 flood; the devaluation of the dollar and the difficulty in extracting native wood. Regarding technology, the interviewees did not present the artifacts as allies, but as conflicts in relation to obsolescence, the reduction of jobs and the choices in which they did not participate. In general, the layoffs caused serious difficulties in resuming work, as well as negatively impacting the city's economy. They are stories of men and women, of families that fed on the production of their hands and that, at a given moment, saw their social structures shake and their stories change course.

Keywords: technology; work; timber companies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AET	Análise de Ergonomia do Trabalho
BRC	Brazil Railway Company
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DCEs	Diretrizes Curriculares Estaduais
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ERTs	Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MEI	Microempreendedor Individual
PPGTE	Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RH	Recursos Humanos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA 21
1.3 FUNDAMENTAÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA 22
2 A TRÍPLICE RELAÇÃO: ESTRADA DE FERRO, GUERRA DO CONTESTADO E AS MADEIREIRAS 25
2.1 A ESTRADA DE FERRO 26
2.2 O CONFLITO 30
2.3 AS MADEIREIRAS 32
2.4 TECNOLOGIAS DA MADEIRA 34
2.5 OS/AS TRABALHADORES/AS 36
3 TRABALHO, SENTIDOS E PRECARIZAÇÃO 40
4 TECNOLOGIAS, TÉCNICAS, ARTEFATOS E TRABALHADORES 56
4.1 A QUESTÃO DA NEUTRALIDADE DA TECNOLOGIA 61
4.2 INTERAÇÃO, TECNOLOGIA, TRABALHO E SER HUMANO 62
4.3 AS TECNOLOGIAS DA MADEIRA E A ESTRADA DE FERRO 64
5 METODOLOGIA 68
5.1 FASES DA PESQUISA 71
5.1.1 Etapa 1 – A elaboração do projeto 71
5.1. 2 Etapa 2 – Gravação 72
5.1.3 Etapa 3 – Confecção do documento escrito 74
5.1.4 Transcrição 74
5.1.5 Textualização 75
5.1.6 Conferência 75
5.1.7 Arquivamento 75
5.1.8 Etapa 4 – Eventual análise e devolução do produto 75
5.2 TRATAMENTO DOS DADOS 76
6 ANÁLISE DE DADOS 77
6.1 TRABALHO NA FÁBRICA 77
6.1.1 Relações de trabalho 78
6.1.2 Jornada de trabalho 79
6.1.3 Formação profissional 80
6.1.4 Remuneração 80
6.1.5 Segurança e prevenção de acidentes no trabalho 82
6.1.6 Relações de gênero 82
6.2 TECNOLOGIA 84
6.3 ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA FÁBRICA 85
6.3.1 Sobre o encerramento das atividades da fábrica 86
6.3.2 Sobre as demissões dos/as trabalhadores/as e seus impactos 87
6.3.3 Sobre os impactos na cidade 88
6.4 SOBRE O TRABALHO ATUAL 89
7 LIMITES DA PESQUISA 92
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 93
REFERÊNCIAS 97
APÊNDICE 1 – Corpus textual das entrevistas 102
APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) 124
APÊNDICE 3 – Roteiro da entrevista 129

ANEXO 1 – Mapa e cronologia da ferrovia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG).....133

1 INTRODUÇÃO

Como disse um professor durante suas aulas na Universidade, “uma pesquisa não nasce de um dia para o outro, ela tem antecedentes históricos que se relacionam com a história do pesquisador”. Por isso, antes de iniciar a apresentação desta dissertação, vale destacar um pequeno histórico dos antecedentes deste trabalho e de seu pesquisador.

Filho de meeiro no campo, ele viveu muitos anos trabalhando como a grande maioria dos/as trabalhadores/as do Brasil, sem profissão, exercendo funções desde os dez anos na agricultura, mais tarde na indústria e depois no comércio. Trabalhou em serrarias, foi lavador de carros, frentista de posto de gasolina, motorista de caminhão, cobrador de lojas, vendedor de seguros, entre outras funções que exerceu até encontrar o caminho da graduação e, então, tornar-se professor de Língua Portuguesa por trinta anos.

Optou por defender a escola pública, ao lecionar Língua Portuguesa, para filhos da classe trabalhadora e teve sempre como ponto central de suas aulas, o debate sobre o trabalho, como consequência do seu caminho marcado pela dureza e pela exploração do trabalho remunerado por salário indigno. Enquanto lecionava, militava no sindicato em defesa da categoria, onde enfrentou fortes batalhas e, por conta disso, conheceu o assédio moral no espaço de trabalho.

Nos anos de 2003 a 2010, convidado pela equipe de governo do Estado do Paraná, da época (Governo de Roberto Requião), assumiu a função de técnico pedagógico, cuidando da educação profissional de nível médio, no Núcleo Regional de Educação de União da Vitória-PR, com a missão de resgatar os cursos técnicos, extintos pelo governo anterior e por força do Decreto Federal 2208/97, de Fernando Henrique Cardoso, que autorizava os Estados a não ofertarem a educação profissional nas escolas públicas estaduais.

Foi um tempo de inclinar a vida profissional para estudos e debates referentes à educação e ao trabalho, quando teve a oportunidade de conhecer referências nesse assunto como o Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho, Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto, Prof. Dr. Pablo Gentili, Profª Dra. Maria Ciavatta e Profa. Dra. Marise Ramos, entre outros convidados a construir as DCEs (Diretrizes Curriculares Estaduais) para a Educação Profissional do Estado do Paraná.

A forma de interpretar as questões ligadas ao mundo do trabalho por estes professores pesquisadores lhe inspirou o desejo de fazer Mestrado em Tecnologia e Trabalho na UTFPR. Mas ele ainda se encontrava distante do acesso à universidade, trabalhando muitas horas diárias, sem tempo para pesquisa.

Então, passados anos, numa outra fase da vida, tempo de aposentadoria, novamente encontra o Professor Domingos em um curso que este ministraria no Sindicato dos Professores em União da Vitória, do qual o autor desta pesquisa fazia parte. Durante a viagem, expressou o desejo de ainda entrar para a vida acadêmica, quando o Professor lhe perguntou o que gostaria de pesquisar. Falou que lhe interessavam o mundo do trabalho, as condições da precariedade pela qual passam os trabalhadores, o discurso e a prática de uma elite opressora nas relações de trabalho, revelando com isso, talvez, o desejo de desvendar os anos vividos no trabalho e na militância sindical.

Mais tarde, em uma volta pela cidade de União da Vitória, olhando os trilhos abandonados de trens que conduziram as madeiras de União da Vitória para os Estados Unidos e para a Europa, dialogaram sobre a questão dos trabalhadores das fábricas em situação de falência, quando este pesquisador falou: “Eu gostaria de saber para onde foram os milhares de trabalhadores e trabalhadoras dessas fábricas que fecharam suas portas”. E o Professor, com brilho nos olhos, respondeu-lhe: “Pode estar aí o problema da sua pesquisa de mestrado. Se deseja desenvolver essa pesquisa, inscreva-se na próxima prova de ingresso”.

Nesse momento, nascia este mestrando no ano de 2019.

Depois desse tempo, uma vez ingressado na vida acadêmica e estudando limitadamente, as teorias que envolvem o trabalho e a tecnologia, este pesquisador encontra-se numa fase da pesquisa que só sua orientadora, Professora Marilene, poderia avaliar.

Em uma avaliação bem subjetiva, encontra-se nos limites entre o conhecimento e a ignorância sobre o assunto, esbarrando na ausência de fundamentação teórica, nas dificuldades metodológicas em desenvolver essa etapa e na insegurança de saber que não sabe se vai chegar até fim, por muitas vezes expulsando a tentação de pensar em desistir. Mas como dizia o compositor Humberto Gessinger, do Grupo Musical “Engenheiros do Havaí”: “eu não vim até aqui pra desistir agora, entendo você se quiser ir embora”.

Assim, apresenta-lhes esta pesquisa que, com apoio e a solidariedade de muitos e com a orientação sempre firme, transparente e precisa da Professora Drª. Marilene desenvolveu-se até agora.

Nos países periféricos, com ênfase na América Latina, a atual crise no mundo do trabalho pode resultar de vários fatores, mas especialmente dois deles podem ser considerados marcantes nestes últimos vinte anos, embora sua origem preceda o final do século XX. Primeiro, o projeto neoliberal dos anos 80 implantado pelo sistema capitalista, como a principal filosofia de mercado para a concretização do processo de "globalização" ao que Antunes (2020) chama de processo de financeirização e mundialização do capital, após o esgotamento das estruturas de acumulação Fordista/Taylorista (PINTO, 2013), da primeira metade do século que condicionaram a vida dos trabalhadores do Ocidente e que deveria ser o ideal da sociedade capitalista, trouxe consigo uma estrutura tão ou mais cruel para os que vivem da sua força de trabalho, quanto às primeiras: o Toyotismo.

Denominado modelo japonês de produção da empresa automobilística Toyota Motors Company (PINTO, 2013), com seu "moderno" projeto de flexibilização das relações de trabalho – o exercício de fazer de tudo no trabalho (ANTUNES, 2020) e tendo o Brasil entre outros países da América Latina como "uma extensão de seu laboratório", apesar da resistência dos movimentos sociais e sindicais,

> [...] culminou numa implantação vasta e profunda dessa doutrina na década de 1990, persistindo até os dias atuais, impondo à classe trabalhadora, a precarização dos serviços públicos e a flexibilização de seus direitos mediante o aumento da informalidade e do desemprego estrutural [...]. (PINTO, 2013, p. 52).

Esse conceito também é reforçado por Antunes (2020), ao afirmar que:

> Trata-se de uma hegemonia da "lógica financeira" que, para além de sua dimensão econômica, atinge todos os âmbitos da vida social, dando um novo conteúdo aos modos de trabalho e de vida, sustentados na volatilidade, na efemeridade e na descartabilidade sem limites. (p. 157).

Segundo fator, a crise econômica global de 2008, "atingindo inicialmente os países capitalistas centrais" (ANTUNES, 2020, p. 233), seguidos dos periféricos, alcança todos os continentes, contribuindo enormemente para agravar a crise e a consequente precarização no mundo do trabalho, servindo de argumento para implementação de reformas e leis que prejudicariam ainda mais a classe trabalhadora, e, por consequência, acentuariam as diferenças sociais.

> [...] a crise de 2008 teve impacto diferenciado: de início atingiu os países capitalistas centrais, como Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, Itália, entre outros. Mas, dada sua conformação global, projetou-se para diversas partes do mundo, atingindo também nações que compõem os chamados Brics e, mais acentuadamente, o conjunto da periferia do sistema. (ANTUNES, 2020, p. 269).

Como a partir do contexto acima, a tecnologia convencional, e sua aparente neutralidade, pode corroborar para o processo de fragmentação social ou pode ela transformar-se em elemento de superação das diferenças? Crary (2016), em *24/7: Capitalismo Tardio e os Fins do Sono*, diz que Bernard Stiegler:

> [...] escreveu extensamente sobre as consequências do que considera a homogeneização da experiência perceptiva na cultura contemporânea. Que ele se interessa sobretudo pela circulação global de "objetos temporais" produzidos em massa, entre os quais estariam filmes, programas de televisão, música popular e videoclipe. E que Stiegler cita a difusão da internet (anos de 1990) como um ponto de virada decisivo no impacto desses produtos audiovisuais industriais. Nas últimas duas décadas eles teriam sido responsáveis por uma "sincronização em massa" da consciência e da memória. (p. 59).

Crary (2016), descreve que o trabalho de Stiegler é representativo de um movimento mais abrangente de se afastar do tom otimista de meados da década de 1990 que celebrava as relações entre Globalização e novas tecnologias da informação, quando muitos previam o surgimento de um mundo multicultural de racionalidades locais. Crary (2016), afirma que para Stiegler:

> [...] essa esperança se ancorava numa compreensão equivocada do processo de globalização. Para ele, os anos 1990 abriram caminho não para uma era pós-industrial, mas hiper-industrial, na qual a lógica da produção em massa de repente se alinhou a técnicas que, como nunca antes, combinaram fabricação, distribuição e subjetivação em escala planetária. (p. 60).

Assim como seria lógico pensarmos que quanto mais avança o processo de desenvolvimento tecnológico, mais se popularizariam seus artefatos, permitindo acesso à parcela da sociedade excluída do mercado, também seria lógico pensarmos que o desenvolvimento tecnológico pudesse contribuir para amenizar a carga de trabalho sobre os ombros dos que vivem de sua força.

Pesquisadores como Feenberg (1995) e Dagnino (2019), entre outros, têm desvendado "os fios que tecem" a Tecnologia ao longo dos tempos, sua relação com a Ciência, para quem ela tem se destinado e apontam caminhos alternativos:

> Em certo sentido toda técnica é navegação. Do mesmo modo que o navegador utiliza a "lei" dos ventos para alcançar um destino e o comerciante antecipa os movimentos do mercado e conduz os negócios ao sucesso, assim também o sujeito técnico concorda com as tendências do próprio objeto para extrair um resultado desejado. Por se posicionar estrategicamente com relação a seus objetos, o sujeito técnico tira proveito das suas propriedades inerentes. (FEENBERG, 1995, p. 17).

Seria, então, a tecnologia, um elemento neutro nesse processo de massificação a serviço do capital, nas palavras de Feenberg (1995, p. 18), "de fragmentação social", que se descortina no mundo capitalista ocidental no final do século XX e início do século XXI? Pode a tecnologia convencional contribuir para amenizar o sofrimento dos milhões de sujeitos excluídos do processo de desenvolvimento da sociedade capitalista? Feenberg (1995), afirma que:

> A hegemonia do capital não repousa sobre uma técnica particular de controle social, mas mais fundamentalmente sobre a reconstrução técnica de todo um campo das relações sociais dentro da qual ela opera. O poder do homem de negócios ou do burocrata está presente na fragmentação das várias esferas sociais de produção, administração e trabalho, família e vida doméstica, economia e política, e assim vai. Os indivíduos e as instituições fragmentados podem ser organizados apenas por agentes que os dominam por cima. (p.18).

Se o desenvolvimento das tecnologias acontece para contribuir com os interesses da sociedade da forma como ela se apresenta, ignorando as diferenças de classes causadas, em grande parte, pelo projeto neoliberal capitalista, fragmentando-a mais ainda, há de se perguntar até que ponto seria possível defender as tecnologias convencionais como elemento neutro no desenvolvimento da atual sociedade?

> Estes interesses correspondem à perda dos contextos dos quais a tecnologia é abstraída e das "qualidades secundárias" desses objetos, são as dimensões sacrificadas da sociedade e da natureza que carregam o fardo da ação técnica. (FEENBERG, 1995, p. 19).

Marcuse (1964) apud Feenberg (1995, p. 7), afirma que "não há como defender a neutralidade da tecnologia visto ser ela sempre o resultado de decisões políticas e, portanto, a serviço de determinados grupos com poder de decidir seus rumos". Ressalta ainda que: "na construção da realidade tecnológica, não há algo como uma ordem puramente científica e racional, o processo da racionalidade tecnológica é um processo político" (MARCUSE, 1964 apud FEENBERG, 1995, p. 7).

Dagnino (2019), partindo de um conceito de Tecnociência para elaborar uma plataforma de Tecnociência Solidária[1], sugere que se volte um pouco na história para entender onde se organiza a tecnologia convencional, tendo sido ao longo da história, naturalizada "como única e apropriada para solução de todos os problemas" (p. 40), conforme define o senso comum. Dagnino (2019, p. 40), diz que "o conhecimento que o Homem usa para a produção de bens e serviços sempre foram uma combinação do que hoje chamamos de ciência, tecnologia, religião, crendices, resultado de tentativas e erros ou da observação empírica, ―instinto animal", etc. E destaca que:

> [...] isso que é percebido como uma combinação de conhecimentos – a ciência e a tecnologia – previamente codificados a partir das oportunidades abertas pela primeira foi algo que nasceu como uma unidade tácita desde antes que fosse inventado o capitalismo, no âmbito de processos de trabalho orientados a satisfazer os interesses de quem os controla, de acordo com seus valores. (DAGNINO, 2019, p. 40).

Neste ponto da análise sobre a tecnologia, percebe-se que quanto mais se avança na tentativa de definir tecnologia e sua relação com outros campos, como a Ciência, por exemplo, mais torna-se necessário definir outros conceitos imbricados. Embora não seja essa a pretensão desta pesquisa, faz-se necessário referenciar algumas concepções, sobretudo da tecnologia social, como alternativa no mundo do trabalho.

Posto, então, que a tecnologia convencional como a conhecemos está estruturada a serviço da sociedade capitalista e não dá conta da demanda de postos de trabalho, algumas experiências podem ser consideradas a fim de atender outros sujeitos à margem do desenvolvimento. Feenberg (1995), afirma que:

> Provavelmente existem limites para o quão longe se pode ir nesta direção na civilização industrial existente. A questão não é se o capitalismo é incapaz de lidar com muitos de seus problemas correntes através de anulação das crises reativas. Ele normalmente enfrenta crises com soluções de algum tipo. Todavia as soluções seguidamente são tão defeituosas que provocam uma resistência pública, como no caso da custosa regulação ambiental. (FEENBERG, 1995, p. 19).

---

[1] "Tecnociência é a decorrência cognitiva da ação de um ator sobre um processo de trabalho que ele controla e permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo o seu interesse" (DAGNINO, 2019, p. 52).
"Tecnociência Solidária é a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), provoca uma modificação no produto gerado cujo resultado material pode ser a apropriação segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário" (p. 62).

Este mesmo autor ressalta que é preciso uma avaliação do processo tecnológico da forma como vem se desenvolvendo a tecnologia, de forma fragmentada, como elemento socialmente "neutro", sem considerar as relações de trabalho e que essa avaliação não pode ser feita de cima para baixo, por aqueles que afirmam ser os representantes da sociedade, eleitos ou determinados pelo sistema como os que apresentam as melhores condições de fazer suas escolhas:

> A necessidade de uma avaliação geral da tecnologia é sempre mais e mais aparente, e esta avaliação é incompatível com a existência contínua de um sistema de controle a partir de cima baseado na fragmentação social. Enquanto os riscos ambientais ou a não satisfação com o trabalho apareceram como "exterioridades", estas coisas não poderão ser superadas. (FEENBERG, 1995, p. 19).

Para Dagnino (2019), a Ciência e a Tecnologia não são elementos separados ou sobrepostos – por isso sua definição de Tecnociência – "nem podem estar somente a serviço de uma parcela privilegiada da sociedade a quem estaria reservado o destino das pesquisas científicas e das invenções tecnológicas – assim, a definição de Tecnociência Social" (p. 68)[2]. Mas isso ainda é pouco para atender os segmentos sociais mais excluídos, então a necessidade de um novo conceito denominado "Adequação Sociotécnica" (DAGNINO, 2019, p. 49)[3].

Para formular essas concepções que têm como objeto afastar-se do discurso da tecnologia convencional, da neutralidade e gerar alternativas científicas e tecnológicas capazes de contemplar segmentos excluídos da sociedade capitalista (DAGNINO, 2019) recorre às quatro concepções sobre tecnologia de Feenberg (1995, p. 47): "Instrumentalismo, Determinismo, Substantivismo e Teoria Crítica", selecionando esta última como apropriada ao seu intento. Ele afirma que:

> [...] a quarta concepção, que Feenberg denomina Teoria Crítica, nega a ideia da neutralidade, discordando, portanto, do Instrumentalismo. E, igualmente, do Determinismo, uma vez que considera a tecnologia como portadora de valores. Mas também não aceita a ideia do Substantivismo de que os valores capitalistas lhe conferem características imutáveis que impedem a mudança social. Esta concepção considera, como faz o Instrumentalismo, que a tecnologia pode ser controlada, negando, por isto o Determinismo. (DAGNINO, 2019, p. 48).

---

[2] "Considera-se tecnologia social todo produto, método, processo ou técnica criado para solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reaplicabilidade) e impacto social comprovado (DAGNINO, 2019, p. 68).

[3] "Adequação Sociotécnica – Uma construção social que pode ser reprojetada mediante a politização e internalização de valores e interesses alternativos e a observância de preceitos de pluralidade, controle democrático interno e a priori, nas instituições onde costuma ser produzida. (DAGNINO, 2019, p. 49).

Considerando os valores e interesses dos que necessitam dessa alternativa Dagnino (2019) ressalta a importância da Adequação Sociotécnica, como uma alternativa de conhecimento coerente com a qual os atores sociais podem contar para a produção de seus bens e serviços e afirma:

> Eu a enuncio como sendo uma postura engajada e otimista. Dado que é uma construção social, ela pode ser reprojetada mediante a politização e internalização de valores e interesses alternativos, e a observância de preceitos de pluralidade, controle democrático interno e a priori, nas instituições onde costuma ser produzida. (DAGNINO, 2019, p. 49).

Enfim, não se pode afirmar que não haja saída diante da forma como a tecnologia se insere na estrutura da sociedade capitalista. Existem movimentos paralelos produzindo estudos e experiências que vêm dando certo, como a economia solidária, a quem se pode recorrer (DAGNINO, 2019) como pesquisador; como as empresas apropriadas pelos trabalhadores em vários continentes, ao longo do século XX, como relata Nascimento (2019). Enfim, cabe ainda nessa análise, a proposição de Feenberg, o qual aponta duas alternativas para as sociedades modernas:

> Todas as sociedades modernas industriais estão hoje no cruzamento, se deparando com duas direções diferentes de desenvolvimento técnico. Elas podem tanto intensificar a exploração dos seres humanos e da natureza, ou elas podem pegar um novo caminho em que as tendências integrativas da tecnologia provessem suporte às aplicações que trazem emancipação. Esta escolha é essencialmente política. A primeira trilha produz um sistema formalmente influenciado que reforça consistentemente o poder da elite. A segunda trilha exige uma aplicação que concretize os princípios técnicos, levando em consideração os muitos contextos amplos sob os quais a tecnologia tem impacto. Estes contextos refletem potencialidades – valores – que só podem ser concebidas através de uma nova organização da sociedade. (FEENBERG, 1995, p. 23).

Para a região Sul do Brasil, em especial, União da Vitória, Estado do Paraná, foco desta pesquisa, além dos fatores supracitados, há, ainda, outros elementos de grande relevância que poderão ser apontados como causa histórica da precarização do trabalho para milhares de homens e mulheres: o itinerário desenvolvido pela Rede Ferroviária Federal (1910), a qual pode ter contribuído para a configuração social da Região, trazendo como consequência o enriquecimento de alguns e o empobrecimento de outros (MONASTIRSKY, 2006); a redução da madeira nativa extraída e exportada pelos trilhos, atingindo seu esgotamento na última década do século XX, quando a Rede Ferroviária Federal & Sociedade Anônima (RFFSA) passa a ser privatizada pelo Governo Federal (CARVALHO, 2010), cujo ato soma para concretizar o pacote

neoliberal dos anos de 1990. Entende-se que esses fatores contribuíram para levar ao encerramento das atividades das madeireiras da Região Sul do Paraná e que trouxeram, como consequência, a perda de postos de trabalho para sujeitos que tiveram suas histórias construídas no exercício de profissões ligadas à extração e ao beneficiamento da madeira.

Deste modo, o progresso que propõe com a chegada da estrada de ferro, nas primeiras décadas do século XX, pode ter sido corresponsável pelos índices de desemprego e exclusão social, muito embora o trem não seja mais o meio de transporte das décadas abordadas, mas a estrutura social e as alternativas de trabalho, se reproduzem por décadas.

Importante destacar, entretanto, que os sujeitos entrevistados não têm relação direta com a estrada de ferro, visto que no tempo selecionado para este estudo (1990 a 2010), o transporte dos produtos da madeira segue agora pelo asfalto, transformando, portanto, o transporte ferroviário em obsolescência e em resíduo no objeto desta pesquisa. Santos (2006, p. 12), porém, adverte que "o que se torna residual é considerado como objeto 'dado' e, desse modo, expulso do sistema central".

Vale, contudo, lembrar que os fatos sociais, sendo históricos, são consequências de outros fatos históricos, fragmentos da totalidade de um processo histórico, como define Santos,

> O processo histórico é um processo de separação em coisas particulares, específicos. Cada nova totalização cria novos indivíduos e dá às velhas coisas um novo conteúdo. O processo de totalização conduz da velha à nova totalidade e constitui a base do conhecimento de ambas. [...] O processo pelo qual o todo se torna um outro todo é um processo de desmanche, de fragmentação e de recomposição, um processo de análise e síntese ao mesmo tempo. (SANTOS, 2006, p. 77).

Ainda assim, a pretensão em abordar nesta pesquisa a presença da estrada de ferro na região, ou o transporte ferroviário, embora um tanto deslocado do tempo e abordado de forma superficial, se deve a sua relação social como artefato resultante do desenvolvimento tecnológico, ou seja, como elemento da técnica universal que marca o mundo do trabalho em dado momento de uma comunidade, interfere em sua cultura regional e modifica a paisagem local (SANTOS, 2006).

Assim, as questões que se levantam como reflexão para esta pesquisa são: por que o desenvolvimento econômico teria se "naturalizado" nessa região a favor de alguns poucos ao longo do século XX? Em que medida as tecnologias utilizadas para gerar

desenvolvimento nas fábricas de madeira, contribuíram com a geração de trabalho, renda e estabilidade financeira dos seus trabalhadores?

Para responder a estas e outras questões, foram analisadas as narrativas dos/as trabalhadores/as sobre suas experiências nas fábricas de madeiras que fecharam suas portas e suas relações com as tecnologias típicas da época.

A partir desses questionamentos, esta pesquisa teve, como problema, a seguinte questão: como os/as trabalhadores/as vivenciaram o encerramento das atividades das indústrias madeireiras localizadas em União da Vitória, no Estado do Paraná, na última década do século XX e na primeira década do século XXI**?** Esta é uma questão que orienta o objeto e os objetivos desta pesquisa.

O objeto de estudos desta pesquisa, portanto, são as narrativas sobre as histórias de vida dos trabalhadores/as das indústrias madeireiras nas décadas de 1990 a 2010.

Investigar essa relação, pelas narrativas dos/as trabalhadores/as, buscando entender o que aconteceu após a perda dos postos de trabalho; para onde teriam ido estes e estas trabalhadoras/as assalariados/as e que tipo de atividades passaram a desenvolver, pode revelar um campo de pesquisa que contribua com a lacuna escrita da história invisível desses/as trabalhadores.

A partir dessas possibilidades de análises definiram-se os objetivos desta pesquisa assim constituídos.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

A grande maioria de trabalhadores e trabalhadoras não se sente em condições de concorrer com as mudanças tecnológicas que surgiram ao longo destes últimos anos, inserindo-se nesse contexto os trabalhadores e as trabalhadoras que fazem parte desta pesquisa. Estes homens e mulheres que integraram essa massa de trabalhadores, estão submetidos às mesmas condições econômicas objetivas e, portanto, podem apresentar dificuldades em desenvolver outras aptidões para novos postos de trabalhos. A ilusão do desenvolvimento acelerado das tecnologias e a consequente promessa de progressos para o Mundo Novo (América Latina) pouco lhes pertence.

Portanto, trazer para a discussão acadêmica, a possibilidade de análise das condições históricas do período proposto e seus impactos na vida desses sujeitos trabalhadores/as e tentar compreender o processo de desenvolvimento tecnológico,

expondo a ilusão de que esse fenômeno teria como consequência, não a prosperidade coletiva, mas uma marca de miséria na região, são elementos que direcionam o escopo desta pesquisa.

Objetivo geral

Compreender, por meio da História Oral, a história dos/as trabalhadores/as que vivenciaram o encerramento das atividades das indústrias madeireiras, localizadas em União da Vitória, no Estado do Paraná, no período de 1990 a 2010.

Objetivos específicos

Os objetivos específicos situam-se em:

a) Levantar as razões para o encerramento das atividades das madeireiras, sob o ponto de vista dos/as trabalhadores/as;
b) Analisar as tecnologias típicas da época e suas relações com os/as trabalhadores/as;
c) Compreender para onde foram os/as trabalhadores/as assalariados/as das madeireiras após o encerramento das atividades;
d) Identificar que tipo de atividades desenvolvem nos dias de hoje;
e) Compreender se as tecnologias utilizadas nas fábricas de madeira para gerar desenvolvimento, contribuíram com a geração de trabalho, renda e estabilidade financeira dos seus trabalhadores e das suas trabalhadoras.

Este trabalho está composto pela introdução e por mais três capítulos como fundamentação teórica, seguidos da metodologia: o capítulo II levanta aspectos que relacionam a construção da estrada de ferro, a Guerra do Contestado, as madeireiras e os/as trabalhadores/as na cidade de União da Vitória, Paraná; o capítulo III é composto por uma abordagem sobre o trabalho e suas dimensões e o capítulo IV refere-se à tecnologia, sua relação com a sociedade e sua aparente neutralidade.

1.3 FUNDAMENTAÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

Iniciamos o século XX com o desenvolvimento acelerado das tecnologias e a consequente promessa de progressos para o “Mundo Novo” (América Latina). No

município de União da Vitória, localizado no Sul do Estado do Paraná, a estrada de ferro da rede RFFSA participou da história de desenvolvimento das indústrias de beneficiamento de madeiras no século XX e estendeu-se pelos Estados do Sul do Brasil, levando e trazendo o "progresso", riscando uma região que mais tarde seria denominada por um viés de resgate histórico como "O Vale do Contestado" e por um viés depreciativo como "O Vale da Fome": o Planalto Norte de Santa Catarina e o Sul do Estado do Paraná.

Pensar sobre o destino de milhares de trabalhadores/as de uma fábrica que deixou de existir na virada do segundo milênio, pressupõe analisar as condições históricas, tecnológicas e sociais que cercam esse fenômeno. Pois, o desenvolvimento econômico e social da cidade de União da Vitória, assim como de outras surgidas na primeira metade do século XX, se alimenta do extrativismo e beneficiamento de madeiras nativas e ocorre no entorno da estrada de ferro, que traz consigo (a ilusão do) progresso econômico para alguns, mas que deixa para trás um enorme rastro de miséria para a maioria de trabalhadores, corroborando a visão de que para o mercado, os seres humanos não passam de um detalhe e a afirmação de Gentili (1995, p. 228) de que "no capitalismo histórico tudo se mercantiliza, tudo se transforma em valor econômico".

Além disso, o processo de globalização da economia, no final do último século trouxe para os países em desenvolvimento, a sua essência, o pacote neoliberal que tem como um dos princípios enfraquecer o Estado, privatizando empresas estatais. No Brasil uma dessas empresas foi a Rede Ferroviária Federal. Segundo Frigotto (2008, p. 8),

> [...] chegamos ao fim do século XX com a seguinte contradição: a ciência e a técnica, que têm a virtualidade de produzir uma melhor qualidade de vida, ocupar os seres humanos por menos tempo nas tarefas de produzir para a sobrevivência e liberá-lo para o tempo livre – tempo de escolha, de fruição, de lazer – sob as relações do capitalismo tardio produzem cada vez mais o desemprego estrutural ou o trabalho precarizado.

Preocupado em identificar a situação de trabalho pós-fechamento das madeireiras de União da Vitória, os pressupostos teóricos e metodológicos desta pesquisa concentram-se na plesquisa qualitativa, numa perspectiva marxista que pretende relacionar o trabalho e a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras com as tecnologias de duas fábricas beneficiadoras de madeiras nas últimas três décadas e sua condição de trabalho nos tempos atuais.

Outro aspecto relevante dessa pesquisa é a preocupação com a naturalização do trabalho precário. Se não encontrarem alternativas melhores para realizar seus projetos

de vida digna, os trabalhadores e trabalhadoras da fábrica em questão, podem estar se adaptando a condições cada vez menos favoráveis e incompatíveis com sua dignidade, como bem define o Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Educação e tecnologia – GETET – UTFPR, "[...] o trabalho em sua forma histórica é associado aos diversos modos de produção e, sob as relações capitalistas de produção, apresenta-se de forma degradada e alienada" (2011, não p.). Resgatar, portanto, a condição ontológica do trabalho, da realização que eleva o ser humano, deve ser também preocupação do pesquisador que assume o compromisso de fazer da pesquisa objeto de transformação social. Por isso a necessidade de que esta pesquisa seja entendida e fundamentada numa perspectiva marxista de pesquisa qualitativa.

Diante disso, optou-se nesta pesquisa por três categorias de análise consideradas importantes, seguidas nos próximos três capítulos: Relação entre Ferrovia, Contestado e Madeireira, Trabalho; Tecnologia.

2 A TRÍPLICE RELAÇÃO: ESTRADA DE FERRO, GUERRA DO CONTESTADO E AS MADEIREIRAS

Dois fatos concorrem para o surgimento e a evolução das indústrias de madeiras em União da Vitória e região: a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande 1908-1910 (ESPIG, 2012) e o movimento político-social-econômico que desencadeou na Guerra do Contestado 1914-1916 (SOUZA, 2004).

Esta pesquisa não tem a pretensão de apresentar questões específicas relativas à história da estrada de ferro durante o tempo em que esta esteve presente na região abordada. Porém, importa sua marca deixada na vida dos trabalhadores e trabalhadoras da região dos quais alguns descendentes podem ter apagado as últimas luzes das fábricas em que trabalhavam no final do século XX, para partir em busca de outros meios de vida.

Assim como também a Guerra do Contestado, não pode ter sua influência no ambiente social negligenciada, no sentimento religioso e nem sua relação com a forma de como se estruturou o trabalho nas indústrias de madeira da região contestada – Planalto Norte de Santa Catarina e Sul do Paraná no século XX.

A região Sul do Paraná e Planalto Norte de Santa Catarina, apontada em algumas pesquisas como Vale do Iguaçu e em outras como Vale do Contestado, recebe a presença humana do centro do mundo no início da colonização do Brasil Império, quando então teria sido habitada por indígenas Botocudos, Caingangues, entre outras etnias.

> A região do Vale do Iguaçu foi colonizada a partir de meados do século XVII por bandeirantes que se dirigiam do Oeste para o leste do Paraná e por tropeiros que descobriram o vau no rio Iguaçu, que permitia a passagem de tropas. Desde o início da povoação, a exploração madeireira foi destaque na região, sobretudo na atividade industrial. (IPARDES, 2006, p. 7).

No que diz respeito ao período da virada do século XIX para o século XX, início da República, os moradores dessa região viviam de agricultura, da pecuária e da extração da erva mate, havendo poucas alternativas de comércio com outras cidades e de transporte, dada a precariedade das estradas rodoviárias, sem asfalto, tendo os barcos a vapor, como principal meio de escoar a produção, os quais percorriam o leito do Iguaçu de União da Vitória a Curitiba, esta última, destino da produção excedente.

Em se tratando de alguns aspectos desse cotidiano, Souza (2004), descreve

como teria sido a forma de vida na região nessa época:

> Os habitantes viviam da agricultura, da pecuária em pequena escala e mormente da extração do mate, maior fonte de riqueza, processando-se a saída através dos portos fluviais. A barranca do Iguaçu, pontilhava-se de depósitos de extratores e compradores de erva. [...] Em geral mantinham pequeno armazém destinado às trocas em espécie, forma comum de negociar naquela época e preferida pelos ervateiros que assim não corriam o risco de receber dinheiro falso, diante de um derrame havido na região, principalmente no vizinho Contestado, desde a implantação do regime republicano. (SOUZA, 2004, p. 81).

Souza (2004, p. 81) apresenta um olhar comum que caracteriza o ponto de vista dos que possuíam grandes extensões de terras, muitos deles coronéis, aspirantes do "progresso" sobre os que participavam do movimento reivindicatório do lado catarinense, liderados por um cidadão intitulado João Maria de Jesus, a quem se atribuía extrema sabedoria, liderança e profecia: "bandoleiros", "bandidos" "jagunços", "caboclos" etc., termos muitas vezes usados como sinônimos para todo aquele que se opunha à ordem constituída pela primeira república nas terras em conflitos.

2.1 A ESTRADA DE FERRO

Era sob esses olhares, sob essas contradições que haveria de surgir a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande:

> Apesar do clima de suspeição, bandoleirismo e insegurança reinante na faixa limítrofe com o Contestado, o ano de 1904 assinala-se pelo auspicioso acontecimento da chegada dos trilhos da São Paulo – Rio Grande à fazenda dos Estácios e terras do Coronel Amazonas Marcondes. (SOUZA, 2004, p. 67).

Terra de coronéis, *terra de ninguém* (SOUZA, 2004), mas também terra de pequenos agricultores vivendo momentos de tensão social e política, a região aguardava com expectativa a chegada de um novo meio de transporte, de que se tinha notícia anunciada pelo Império dias antes da Proclamação da República do Brasil.

> Foi em seus momentos finais que o Império brasileiro aprovou um projeto há muito acalentado pelo poder público, assinando-se o decreto que autorizava a construção de um caminho de ferro que faria a ligação da província de São Paulo ao sul do Brasil. Em 9 de novembro de 1889, através do decreto n.10.432, o engenheiro João Teixeira Soares recebeu do Governo Imperial autorização para "construção, uso e gozo" da ferrovia que passou a ser denominada Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG). (ESPIG, 2012, p. 2)

O qual possibilitaria o desenvolvimento de outras atividades, como o comércio, a extração e produção de madeiras em grande escala. Fato que na interpretação de muitos, representava a chegada do "progresso".

> Narremos resumidamente os fatos, embora um tanto alheios a estas modestíssimas notas, senão pelo que eles concorrem para entravar o progresso, por um lado, e carrear, por outro lado, pelo pânico, outro fugitivo para esta comuna, cuja cronologia estamos apresentando. (SOUZA, 2004, p. 71).

Por outro lado, representava o fim do jeito simples de viver, antecipado por João Maria, o profeta, que anunciava por metáforas a derrota dos moradores com a chegada desses novos dias:

> [...] segundo os depoimentos de Justiniano da Silva Quadros e sua esposa Dna. Ana Maria de Quadros, colhidos pelo historiador catarinense Osvaldo R. Cabral, passou a noite em conversa com a mãe desta senhora e outras pessoas. O penitente falou nas "Linhas de burros pretos, de ferro, carregando pessoal", nos "gafanhotos de ferro" – trens, aviões – que viriam, na guerra e derrota dos moradores. Profecias que se cumpriram. (SOUZA, 2004, p. 80).

É nesse clima que na região de União da Vitória, a empresa norte americana a *Brazil Railway Company*, de propriedade de Percival Farquhar, inicia, em 1908 (ESPIG, 2012) por concessão federal, a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande compreendendo o trecho de União da Vitória – Paraná e Marcelino Ramos – Santa Catarina (Anexo 1).

Farquhar se encontrava no Brasil há algum tempo, tendo assumido outros empreendimentos como a construção de portos do Rio de Janeiro e de Paranaguá e estradas brasileiras como a Estrada de Ferro Madeira – Mamoré no Norte do País, 1878-1912 (HARDMAN, 2005), recebendo também outras concessões do governo brasileiro. Segundo Mocellin:

> Percival Farquhar passou a atuar no Brasil a partir de 1904, em diversos empreendimentos como a criação e exploração do Porto de Belém; a criação da Companhia de Navegação do Amazonas; construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; criação da Amazon Development Co. E a Amazon Land & Colonization Co., a qual recebeu, após uma écnic de Farquhar a Belém em 1911, uma doação de 60 .000 km de terras, que hoje constituem o estado do Amapá. (MOCELLIN, 1989, p. 14).

No Sul do Brasil, os empreendimentos de Farquhar não se restringiram à construção de estradas de ferro. No próprio contrato que fazia parte da concessão do

governo brasileiro para a construção da estrada São Paulo – Rio Grande do Sul, em 1908, o Grupo Farquhar, através da Brazil Railway Company recebeu grandes porções de terras, com direito embutido de exploração da flora e do solo dessas terras:

> [...] usando o suborno como arma infalível, conseguiu do Governo Federal uma concessão de terras equivalente a uma superfície de nove quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicado por dezoito. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posse, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. (MOCELLIN, 1989, p. 14).

Vale lembrar que os benefícios concedidos formalmente às empresas construtoras de estradas de ferro estrangeiras era uma prática do Brasil Império, conforme descreve Hardman (2005), sobre a construção da ferrovia Madeira – Mamoré:

> É necessário lembrar que a concessão do Estado Imperial a Church incluía os seguintes privilégios: direito exclusivos, por cinquenta anos de construção e posse; direitos de servidão e mineração; controle sobre uma área de 1394 quilômetros quadrados, ao longo da linha férrea. (HARDMAN, 2005, p. 145).

Em vista dessas conquistas de terras e outras concessões, novos empreendimentos vão surgindo:

> Subordinada à Brazil Railway, foi criada a Southern Brazil Lumber Colonization Company, com a finalidade de explorar as terras adquiridas. Além das terras marginais à São Paulo – Rio Grande, a nova companhia adquiriu, por uma bagatela, cento e oitenta mil hectares de terras próximos de Canoinhas. (MOCELLIN, 1989, p. 15).

Com a nova subsidiária da Brazil Railway no Sul do país, Farquhar entra no ramo de extração e beneficiamento de madeiras, um campo ainda pouco explorado na região nessa época:

> A Lumber montou várias serrarias, tornando-se a maior madeireira da América do Sul. [...] erguendo a maior serraria da América do Sul, em Três Barras-SC. [...] Com isso, velhos engenhos de serrar madeiras foram fechados, pois, não tinham condições de concorrer com a todo-poderosa companhia norte-americana. (MOCELLIN, 1989, p. 14-15).

Para esses investimentos, além da expulsão de camponeses das terras à margem da estrada construída, contrariando a Lei Agrária de 1850 (MOCELLIN, 1989), a empresa de Farquhar desenvolveu trabalho análogo à escravidão durante a construção da ferrovia, embora a abolição já houvesse sido decretada há quase duas décadas:

> Para construir a estrada de ferro, trabalharam de quatro a oito mil homens, sob um regime duro, de semi-escravidão. A companhia não efetuava o pagamento em dia, obrigava os trabalhadores a comprar mantimentos em seus armazéns, além de manter uma guarda de segurança, encarregada de punir os que se rebelassem. (MOCELLIN, 1989, p. 15).

Semelhante fato ocorrera no Norte do País, com o mesmo tipo de atividade, pouco tempo antes, como define Hardman, ao referir-se à construção da Estrada Madeira – Mamoré:

> O caráter das relações e trabalho irá também variar numa escala que compreende desde o assalariado livre, até formas compulsórias de exploração, incluindo modalidades servis e escravistas, todas elas comandadas pelo movimento do capital em sua forma mais moderna. (HARDMAN, 2005, p. 149).

Essa forma de proceder por meio de atos praticados contra os trabalhadores da terra teria contado com o aval de pessoas influentes na comunidade e no governo:

> Aconteceu que muitos políticos receberam polpudas somas da Brazil Railway e conseguiram convencer as autoridades paranaenses e catarinenses da legalidade dos atos praticados contra os interesses da nossa gente. [...] Políticos famosos defenderam os interesses dos coronéis, caso por exemplo, do vice-presidente do estado do Paraná, Dr. Affonso Camargo, denunciado pelo secretário de Obras Públicas do governo paranaense, Dr. José Niepce, o qual, por não concordar com as falcatruas, pediu demissão. (MOCELLIN, 1989, p. 15-16).

Assim, com as garantias do Estado e o apoio político, tendo o Grupo (BRC) se instalado na região onde predomina a araucária e tendo a estrada de ferro como elemento favorável para o escoamento da produção, apesar das contradições sociais e disputas locais que envolvem governo e camponeses,

> A Guerra do Contestado foi uma insurreição gerada pelas injustiças sociais reinantes na época. Explorados pelos estrangeiros, esquecidos pelas autoridades, os sertanejos, ao seu modo, rebelaram-se contra essa ordem econômica, social e política que os sufocava. (MOCELLIN, 1989, p. 46).

Percival Farquhar dá início ao ciclo da produção de madeira na região que compreende o Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina, seguido por outras companhias menos expressivas, mas que contribuem para a efetivação desse ciclo: “Além da Lumber, existiam ainda outras companhias: a Colonizadora Hansa, a Piccoli e Hacker que especulavam com as terras da região, vendendo-as a colonos estrangeiros, os quais, com o auxílio delas e das autoridades, expulsavam os caboclos da região” (MOCELLIN, 1989, p. 16).

2.2 O CONFLITO

A desarmonia causada pela especulação da terra traz descontentamento entre os moradores pela desapropriação das terras próximas ao território por onde passava a estrada de ferro e as colonizadoras subjacentes.

> Nos primeiros quinze anos do século XX, tanto no Paraná como em Santa Catarina, aparecem em cena importantes companhias ligadas a projetos de colonização, exploração florestal e construção ferroviária. Um clima de negociatas, beneficiando chefes políticos situacionistas, membros de oligarquias e "coronéis" influentes no interior, que se transformam em "´sócios menores" tirando proveito, ainda que marginalmente, desse surto de crescimento econômico. (MONTEIRO, 2011, p. 45).

Moradores que até então cuidavam de suas vidas e de suas famílias em pequenas propriedades, desenvolvendo uma economia de subsistência, passam a ser tratados pelas corporações privadas e governamentais como "intrusos", o que gera tensão entre os diversos segmentos:

> Já nos fins do século XIX uma gleba de terras havia sido apropriada por um "coronel" nos campos do Irani (Palmas). Transferidos os direitos de posse para uma certa Companhia Frigorífica Pastoril Brasileira, que se propunha a levar à frente uma exploração racional, registraram-se conflitos com os numerosos "intrusos" que, vivendo em regime de economia de subsistência, ocupavam a área. [...] A expulsão dos ocupantes, transformados em "intrusos", é executada e a moderna exploração madeireira instalada arruína os pequenos produtores locais. (MONTEIRO, 2011, p. 45).

A presença da construção da estrada de ferro que corta o sertão, ainda em disputa de limites estaduais, inserida nesse contexto, contribui para confundir os moradores em tempos de pouca circulação de informações.

Assim, lideranças como João Maria ou José Maria (WEHLING, 2013), encontram um espaço fértil para desenvolver seus projetos que buscam uma outra forma de vida coletiva, envolvendo espiritualidade, política e justiça social, ainda que necessário o conflito.

> Em 1912, aparece em Campos Novos José Maria. Ali começa sua carreira de curador. Tendo curado a mulher de um fazendeiro, este, segundo se relata, oferece-lhe terras e muitas onças de ouro. As ofertas são recusadas. Deixa-se, no entanto, ficar junto à casa deste fazendeiro, improvisando-se logo no local um arraial de romeiros. (...) Antes de aparecer em Campos Novos, exercera seu curandeirismo em Lajes e entre os posseiros do lugar chamado de Irani, município de Palmas. (MONTEIRO, 2011, p. 278).

O “profeta” traz para si a responsabilidade de unificar o povo disperso, abrir-lhes os olhos para as injustiças sociais e para seus direitos e apontar-lhes um caminho de justiça, ainda que divina:

> O senhor reunirá toda a irmandade para em meu nome em uma forma geral e fazer verem tenham todos saído fora da guia que eu como verdadeiro pai desse povo que tem sido roubado em seus interesses e nos seus direitos por isso que até aqui em lugar de serem felizes estão sendo castigados todos os dias e são tão cegos que mesmos castigados pelas formas mais duras como tem sido parecem não acreditarem. Que bom seria que todos cumprissem as ordens porque então estariam já cobertos com o devido pano da bandeira da misericórdia. (MONTEIRO, 2011, p. 270).

Estava aberto o caminho para a Guerra do Contestado, cuja cronologia efetivamente tem início em 1914, quatro anos após o término da estrada de ferro na Região e termina em 1916. No entanto, a um evento como este importam um antes e um depois. Esse, que marcou a história do País e que se assemelha à Guerra de Canudos no sertão baiano, relatada na obra “Os Sertões” (1902), de Euclides da Cunha, deixou dados estimados dos quais ninguém pode se orgulhar, conforme aponta Monteiro (2011, p. 285): “Em uma população rebelde de vinte mil homens e mulheres, oito mil foram ao combate. Estimativa das tropas repressoras: seis mil homens, mais mil vaqueanos. Somados os dois lados, que perderam a vida: foram três mil homens”. E Rios, (2013, p. 3), assim descreve: “Faltou ao conflito um Euclides da Cunha, um Érico Veríssimo, enfim, um escritor cujo talento teria dado a esse episódio o merecido relevo”.

Terminada a luta, uma nova era haveria de se iniciar:

> Um novo século havia começado. Não no sentido místico e escatológico, como pensavam os fiéis da Guerra Santa, acalentando uma ilusão milenarista. O que havia começado, e muito concretamente, era a antinomia do sonho – o século do dinheiro, dos negócios e da violência crua. A caminho de sua realização plena, a ordem capitalista dava início à impiedosa desmistificação das relações de dominação que, desnudadas, mostravam sua verdadeira face. (MONTEIRO, 2011, p. 46).

Portanto, a guerra do Contestado não pode continuar tendo sua história reproduzida somente por um ou outro viés como o que se limita a entender a disputa de limites geográficos entre dois estados, nem com narrativas religiosas ou as que condenam os trabalhadores como bandidos, bandoleiros, etc, com os nomes das personagens de um lado marcados em ruas e avenidas, como heróis, como por exemplo, o Coronel João Gualberto e do outro lado os esquecidos, depreciados ou invisibilizados, embora se registre um ou outro evento como uma praça em Porto União, a Praça do

Contestado e uma universidade em Santa Catarina, a Universidade do Contestado.

Ousaria, sob um olhar de filho de um filho de quem perdeu um pedaço de terra nessas disputas, poder dizer, nas palavras de Mocellin (1989), que:

> A Guerra do Contestado foi uma insurreição camponesa, gerada pelas injustiças reinantes na época. Explorados pelos estrangeiros, esquecidos pelas autoridades, os sertanejos, ao seu modo, rebelaram-se contra essa ordem econômica, social e política que os sufocava. [...] rejeitaram a ordem capitalista que estava sendo implantada na região. Por isso, procuraram elaborar uma visão de mundo diferente daquela da classe dominante. Para implantar essa nova ordem, tinham o apoio maciço da população. O que lhes faltava era determinação política, objetividade, que historicamente não tinham possibilidade de ter. (MOCELLIN, 1989, p. 46).

2.3 AS MADEIREIRAS

Uma vez instalada a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande nas primeiras décadas do século XX na região de União da Vitória e Porto União, muitas empresas ligadas ao ramo de extração e beneficiamento de madeira foram se instalando próximas aos trilhos, ainda no final da primeira metade do século, a fim de facilitar o escoamento de sua produção,

> Os registros de 1926 e 1938, especialmente no primeiro, indicam uma maior concentração das serrarias nas regiões mais próximas à cidade ou a estrada de ferro, como. Paula Freitas, Rio Vermelho, São Domingos, Porto Vitória e Porto Almeida. Em 1926, essas regiões somavam 14 serrarias, e em 1938, 19 unidades. (CARVALHO, 2006, p. 164).

Como foi o caso da Madeireira Miguel Forte, uma das maiores indústrias do ramo, com mais de mil trabalhadores:

> Madeireira Miguel Forte S.A. fundada em fevereiro de 1939, atuando no ramo de madeiras serradas. Porém, sua história vem bem antes disso, pois, desde janeiro de 1921, já existia a Madeireira Miguel Forte, com uma marcenaria situada em São Paulo. Nove anos depois disso, também tinha sido criada, ainda na capital paulista, a indústria de móveis e um departamento de compras no Paraná, na cidade de União da Vitória. (REVISTA DA MADEIRA, 2005, p. 5)

Muitas dessas empresas procuram se instalar próximas a fontes de extração, como é o caso das que escolhem o município de Cruz Machado, o qual recebe uma leva bastante significante de trabalhadores estrangeiros e que vão servir de mão de obra para essas indústrias.

> Em 1943, os registros apontam 23 serrarias em Cruz Machado, e em 1948, 28 unidades. Além do mais, aumentam também as serrarias maiores nessa região, como por exemplo, a chegada da serraria da S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo. (CARVALHO, 2006, p. 165).

Algumas empresas, desde o início, foram diversificando a produção, entrando no ramo de portas e janelas, como é o caso da Madeireira Bernardon Penso e Cia que desde 1939, fabrica móveis, portas e janelas, inspirando outras empresas menores a se especializarem nesse ramo.

> A vocação da região na fabricação de esquadrias, portas e janelas teve início em 1939, quando da fundação da empresa Bernardon Penso e Cia. Na cidade de Bituruna, que produzia inicialmente móveis e portas. Seis anos mais tarde, a empresa especializou-se na produção de portas e janelas. Várias empresas foram criadas por ex-funcionários da Bernardon, hoje denominada Pormade, formando, assim, o embrião do APL de Esquadrias. (IPARDES, 2006, p. 7).

A diversificação de produtos derivados da madeira permitiu o surgimento de muitas outras indústrias ligadas a esse ramo, como

> [...] o ramo dos compensados, cuja primeira fábrica foi montada em União da Vitória pelo imigrante lituano Chakel Ruthemberg, em 1942. Inicialmente, 80% dos compensados de pinho eram exportados para o exterior e os compensados de cedro eram utilizados na fábrica de móveis do mesmo proprietário, localizada no Rio de Janeiro. (CARVALHO, 2006, p. 164).

A partir da década de 1950, as florestas de onde se extraíam grandes quantidades de madeiras, começam a dar sinais de esgotamento, o que faz com que algumas madeireiras migrem para outras regiões ainda ricas em florestas.

> A partir da década de 1950, as florestas primárias já estavam deslocadas ao oeste, na região de Bituruna e General Carneiro. Há indícios de que a indústria madeireira também tenha se deslocado para essas regiões, pois as serrarias são bem mais recentes nesses locais. [...] A partir das fontes das prefeituras de União da Vitória e Porto União, e da análise das informações de João Kretzen e da publicação A Vida Fecunda dos Municípios do Paraná, de 1924, é possível identificar um deslocamento de muitos madeireiros em direção a região de Palmas, a oeste de União da Vitória, e que ainda possuía florestas primárias de araucária. (CARVALHO, 2006, p. 167).

Com a redução das florestas, poucas alternativas restam para quem extrai seus recursos da flora local. Os que permanecem na região investem em plantações de pinus (ao que denominam de reflorestamento), árvore exótica, mas de rápido manejo.

> Atualmente, uma das grandes preocupações do setor é com a escassez futura de matéria-prima, o "apagão florestal". A questão é grave, uma vez que há limitações ao uso do solo, isto é, ao plantio de espécies reflorestadas. As de

> médio e grande porte são autossuficientes, pois geralmente possuem área de reflorestamento. As empresas de micro e pequeno porte dependem de pequenos fornecedores, cuja área reflorestada nem sempre é adequada aos padrões do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), portanto enfrentam restrições ao corte. (IPARDES, 2006, p. 15).

No entanto, na década de 1990 a 2000, algumas decisões governamentais inseridas num processo de privatização, coincidem com o êxodo ou o enfraquecimento de boa parte das indústrias de madeira de União da Vitória. Uma delas, é a privatização da rede ferroviária: Rede Ferroviária Federal S.A.

> A RFFSA foi uma empresa estatal brasileira de transporte ferroviário que cobria boa parte do território nacional. Fundada em 1957 mediante autorização da Lei 3.115/57 reunia dezoito ferrovias regionais e tinha como intuito promover e gerir o desenvolvimento no setor de transportes ferroviários. Seus serviços estenderam-se por quarenta anos, operando em quatro das cinco regiões brasileiras, em dezenove unidades da Federação Nacional, antes de ser privatizada pelo então Governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto 3.277, de 7 de dezembro de 1999. (REDE FERROVIÁRIA FEDERAL, 2021).

A quantidade de trabalhadores/as atuantes nessas fábricas de madeiras em União da Vitória, na década de 1990, segundo relato do entrevistado 4, (Apêndice 3), era de aproximadamente oito mil trabalhadores/as, saltando para três mil e quinhentos em 2021.

2.4 TECNOLOGIAS DA MADEIRA

As tecnologias usadas na produção de madeiras se referem aos artefatos oriundos do desenvolvimento tecnológico como máquinas de extração e beneficiamento no interior da fábrica, entre elas: serras-fitas, destopadeiras, plainas, tornos, caldeiras, empilhadeiras, tratores, furadeiras, lixadeiras, entre outros. Com base nos dados apontados pelo IPARDES (2006), os investimentos em tecnologias que facilitem o trabalho e amenizem o peso para os trabalhadores, parece não ser uma grande preocupação dos dirigentes, permanecendo o máximo possível com as mesmas máquinas e artefatos obsoletos.

> As empresas realizam poucos investimentos após a implantação da fábrica. As plantas são montadas, na maioria dos casos, com equipamentos usados. Quando investem, as principais invenções são em reforma de equipamentos ou aquisição de equipamentos usados, porém mais novos que o existente na planta. Mais de 60% dos equipamentos utilizados pelos estabelecimentos de micro e pequeno porte possuem mais de cinco anos de uso, e cerca de metade

> das empresas acreditam que seus equipamentos são de penúltima geração. (IPARDES, 2006, p. 9).

Mesmo as técnicas organizacionais pouco levam em conta os que fazem as máquinas girarem:

> Além dos equipamentos defasados, as empresas utilizam poucas das técnicas organizacionais modernas. Dos investimentos realizados nos últimos dez anos pelas empresas, os principais foram em aquisição (26,6%) e reforma (53,6%) de máquinas e equipamentos. Apenas 10% das empresas investiram em nova planta, e 7,3% em aquisição de planta existente. A justificativa das empresas é a dificuldade de obtenção de recursos para a realização de investimentos de longo prazo. (IPARDES, 2006, p.9).

No que diz respeito às inovações tecnológicas, as empresas que atuam no setor realizam poucos esforços inovativos e os poucos esforços não beneficiam os trabalhadores.

> As inovações mais freqüentes foram mudanças organizacionais, sobretudo na estrutura organizacional e na forma de comercialização (35% em cada caso). Nesses casos, cerca de metade das empresas de pequeno porte introduziu inovações. [...] Tanto em produtos quanto do processo, por julgarem esse item pouco importante para a competitividade no mercado, realizam poucos esforços inovativos. [...] Em relação a inovações de processo: as médias e grandes empresas adotaram principalmente processos tecnológicos já existentes no setor. (IPARDES, 2006, p. 17).

Quando os artefatos da tecnologia não contribuem para facilitar o trabalho, a manifestação é a vontade de deixar o posto, conforme relatam Martins *et al.* (2002):

> A maioria dos trabalhadores (94,7%) manifestou vontade de mudar de atividade, dando preferência a trabalhos mais leves e menos cansativos. Dentre os fatores que mais afetam o desempenho dos trabalhadores é o desconforto, como trabalhar em pé, barulho, pó, etc. (MARTINS *et al.*, 2002, p. 10).

Nesse caso, cabe ressaltar a afirmação de Antunes (2020), ao referir-se à alienação e estranhamento em Marx: “A efetivação do trabalho, portanto, é sua própria situação de desefetivação, o que significa dizer que se trata de uma efetividade que se configura como perda, que o trabalhador se desrealiza, se desefetiva e se estranha no processo de trabalho” (ANTUNES, 2020, p. 100).

2.5 OS/AS TRABALHADORES/AS

Durante longos anos, no auge dessas indústrias, um número elevado de trabalhadores/as (próximo de oito mil) se dedicaram a uma vida assalariada na extração e beneficiamento das madeiras. Porém, passadas algumas décadas, alguns fatos vão concorrer para mudanças no quadro de desenvolvimento, e por consequência, de postos de trabalho: fechamentos, falências e migração.

Se as empresas teriam migrado para outras regiões ou fechadas suas portas, o que teria acontecido com os trabalhadores e trabalhadoras dessas empresas? Para onde se deslocaram?

Muitas são as referências ao desenvolvimento industrial no ramo das madeireiras, do ponto de vista dos gestores. Mas a respeito das relações de trabalho sob a perspectiva dos trabalhadores, como passaram a viver, pouca referência foi possível encontrar. Esse é o problema relacionado a esta pesquisa: identificar para onde foram os trabalhadores e trabalhadoras das fábricas de madeiras que, por algum motivo, deixaram de atuar

Contudo, uma questão importante encontrada é em relação ao nível de escolaridade desses/as trabalhadores/as e sua e formação técnica para as funções que exerceram.

> De acordo com a FACE (FACULDADE DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA, 2004), cerca de 58% dos funcionários das empresas de União da Vitória e Porto União estudaram somente até o Ensino Fundamental; 3% fizeram curso técnico; e apenas 8% possuem curso de graduação. A situação é mais grave para micro e pequenas empresas: trabalho de Martini (2003) sobre estas, identifica que a formação predominante dos empregados é de Ensino Fundamental (82,22%). Os funcionários que possuem nível de escolaridade mais elevado exercem atividades administrativas ou de projetos das empresas, e são mais representativos em empresas de médio e grande porte. (IPARDES, 2006, p. 10).

O que se pode identificar é que por um lado, os dirigentes não veem como uma necessidade a formação elevada de seus/suas trabalhadores/as para as funções oferecidas. “As tarefas de produção são de simples aprendizagem e execução, e o treinamento dos funcionários como parte da rotina do trabalho é a forma de capacitação utilizada pela maioria dos empresários” (IPARDES, 2006, p. 10). Por outro, as instituições de ensino públicas e privadas também pouco contribuem nesse sentido, com exceção do Sistema S que, dentro de seus critérios, oferece algum tipo de curso básico e técnico.

> Como na região não há cursos voltados para o setor madeireiro, os funcionários mais qualificados são aqueles que operam diretamente os equipamentos ou fazem a manutenção elétrica e mecânica da empresa. Os poucos cursos técnicos na região não são dirigidos para o setor madeireiro. O SENAI, por exemplo, tem cursos de Mecânica para Manutenção Industrial; Eletricista para Manutenção Industrial; Instrumentação Industrial, voltado ao setor madeireiro; e Técnico em Celulose e Papel. (IPARDES, 2006, p. 10-11).

Portanto, não se percebe um avanço na qualificação profissional que permita uma evolução técnica que tenha como consequência uma evolução salarial, com raras exceções.

> A simplicidade das operações envolvidas no processo produtivo acaba levando ao emprego de mão-de-obra pouco qualificada e à baixa realização de atividades de capacitação nas empresas. (IPARDES, 2006, p. 11).

A partir dessa constatação, percebe-se que não basta identificar para onde foram os trabalhadores das fábricas. Um grande desafio para entender o perfil do trabalhador da indústria, nesse caso, seria tentar compreender suas origens, o que pode ter relação com o processo de imigração e a implantação da estrada de ferro. Contudo, não há como afirmar que todos os trabalhadores e trabalhadoras sejam oriundos de famílias que participaram desse processo, mas um grande contingente se origina nesse percurso.

> A questão da imigração recebeu destaque no Decreto Imperial. As Cláusulas 39 a 46 organizavam a colonização nas terras servidas por suas linhas férreas. A Companhia deveria estabelecer em terras a serem demarcadas até dez mil famílias de agricultores nacionais e estrangeiros, no prazo máximo de quinze anos. Cada família teria direito a um lote de terras de dez hectares e uma casa construída. Enquanto tivessem seu sustento provido pela Estrada de Ferro, os colonos trabalhariam 15 dias por mês em seus lotes e os demais dias para a Companhia, mediante um salário acordado entre as partes. (ESPIG, 2012, p. 4).

Esse critério, segundo Wehling (2013), contribui para uma fragmentação dos/as trabalhadores/as, dando a preferência nos postos de trabalho, ainda que rudes, aos imigrantes.

Como afirma Freire:

> Na medida em que a divisão das massas oprimidas é necessária à manutenção do status quo, portanto, à preservação do poder dos dominadores, urge que os oprimidos não percebam claramente este jogo. Neste sentido, mais uma vez é imperiosa a conquista para que os oprimidos realmente se convençam de que

> estão sendo defendidos. (FREIRE, 1994, p. 90).

A seleção de trabalhadores da estrada que receberiam porções de terras para plantar incluía uma fragmentação maior do que a existente que divide os trabalhadores da terra em os que tinham direito à posse da terra e os excluídos do processo, visto que a preferência seria por imigrantes europeus.

> Permaneceu, portanto, um dos problemas que se tornariam centrais na construção da EFSPRG: a carência de mão de obra considerada adequada para a dura tarefa de abertura de caminhos para a ferrovia. A noção do que seria "adequado" incluía preconceitos contra a mão-de-obra nacional e especialmente contra os trabalhadores do interior da região, os caboclos. (ESPIG, 2012, p. 5).

Esse preconceito contra os brasileiros, essa fragmentação de trabalhadores se naturalizava nos meios de comunicação do País.

> A necessidade da empresa em trazer braços válidos para a construção e, subsequentemente, para a colonização da região cortada pela ferrovia, juntou-se ao assinalado preconceito contra os trabalhadores nacionais. Em 1907 esperava-se a força de trabalho de 2.000 imigrantes que deveriam trabalhar na linha São Francisco, os quais, suponho, foram desviados para a linha tronco. No início de 1908 os jornais do interior catarinense comemoravam a aproximação das turmas. Festejava-se a possibilidade de colonização via EFSPRG. O papel atribuído ao caboclo morador da região era de contribuir para o progresso, mas não como mão-de-obra, e sim como produtor. (ESPIG, 2012, p. 11).

Como importa aqui estabelecer uma conexão entre os trabalhadores do início do século XX e os da indústria madeireira do final do século, há de se questionar o destino dos trabalhadores no final da construção da estrada, como bem questiona em sua pesquisa ESPIG (2012):

> Mas qual foi o destino encontrado pelos milhares de turmeiros que foram sendo dispensados dos trabalhos mais pesados durante o ano de 1910? Algumas fontes nos apontam para caminhos seguidos por estes homens. Sobre este assunto, seria um erro afirmarmos que houve apenas uma destinação, pois havia uma pluralidade de direções possíveis e certamente diferentes escolhas envolvidas. Embora a historiografia afirme que estes homens permaneceram na região, engrossando o caldo social que desembocou no Movimento do Contestado, seria ingenuidade supormos que a opção de todos tenha sido a mesma. (ESPIG, 2012, p. 15).

É possível que boa parte desses trabalhadores tenha voltado para sua cidade de origem e que alguns tenham sido convidados para continuar na construção de outros trechos de ferrovias. Mas aqueles que tinham seus familiares na região podem ter voltados a dedicar-se ao cultivo da terra ali mesmo.

> Dentre os milhares de homens dispensados, havia pelo menos uma parte que já tinha direção certa: os imigrantes já localizados que haviam sido aliciados junto às colônias. Estes homens, em sua maioria, haviam deixado terras e plantação, via de regra sob os cuidados de esposa e filhos, para alcançar ganhos razoáveis em um curto espaço de tempo. Seu retorno já era esperado, e em geral estes homens dirigiam-se às colônias (sobretudo paranaenses) cujo acesso era relativamente fácil, através das estradas de ferro e de rodagem. (ESPIG, 2012, p. 15).

Portanto, a história recente dos trabalhadores de fábrica ainda precisa ser vista a partir das singularidades desses trabalhadores, o que há de comum entre quem desbravou a floresta a serviço da estrada de ferro no início do século XX e os trabalhadores das fábricas de beneficiamento de madeiras do final do mesmo século? Uma das questões que permanecem para outras possíveis análises é: como eles chegaram até aqui, que outros fatores marcam a vida dos trabalhadores das fábricas de madeiras no final do século XX? Embora haja no imaginário coletivo certa admiração pelos rastros deixados pelos "gafanhotos de ferros", há muitas histórias de vida e de trabalho para serem contadas, não com os olhos do capital, mas a partir de quem as viveu.

> O Historiador Éric J. Hobsbawm indaga um tanto comovido: Como podemos negar a admiração por estas tropas de choque da industrialização que construíram tudo isso [ferrovias no século XIX], aos exércitos de camponeses frequentemente organizados de forma cooperativa que, com pá e picareta, moveram terra e pedras numa quantidade inimaginável, aos capatazes profissionais ingleses e irlandeses que construíram linhas longe de seus países, aos maquinistas e mecânicos de Newcastle ou Bolton que partiram para longe para construir novas linhas de ferro da Argentina ou Nova Gales do Sul. (HARDMAN, 2005, p. 148).

Por fim, as categorias: trabalho e tecnologia, no bojo de um segmento da ciência que nos últimos anos tem se voltado para as provocações a respeito da crise do capitalismo e o lugar dos que vivem da sua força de trabalho, desempenham um papel relevante no resgate histórico de uma classe que ao longo dos tempos tem tido seus direitos e seu espaço social pouco valorizados. Portanto, ao optar pela valorização das narrativas dos/as trabalhadores/as, as quais se inserem numa abordagem da história oral, leva-se em conta esse aspecto da academia e da vida desses sujeitos: a importância do trabalho, não como alienação como deseja o sistema hegemônico, mas como contribuição para a felicidade individual e coletiva e para a construção de uma sociedade menos desigual.

3 TRABALHO, SENTIDOS E PRECARIZAÇÃO

Escrever um capítulo abordando somente os aspectos positivos do trabalho poderia ser o anseio de muitos pesquisadores, se esses aspectos fossem superiores aos negativos e se correspondessem à realidade atual do mundo do trabalho: trabalhadores com baixa jornada diária, autonomia na função, salários compatíveis com as despesas de sua família, plano de saúde, vale transporte, auxílio alimentação, momentos de lazer e atividades esportivas, entre outros, seriam alguns dos benefícios mínimos que tornariam o trabalhador satisfeito na execução de suas tarefas ao longo da vida.

No entanto, além de não ser essa a realidade, o cenário que desponta para a classe trabalhadora é menos animador, sobretudo diante das condições impostas pelo modo de produção capitalista de uma globalização recente da economia e das reformas implantadas nos últimos anos Antunes (2020), na maioria das vezes com sacrifícios para os que vivem da sua força de trabalho, o que conduz este estudo a uma análise numa perspectiva dialética e histórica (ALTHUSSER, 1969), diante das contradições historicamente estabelecidas.

O que significou trabalho no passado, sua relação com a natureza, sentido ontológico, e o que representa o trabalho nas sociedades recentes?

> A trajetória histórica do trabalho pode ser lida de diferentes maneiras, observando-se aspectos da evolução humana, ocupação do espaço por diferentes grupos humanos, relações de poder, elementos de ordem econômica, política, cultural, entre outros. (SILVA; SANTOS; DURÃES, 2017, p. 5).

Além disso, os sentidos que o trabalho apresenta para o trabalhador, dependem de como as diferentes tarefas se dividem ao longo da história, podendo conduzir à realização humana, satisfação e prazer para alguns e a exploração, o sofrimento ou a tortura para outros. Segundo Vargas (2016):

> A dimensão do homo faber, cuja satisfação é medida pelo prazer intrínseco com o trabalho como atividade, como ofício, bem como pela autonomia e liberdade de iniciativa que implica. Se, por um lado, o trabalho pode ser fonte de prazer e satisfação, por outro, ele pode ser uma importante fonte de sofrimento para o trabalhador. (VARGAS, 2016, p. 10).

Referente ao valor que se dá ao trabalho no contexto social e político de cada época, Lessa (2012 apud SOARES; ARAÚJO, 2017, p. 3), diz que “trabalho é a

atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens".

Se buscamos esses sentidos nas comunidades pré-históricas, podemos identificar o seguinte:

> O homem pré-histórico é visto como um nômade. Seu trabalho se caracterizava basicamente pela coleta de bens da natureza que serviam à sua sobrevivência e a do grupo social. Numa visão essencialista, a divisão do trabalho ocorria de maneira natural de acordo com o sexo e a idade. Homens, mulheres e crianças assumiam naturalmente a sua função na divisão de tarefas. (SILVA, SANTOS; DURÃES, 2017, p. 5).

Contudo, à medida que avança a socialização, as relações de trabalho se alteram ao longo da história: a passagem de nômade a território fixo configura algumas modificações nas formas de realizar determinadas tarefas que passam a exigir ferramentas, técnicas e certa especialização e a consequente divisão de tarefas em atividades como: cultivo da terra, criação de animais, artesanatos, entre outros. De acordo com Hostins (2019), escrever um capítulo abordando somente os aspectos positivos do trabalho, poderia ser o anseio de muitos pesquisadores, se esses aspectos fossem superiores aos negativos e se correspondessem à realidade atual do mundo do trabalho: trabalhadores com baixa jornada diária, autonomia na função, salários compatíveis com as despesas de sua família, plano de saúde, vale transporte, auxílio alimentação, momentos de lazer e atividades esportivas, entre outros, seriam alguns dos benefícios mínimos que tornariam o trabalhador satisfeito na execução de suas tarefas ao longo da vida.

Uma consequência do processo de trabalho, como criador de novas necessidades ao ser, é a divisão social do trabalho. "No contexto de formação de novas necessidades geradas pelos processos de trabalho que nos torna um ser social, Lukács (2010), atribui a formação dos complexos sociais [...] como: Educação, Arte, Filosofia e Ciência" (HOSTINS *et al.*, 2019, p. 179).

O fenômeno da divisão social do trabalho acarreta conflitos ao longo da história, ao revelar desejos de poder, subordinação e hierarquia, o que pode ter contribuído para o surgimento de desigualdades, da propriedade privada e o princípio de uma das maiores injustiças da humanidade: a escravidão. Ao respeito, Silva, Santos e Durães (2017) assinala que:

> Tais condições serão favoráveis ao surgimento da propriedade privada e, por conseguinte, a desigualdade social entre os homens, a antiguidade fica

> marcada com o trabalho escravo evidenciando uma crescente desigualdade humana, numa situação em que o escravo se torna a ferramenta viva de realização do trabalho. (SILVA; SANTOS; DURÃES, 2017, p. 5).

Sem aprofundar esse modo de produção, do trabalho baseado na escravidão que perpassou a história e os continentes, saltando épocas não menos importantes, surge um outro sistema de trabalho análogo à escravidão, em que, com a anuência do Estado e da Igreja, os trabalhadores, agora denominados vassalos, passam a trabalhar em propriedades denominadas feudo, cujo dono é um suserano, em troca de alimentação e moradia: o Feudalismo.

Embora houvesse outras formas de trabalho autônomas, como por exemplo, os artesãos, no período da Idade Média, a organização feudal nos séculos V a XV, seria a forma predominante nas relações de trabalho (BATISTA, 2014). Nessa configuração, o trabalho é visto socialmente como uma virtude digna de salvação (KUOBO; GOUVÊA; MANTOVANI, 2013), que, além de trabalhar em troca de comida e moradia, condição de submissão do trabalhador lhe possibilita a remissão dos pecados, visto que exerce a virtude da humildade e não acumula riquezas. Silva (2017, p. 6) expressa que:

> No modo de produção feudal, o trabalho servil vincula diretamente o trabalhador ao seu senhor, por meio de uma dependência e subordinação hereditária, traduzida em tributos devidos em troca do lugar e condições de sobrevivência. A própria organização política e social de poder descentralizado e economia amonetária baseada na agricultura de subsistência reforçavam as condições de realização do trabalho neste período histórico.

Com a queda do Império Romano (476, DC), após longo período de fome e epidemia, a Europa volta-se para o que era possível naquele momento e que sempre foi até os dias atuais: extrair o alimento da terra, mesmo que em condições injustas. Batista (2014, p. 3) assinala que:

> Com a derrocada do Império Romano, as condições econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas enfrentaram profundas fraturas em suas estruturas, dentre as quais se destacavam: existência de uma ampla extensão territorial deixada pelo Império Romano em território ocidental e oriental; desenvolvimento de uma economia totalmente dependente da terra; convivência com uma base técnica simples dos instrumentos de trabalho, não permitindo ir além da realização de práticas primitivas, impedindo o avanço na esfera da produção de alimentos para atender às necessidades de todos os envolvidos; produção de excedentes para comercialização no mercado; e problemas expressivos enfrentados na esfera da demografia.

Estabelecendo critérios jurídicos nas relações de trabalho, senhores feudais (fazendeiros), apoiados pela igreja e pelo governo, recebem os trabalhadores

denominados servos nas suas terras. Com o passar do tempo, tais critérios deixam de ser cumpridos e os servos agora denominados vassalos, passam a trabalhar apenas em troca de alimentos e moradia, ao que Batista assim descreve:

> Vivenciando dificuldades que extrapolavam às de períodos anteriores – primeira Idade Média e alta Idade Média –, senhores feudais em conjunto com o clero não vacilaram em tomar decisões autoritárias: iniciam processos de intervenção nas relações jurídicas acordadas. Lembremos que a maioria das leis existentes ocorria sob a jurisdição dos costumes. Nesse exato momento os acordos públicos sofreram profundas intervenções. Senhores feudais e representantes oficiais da Igreja Católica deixam de cumprir seus contratos com os trabalhadores, o que causa profunda crise na relação. (BATISTA, 2014, p. 4).

O que revela uma condição permanente, como se estivessem predestinados ao fado dessa vida, até o esgotamento desse sistema por volta do século XVI, quando inicia outro período histórico, o Renascimento, uma outra organização de trabalho marcada como a fase embrionária do Capitalismo: a burguesia, que se consolida na Revolução Francesa (1789).

> Até aquele momento histórico medievo, a manifestação direta e intensa dos trabalhadores com a terra, ao colocarem suas energias físicas e psíquicas para o outro (senhor feudal), estabelecia uma relação de total dependência. Na condição de servo, seu único encontro com a vida resumia-se à figura de subordinação ao seu senhor e ao clero. A vontade do servo só se realizaria se a vontade do senhor fosse contemplada. (BATISTA, 2014, p. 6).

Apesar de todo apoio da igreja e de reinados para eternizar a subordinação dos trabalhadores, apesar de tantos anos e séculos, o feudalismo não suportou os anseios de autonomia dos trabalhadores. Alguns foram adquirindo habilidades e desenvolvimento de técnicas que lhes permitiram autonomia no trabalho.

> Alguns trabalhadores, detentores de conhecimentos técnicos em criar objetos artesanais iniciam uma relação diferenciada no interior do feudalismo. Individualmente, constroem seus ofícios e, na condição de mestres e/ou aprendizes realizam suas atividades criando e desenvolvendo objetos para serem comercializados. (BATISTA, 2014, p. 6).

Assim, a dependência de trabalhadores do sistema feudal, passa a perder forças e os trabalhadores resgatam antigos valores do trabalho produzido como potencialidades humanas e realização no ato de fazer as coisas, produzir matérias-primas do princípio ao fim e enxergar resultados no final do dia e da produção, decidir o que, por que e para quem produzir, além do prazer de ver a obra final de suas mãos sendo usadas ou consumidas por outras pessoas. Segundo Batista (2014), organizam-se entidades

representativas “as guildas” e alcançam forças políticas e sociais até então neutralizadas pelo sistema feudal.

> O artesão entrava em cena e registrava, nos anais da história da humanidade produtiva e reprodutiva, o campo de possibilidades em colocar-se enquanto ser social na esfera da produção artesanal. É a partir desse lugar que o trabalhador, artesão, passa a ter a condição de escolher o que, como e para quem produzir seus objetos. Suas decisões possibilitam estabelecer o encontro em sua totalidade com a natureza. O artesão atribuía vida às suas potencialidades, conhecia seus segredos e emocionava-se com suas surpresas, agora não mais dirigida pelo olhar e vontade do outro, mas sim a partir da sua vontade. (BATISTA, 2014, p. 7).

Com trabalhadores organizados é tempo de retorno de atividades urbanas, o tempo da manufatura: trabalhos, atividades realizadas em máquinas caseiras ou com as próprias mãos. Mas a manufatura abre espaço para dar início a uma outra forma de organização do trabalho, visto que muitos artesãos, não tendo onde produzir, aceitam desenvolver suas atividades no interior de alguma fábrica, e segundo Silva, Santos e Durães (2017), expressa que:

> [...] o trabalho adquire uma dimensão corporativa, e seu exercício está diretamente ligado a associações de artesãos, mercadores e profissionais, com regulamentos específicos que autorizam a realização das atividades laborais. Nesse sentido, a manufatura enquanto mecanismo de produção indica e se baseia numa divisão do trabalho, na medida em que operários se encontram no espaço da fábrica e executam diferentes ofícios que criam a mercadoria, juntando assim atividades artesanais que antes estavam separadas e divididas entre si. (SILVA; SANTOS; DURÃES, 2017, p. 6).

Estava aberto o caminho para a divisão do trabalho e toda uma estrutura que se efetiva para dar origem ao capitalismo:

> O capital não poderia ter surgido sem que certas condições pré-existentes já tivessem estabelecidas. A troca mercantil, um sistema monetário apropriado, um mercado de trabalho em funcionamento, arranjos institucionais mínimos (como o indivíduo jurídico, as leis e a propriedade privada) e um mercado de consumo para absorver as mercadorias produzidas, todos esses elementos eram requisitos mínimos. (HARVEY, 2018, p. 118).

Uma nova era está para surgir com a Revolução Francesa (1789): a Era Moderna, na qual a explosão da burguesia e o início da Revolução Industrial torna efetiva e hegemônica uma outra organização do trabalho que predomina até os dias atuais: o capitalismo, que traz consigo a divisão de classes entre a elite econômica e o proletariado:

> A Revolução Francesa, com seus ideais iluministas, e a Revolução Industrial com a introdução e/ou o aperfeiçoamento de técnicas de produção, marcam uma nova fase para a realização do trabalho. Trata-se do advento e ascensão do modo de produção capitalista, em que o trabalho passa a ser assalariado e torna-se uma das principais fontes de obtenção de lucro e acúmulo de capital. Aqui os conflitos se apresentam e se acentuam na dimensão dos interesses das classes envolvidas: burguesia e proletariado. (SILVA; SANTOS; DURÃES, 2017, p. 6).

Até aqui esta pesquisa tenta construir uma trajetória que demonstre como o trabalho é conceituado em dados momentos, que sentido tem o trabalho e que papel exerce o trabalhador nesses contextos, algumas dimensões do trabalho e suas origens as quais nos permitem elaborar outras reflexões sobre o sentido do trabalho contemporâneo e suas relações, o que pode contribuir para desmascarar as narrativas capitalistas como única via de acesso para quem vive da sua força de trabalho, como caminho do paraíso.

> Trabalho no sentido ontológico tem a ver com a interação que o homem estabelece com a natureza. Trata-se de uma atividade do gênero humano que é ao mesmo tempo objetivadora, social e consciente. Pode ser entendido como transformador ou produtor na sua essência. O trabalho com caráter transformador diz respeito à /da capacidade do homem em utilizar os recursos disponíveis na natureza, para assim transformá-los visando a obtenção de bens necessários à sua sobrevivência. Já o trabalho visto como produtor trata-se da produção e reprodução de bens, serviços e relações oriundas desta transformação. (SILVA; SANTOS; DURÃES, 2017, p. 4).

Lukács (1981 apud HOSTINS *et al*, 2019), define o trabalho, na sua relação com a natureza e com os outros, como categoria fundante ao afirmar que o trabalho afasta o homem do ser meramente biológico, o que lhe permite modificar o meio onde vive e a si mesmo:

> O trabalho, para o ser social, é definido como a atividade que gera o afastamento do homem das barreiras geradas pela condição biológica, pois é a ponte entre o ser e a relação com a natureza, na intenção de entendê-la para atender às suas necessidades e, também, a ponte entre o ser e a sociabilidade em que a interação com os demais homens acontece para a modificação do meio e de si. Assim, o trabalho é a categoria fundante, já que, segundo o filósofo, somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, [...] mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS 1981 apud HOSTINS *et al*, 2019, p. 177).

Iniciamos, assim, essa reflexão perseguindo o caminho de Marx (2014), com a seguinte teia de relações e reflexões: é possível falar de trabalho sem pensar em dinheiro, que se constitui no valor e um dos principais motivos pelo qual a maioria de

nós trabalhamos? Pode-se falar em dinheiro sem relacioná-lo com as coisas das quais necessitamos, como as mercadorias que consumimos, que se tornam o objeto concreto do dinheiro conseguido com trabalho e que também possuem determinados valores que se alteram durante o processo de circulação das mercadorias no mercado capitalista? Como acontece sua produção? Quem as produz, para quem, com que tempo e energia necessários, a que preço? Marx (2014), vai chamar essa energia de "força de trabalho".

A questão que se apresenta, então, é: como se configuram esses elementos que compõe o trabalho no mundo da humanidade e como se constituíram historicamente? Por que se produz mais do que o necessário e a maioria dos seres humanos não têm acesso ao que produz? São essas algumas das indagações que conduzem este capítulo e cujas tentativas de entendê-las, esbarram nas referências buscamos.

Marx (2014), afirma ter sido ele quem primeiro analisou e pôs em evidência essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria, numa perspectiva dialética, depois da Revolução Industrial (1760), Revolução Francesa (1789) e outras breves revoluções. Além disso, ele tenta entender, bem como traduzir, o difícil mundo do trabalho da forma em que este se configura no emaranhado mundo do capital no tempo dos homens e das mulheres da atualidade. Segundo Marx (2014, p. 57):

> [...] cada coisa útil, como ferro, papel, etc., pode ser considerada sob duplo aspecto, segundo qualidade e quantidade. Cada um desses objetos, é um conjunto de muitas propriedades e pode ser útil de diferentes modos. Constituem fatos históricos a descoberta dos diferentes modos, das diversas maneiras de usar as coisas, e a invenção das medidas, socialmente aceitas, para quantificar as coisas úteis.

Marx (2014) relaciona as coisas úteis ao valor que lhes é atribuído, estabelecendo uma contradição entre quantidade de trabalho empregado e qualidade das mercadorias produzidas:

> A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso, um bem. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. Ao considerar valor de uso, e pressupõem quantidades definidas, como uma dúzia de relógios, um metro de linho, uma tonelada de ferro etc. O valor de uso só se realiza com a utilização ou consumo. (MARX, 2014, p. 58).

Sobre alguns conceitos relacionados ao trabalho até então desconhecidos como, meios de produção, valor e tempo de trabalho, Marx (2014), afirma que:

> [...] toda força de trabalho da sociedade – que se revela nos valores do mundo das mercadorias – vale, aqui, por força de trabalho única, embora se constitua de inúmeras forças individuais de trabalho (...), na medida em que possua o

> caráter de uma força média de trabalho social e atue como essa força média, precisando apenas do tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. (p. 61).

Mas o que seria considerado como tempo de trabalho socialmente necessário? Marx (2014, p. 61), diz que "tempo de trabalho é o tempo requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existente e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho".

Diante dessa afirmação, vale ressaltar que, embora a máquina moderna tenha padronizado o tempo de cada um em tempo igual para todos, as pessoas desejam exercer suas atividades em tempos diferentes, nos limites de cada um. Caso contrário, o trabalho não produz a satisfação desejada, haja vista a pressão que se exerce sobre o ser humano, cuja constituição vai além do fazer coisas.

Contudo, esse tempo de trabalho, apontado por Marx, corresponde ao mesmo valor de uma mercadoria?

> [...] mercadorias que contêm iguais quantidades de trabalho, ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, possuem, consequentemente, valor da mesma magnitude [...], como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza. (MARX, 1975, p.46).

Na superação do sistema feudal, revela-se uma outra forma de relação com as mercadorias e com o dinheiro fixando preços que antes não havia. Quando Harvey (2017) analisa "O Capital", de Marx apresenta uma sequência de raciocínio sobre as mercadorias a partir da estrutura gerada pelo modelo produtivo hegemônico:

> A mercadoria é "uma coisa misteriosa" porque incorpora simultaneamente um valor de uso (ela atende a um desejo ou necessidade particular) e um valor de troca (posso usá-la como objeto de barganha para conseguir outras mercadorias). Essa dualidade sempre torna a mercadoria ambígua para nós: devemos consumi-la ou trocá-la. (HARVEY, 2017, p. 98).

E sobre essas relações mercadorias, preços e dinheiro, Harvey (2018) assim descreve:

> Se as relações de troca proliferam e se formam os mercados de fixação de preços, uma mercadoria cristaliza-se tipicamente como dinheiro. Com o dinheiro, o mistério da mercadoria assume uma nova dimensão, porque o valor de uso do dinheiro está em sua representação do mundo do trabalho social e do valor de troca. (p. 98).

Quando a mercadoria passa a ter valor simbólico por meio do dinheiro, vale ressaltar que Marx, em O Capital, apud Harvey (2008), disseca a difícil e quase

impenetrável estrutura do mundo capitalista do trabalho, na busca pela realização individual por meio da concorrência e do acúmulo da riqueza, mas condena as relações humanas historicamente estabelecidas pelo trabalho e a realização humana na produção das mercadorias.

> O advento de uma economia do dinheiro, dissolve os vínculos e relações que compõem as comunidades "tradicionais", de modo que "o dinheiro se torna a verdadeira comunidade". Passamos de uma condição social em que dependemos de maneira direta de pessoas a quem conhecemos pessoalmente para uma situação em que dependemos de relações impessoais e objetivas com outras pessoas. (HARVEY, 2008, p. 98).

Alguns exemplos, na atualidade, podem ser constatados nas relações sociais apontadas por Marx (1994), visivelmente nas organizações de trabalho em que ao se comunicar com um representante de grande empresa, o interlocutor, representando a instituição, prontamente responde: "a empresa tal agradece seu contato", e nessa resposta como instituição o trabalhador tem a sua identidade anulada, fenômeno que Faria e Meneghetti (2007), vão denominar de "sequestro da subjetividade":

> O seqüestro da subjetividade por parte da organização consiste no fato desta apropriar-se, planejadamente, através de programas na área de gestão de pessoas, e de forma sub-reptícia, furtiva, às ocultas, da concepção da realidade que integra o domínio das atividades psíquicas, emocionais e afetivas dos sujeitos individuais ou coletivos que a compõem (trabalhadores, empregados). Estas atividades formam a base da percepção e da representação que permite aos sujeitos interpretar o concreto pela via do pensamento e tomar atitudes (agir). O seqüestro da percepção e da elaboração subjetiva priva os sujeitos de sua liberdade de se apropriar da realidade e de elaborar, organizar e sistematizar seu próprio saber, ficando à mercê dos saberes e valores produzidos e alimentados pela organização sequestradora. (FARIA; MENEGHETTI, 2007, p. 5).

Ainda nas relações internas, nas empresas, muitas vezes, fica estipulado que a objetividade do trabalho não permite expressões de sentimentos ou problemas pessoais, familiares não inerentes à empresa.

> As condições de trabalho e de vida, a alegria, a raiva ou frustração que estão por trás da produção de mercadorias, os estados de ânimo dos produtores, tudo isso está oculto de nós ao trocarmos um objeto (o dinheiro) por outro (a mercadoria). (HARVEY, 2008, p. 98).

Também Araújo (2019), analisando a ergonometria do trabalho (AET) em empresas recuperadas pelos trabalhadores (ERTs), aborda o fenômeno da subjetividade nos espaços de trabalho sob a ótica do trabalhador ao executar certa tarefa determinada por seus "supervisores".

> Cada trabalhador precisa lidar com uma série de variabilidades, refazer continuamente o problema que precisa resolver para garantir a qualidade, a quantidade e os custos dos sistemas de produção. O trabalho real se faz a partir de uma prescrição, mas não é igual a ela. A ergonomia diferencia a tarefa (prescrita) da atividade (real). Mesmo nos trabalhos mais "simples" e repetitivos, o indivíduo precisa gerir sempre (SCHWARTZ, 2004). Não há como a gerência "pensar por ele", tornando o seu trabalho apenas execução. O trabalho acontece justamente nessas lacunas, entre o que foi pré-definido e o que está de fato colocado pelas condições reais que o trabalhador enfrenta em cada situação particular e única. (ARAÚJO *et al.*, 2019, p. 51).

Esses critérios contribuem para formas alienadas de produzir e a alienação, não só do trabalhador, mas do sujeito que consome os produtos do mercado, não permite que estes reflitam sobre em que condições sociais se produzem as mercadorias. Harvey (2008, p. 98) diz que podemos tomar nosso café da manhã sem pensar na miríade de pessoas envolvidas em sua produção e que: "O dinheiro e a troca no mercado põem um véu, "mascaram" as relações sociais entre as coisas [...], fazendo com que todos os vestígios de exploração sejam obliterados no objeto – não há impressões digitais da exploração no pão nosso de cada dia".

Essa condição, afirma Harvey (2008, p. 98), "é denominada por Marx de fetichismo da mercadoria". O conceito de fetichismo, estabelecido por Marx apud Harvey (2018, p. 113), explica "como, em condições de modernização capitalista, podemos ser tão objetivamente dependentes de outros, cuja vida e aspirações permanecem tão totalmente opacas para nós".

Marx (apud HARVEY, 2018, p. 113) procura desvendar essa máscara fetichista e entender as relações sociais que estão por trás dela. Essas e outras reflexões sobre as mercadorias parecem não ter eco ou nenhuma relação com o trabalho na forma em que este se encontra estruturado a partir do início da modernidade até os dias atuais. No mundo inteiro, com raras exceções, o rompimento entre trabalho, trabalhadores e produtos vai se tornando, lentamente naturalizada e falar de marxismo, para alguns, passou a representar alguma coisa depreciativa, significando algum mal à humanidade. Mas Harvey (2008), referindo-se à Modernidade, atualiza as afirmações de Marx quando diz que:

> [...] no Manifesto Comunista, Marx e Engels afirmam que a burguesia criou um novo internacionalismo através do mercado mundial, ao lado da "sujeição das forças da natureza ao homem, do maquinário, da aplicação da química à agricultura e à indústria, da navegação a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo, da devastação de continentes inteiros para cultivo, da canalização de rios, do surgimento de populações inteiras como que por encanto". Fê-lo a um alto custo: violência, destruição de tradições, opressão, redução da avalição de toda atividade ao frio cálculo do dinheiro e do lucro. (p. 97).

O que está impresso no imaginário social é de que a teoria marxista ficou estacionada no Século XIX e que essa organização social do trabalho que divide os donos dos meios de produção e aqueles que vivem da sua força de trabalho é sistemática e harmônica. Qualquer coisa, portanto, em sentido contrário, que toque nas diferenças e nas estruturas do sistema, pode gerar sérios conflitos, embora seja visível a relação desigual de forças e a aparente fragilidade dos que vendem a força de trabalho.

Retomando a afirmação que atinge "a ponta do iceberg" da Pós-Modernidade, Harvey (2008), resgata os argumentos de Marx e Engels:

> Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes mesmo de ossificar-se. Tudo o que é sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas. (p. 113).

Essa aparente fragilidade nos argumentos em favor de uma harmonia nas relações de trabalho, ou a aceitação da condição imposta pelas novas estruturas de mercado, calcadas no poder do dinheiro, tem sido cada vez mais reforçada pela implementação de novos artefatos tecnológicos que produzem o que Marx denomina de "trabalho morto" (HARVEY, 2018) e ameaçam antigos postos de trabalho.

Ao perceber o esgotamento estrutural do capitalismo Wallerstein (2004 apud Feldmann, 2018), seus defensores procuram outras formas de exploração do trabalho, ancoradas no aperfeiçoamento de novos artefatos com a finalidade de gerar novas formas de exploração e denominam isso de inovações tecnológicas. Segundo Harvey (2018, p. 114), "muitas inovações tecnológicas são concebidas para desempoderar o trabalhador tanto no mercado quanto no processo de trabalho", visto que no mercado o trabalhador assalariado tem pouco poder de compra para acessar os artefatos quando lançados e no processo de trabalho nem todos são treinados para manipular os artefatos lançados como inovações, o que contribui para gerar o "exército" de mão de obra à disposição.

> A criação, por meio do desemprego tecnologicamente induzido, de um exército industrial de reserva põe em foco as adaptações tecnológicas capazes de poupar mão de obra. Inovações que melhoram a eficiência e a coordenação, ou aceleram os tempos de rotação na produção e na circulação, produzem quantidades maiores de mais-valor para o capital. (HARVEY, 2018, p. 114).

Ainda que novas tecnologias possam contribuir para amenizar o sofrimento do trabalho manual pesado em longas jornadas, ainda que a criação de novos artefatos possam ajudar a salvar vidas em hospitais na cura de doenças como a AIDS e na solução de vacinas contra uma pandemia como a da Covid-19, Harvey (2018), alerta para sua aparente neutralidade e insignificante contribuição para as necessárias transformações de que necessita a aldeia humana universal, caso não venha acompanhada de algumas mudanças como nas relações sociais e nos arranjos institucionais.

> Inovações tecnológicas na forma-dinheiro não levam a lugar algum, como vimos anteriormente, se não forem acompanhadas de no mínimo transformações paralelas nas relações sociais, nas concepções espirituais e nos arranjos institucionais. Novas tecnologias (como a internet e as mídias sociais) prometem um futuro socialista utópico, mas, na ausência de outras formas de ação, acabam cooptadas pelo capital e transformadas em novas formas e modos de exploração e acumulação. (HARVEY, 2018, p. 116).

As inovações trazem algum conforto, o de imaginar que a máquina moderna, que depende de menos operadores, ameniza a força de trabalho e promete-lhes algumas vantagens como reduzir o tempo de trabalho na produção, ou seja, produzir mais em menos tempo, sem aumentar salários e jornada, o que leva a algumas perigosas consequências para os trabalhadores, como a perda de postos de trabalho na colheita de cana em que os cortadores são substituídos por grandes máquinas

> As usinas de açúcar e etanol são um dos mais fortes símbolos das mudanças no campo. Em oito anos, o plantio e a colheita, que eram 100% feitos a partir do trabalho dos cortadores de cana, já estão 80% mecanizados em Minas. Até 2014, nos locais onde for possível introduzir máquinas, não vai haver trabalho humano. Os semeadores e cortadores de cana que representavam 60% dos empregos gerados no setor, sendo alvo de discussões sociais que envolviam o trabalho exaustivo e até denúncias de trabalho escravo, hoje estão reduzidos a cerca de 25%. (CASTRO, 2013, não p.)

Ou na substituição por mulheres e crianças em cadeias produtivas da indústria têxtil:

> O emprego de mão de obra infantil ainda é uma prática recorrente em muitas empresas ligadas à moda. Destas crianças, a maioria não estuda e habita em condições precárias, pois ao final da jornada, parte desses trabalhadores dorme dentro da própria fábrica, enquanto outros moram próximo ao trabalho em quartos alugados em prédios em condições semelhantes à das fábricas [...] No que concerne ao trabalho feminino, predominante no ramo têxtil, diversos são os aspectos a se considerar. Para Souza-Lobo (1991), o primeiro obstáculo a ser superado pelas operárias é a dupla jornada, pois além da baixa remuneração no trabalho a mulher desempenha funções domésticas não remuneradas. (LONGHI; SANTOS, 2016, p. 87).

Nessa aparente neutralidade da tecnologia, Harvey (2018), destaca o papel da máquina como arma poderosa do capital contra os trabalhadores afirmando que a "máquina deixa ser uma aliada do trabalhador para se tornar seu adversário", em tempos de movimentos e de lutas por direitos coletivos de sua classe:

> Mas a maquinaria não atua apenas como concorrente poderoso, sempre pronto a tornar "supérfluo" o trabalhador assalariado. O capital, de maneira aberta e tendencial, proclama e maneja a maquinaria como potência hostil ao trabalhador. Ela se converte na arma mais poderosa para a repressão das periódicas revoltas operárias, greves etc. contra a autocracia do capital. (HARVEY, 2018, p. 114).

Nessa relação estabelecida pela consolidação do capitalismo sobre as relações de trabalho em que o capital se apropria de quase tudo o que pertence ao trabalhador, ou seja, expropria o trabalhador, Harvey (2018, p. 119) assim declara. "O capital se apropria dos processos e condições existentes e os transforma em algo perfeitamente ajustado aos requisitos de um modo de produção capitalista".

Se não bastasse isso, quando sobram ao trabalhador somente os braços e o cérebro, o capital suga o que lhe resta:

> Da mesma maneira, apropria-se das divisões de trabalho preexistentes e separa cada uma delas em divisões planejadas de trabalho no interior da forma capitalista e em divisões de trabalho na sociedade coordenadas por indicadores do mercado. (HARVEY, 2018, p. 119).

Quando olhamos o mundo do trabalho por esse prisma sob a análise de Marx e Harvey, parece-nos um pouco pessimista, mas não ainda desesperador, pois, o que estava por vir para os trabalhadores, após a Segunda Guerra Mundial, pode ser um pouco pior, Silver (2005). Sem levar em conta a abrangência do mundo do trabalho, seria possível dizer que essa expropriação do trabalho das mãos do trabalhador é algo que não terá fim no mundo capitalista? Na interpretação de Antunes:

> Hoje estamos diante de um vilipêndio em relação aos direitos do trabalho no país, cujo significado tem requintes comparáveis aos da escravidão. Descontentes com os parcos direitos conquistados pela classe trabalhadora, os capitais exigem a terceirização total do trabalho, conforme consta de modo cabal no PL 4.330 (depois modificado para PLC 30/2015). (ANTUNES, 2020, p. 174).

Que essa visão pessimista pode ser apenas o prenúncio do fim do trabalho, na perspectiva do emprego estrutural a partir da segunda metade do Século XX. Antunes (2001), afirma que:

> [...] a crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Dentre elas, podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza. (p. 15).

Antunes (2001) analisa o contexto do trabalho a partir da década de setenta do século XX para dizer que o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário. Que ocorreram mutações intensas, de diferentes ordens e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar consequências muito fortes no interior do mundo do trabalho e, em particular, no âmbito do movimento operário e sindical.

> A partir dos anos 70 do Século XX, vivenciamos um período que os teóricos vão denominar de *crise estrutural do capital* com a implementação do neoliberalismo, com profundas mudanças nas relações público-privadas que afetam os trabalhadores como um todo, retirando-lhes direitos fundamentais como a previdência e, descaradamente, apoiados pela grande mídia, o enfraquecimento de suas representações sindicais. (ANTUNES, 2001, p. 187).

Com esse inevitável avanço das políticas neoliberais a partir dos anos 70 do século XX, quais foram as consequências no processo de produção e de que forma afetam o mundo do trabalho? Segundo Antunes (2001), as mais importantes foram:

> [...] diminuição do operariado manual, fabril; aumento acentuado das inúmeras formas de precarização do trabalho, subcontratados, terceirizados; aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, em escala mundial, principalmente no trabalho precarizado, subcontratado, com salários geralmente mais baixos; exclusão dos trabalhadores jovens e velhos; intensificação e superexploração do trabalho, sobretudo aos imigrantes e trabalho infantil; explosão do desemprego estrutural. (p. 190).

Com todos esses ataques no final do último século de profunda destruição da classe trabalhadora, respaldada pelo Estado, os trabalhadores fragmentaram-se se ainda mais como categoria. Segundo Antunes (2001),

> essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora ainda mais dividida, entre os que têm uma profissão e os que não têm, são os qualificados e os desqualificados. Os que estão no mercado no mercado formal e os da informalidade, os que conseguem uma estabilidade e os precarizados, entre os brasileiros e imigrantes. (p. 292).

Esse quadro no mundo recente do trabalho, se estende e se intensifica até o tempo presente, com a privatização de empresas estatais brasileiras avalizada pelo

Congresso Nacional do Brasil – com reformas nos setores de educação (SÁ, 2016), do trabalho (ANTUNES, 2020) e da previdência, (PIKETTY, 2019) –, de forma, como diz Harvey (2018, p. 291), "a sufocar o último suspiro do trabalhador, que acaba tendo uma espada no coração e um punhal nas costas pelo flagelo do desemprego que não para de crescer". Ressalte-se que Antunes aponta esse quadro dois anos antes da pandemia da Covid-19, cujo quadro se agrava a partir de março de 2020.

A pandemia da Covid-19 se torna o fator mais agravante para a classe trabalhadora, servindo como justificativa do mercado para o aumento da precarização e exclusão, principalmente de quem já se encontrava na informalidade, como bem assinala Santos (2020, p. 16):

> Os trabalhadores precários, informais, ditos autónomos. Depois de quarenta anos de ataque aos direitos dos trabalhadores em todo o mundo por parte das políticas neoliberais, este grupo de trabalhadores é globalmente dominante, ainda que sejam muito significativas as diferenças de país para país. O que significará a quarentena para estes trabalhadores, que tendem a ser os mais rapidamente despedidos sempre que há uma crise económica?

Santos (2020) reflete sobre a mísera condição dos que já se aventuram no dia a dia para viver seu cotidiano e não lhes resta outra alternativa que não seja arriscar-se ou morrer de fome:

> O que significa a quarentena para trabalhadores que ganham dia-a-dia para viver dia-a-dia? Arriscarão desobedecer à quarentena para dar de comer à sua família? Como resolverão o conflito entre o dever de alimentar a família e o dever de proteger as suas vidas e a vida desta? Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a opção. (SANTOS, 2020, p. 16).

Mediante a essa diversidade e fragmentação dos trabalhadores e do trabalho, que esperança podem ter então, nos dias atuais, os que vivem da sua força de trabalho? Antunes (2020, p. 191), afirma que, "ao contrário dos que propugnaram pelo fim do papel central da classe trabalhadora no mundo atual" o desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho, nesta virada do século XX para o XXI, é:

> [...] soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem – se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (des)sociabilização. (ANTUNES, 2001, p. 191).

Visto ser uma grandiosa massa nessa situação, bem maior que a dos que detêm os meios de produção – Santos (2020, p. 16) diz que: "Na América Latina, cerca de 50% dos trabalhadores empregam-se no sector informal – pode ser que o reconhecimento de uma identidade de classe que unifique todos os setores encontre uma solução coletiva". Assim, seria possível encontrar formas de articulação entre os vários segmentos de trabalhadores, ocupados ou não, para fortalecer os laços de solidariedade e buscar uma identidade conjunta, bem como uma reorganização do trabalho sob a perspectiva dos trabalhadores, que aponte alternativas para a classe trabalhadora e uma revisão dos conceitos referentes ao trabalho implementados pela burguesia lá pelo século XVIII e sedimentados no mundo capitalista ocidental até o século XXI.

Diante da pandemia em que estamos mergulhados, podemos ainda refletir, para encerrar este capítulo, sobre a sugestão de Santos (2020, p. 31):

> Só com uma nova articulação entre os processos políticos e os processos civilizatórios será possível começar a pensar numa sociedade em que humanidade assuma uma posição mais humilde no planeta em que habita. Uma humanidade que se habitue a duas ideias básicas: há muito mais vida no planeta do que a vida humana, já que esta representa apenas 0,01% da vida existente no planeta; a defesa da vida do planeta no seu conjunto é a condição para a continuação da vida da humanidade.

Se o que buscamos, no limiar deste século, é a possibilidade de alcançarmos mais vida em abundância para todos/as, de modo que o trabalho, ao invés de acarretar sofrimento, contribua com nossas realizações pessoais e sociais, precisamos acreditar que é possível criar alternativas de resistência, de organização de classe e de articulação que coloque em sintonia os que vivem da sua força de trabalho.

Nesse sentido ainda, a ciência que permite o desenvolvimento tecnológico, com seus artefatos oriundos da técnica, pode contribuir para uma vida mais justa, para um mundo de trabalho mais digno, contrapondo a hegemonia do capital, especialmente em países periféricos onde a tecnologia tem se colocada historicamente a serviço da fragmentação social.

4 TECNOLOGIAS, TÉCNICAS, ARTEFATOS E TRABALHADORES

Quando falamos em tecnologia, nos deparamos com uma série de conceitos relacionados a ela, como trabalho, cultura, artefatos, ciência e sociedade. Contudo, um dos objetivos específicos desta pesquisa refere-se à tecnologia, no sentido de estabelecer uma análise desta, sob o prisma de quem vive do trabalho.

Deste modo, a pesquisa que se apresenta aqui em relação aos trabalhadores e às trabalhadoras que perderam seus postos de trabalho, após o encerramento das atividades das fábricas de beneficiamento de madeira no Sul do Estado do Paraná refere-se ao desenvolvimento tecnológico com seus artefatos, de como a introdução de alguns destes produtos (trens, tornos, caldeiras, tratores, guinchos e outros) da tecnologia do cotidiano interferem na subjetividade dos/as trabalhadores/as e, por isso, a necessidade de entender como trabalho, ciência e tecnologia podem ser compreendidos na perspectiva dos/as trabalhadores/as, atores desta pesquisa.

Assim, essa reflexão sobre a tecnologia pretende analisar suas origens, funções, alguns conceitos relacionados a tecnologia, como a noção de artefatos e de técnica em autores como Spengler (1941), Pinto (2008) e sobre como determinados segmentos sociais se apropriaram dela de modo particular, excluindo outros grupos de menor acesso, como afirma Winner (1986, p .201): "É óbvio que as tecnologias podem ser usadas de modo a aumentar o poder, a autoridade e o privilégio de algumas pessoas sobre outras".

À medida que os seres humanos vão se agrupando no início da civilização, diversos artefatos vão surgindo de acordo com a necessidade de cada grupo e de cada região. A noção de artefatos diz respeito à ideia da criação de objetos encontrados na natureza, ou oriundos da técnica que auxiliem o ser humano no desenvolvimento de algumas tarefas necessárias, utilizando-os como instrumento de produção que facilitem a realização do trabalho. Tais artefatos, como elementos da tecnologia, ainda que primitiva, contribuem para o desenvolvimento da humanidade, conforme descrevem Mendonça, Oliveira e Costa:

> A tecnologia sempre acompanhou o desenvolvimento humano. O homem primitivo, em busca de sua sobrevivência, utilizou diferentes artefatos disponíveis no meio, como ferramentas que o auxiliaram em tarefas que ele não seria capaz de realizar somente com o uso das mãos. (MENDONÇA; OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 3).

Marx (1998) estabelece uma diferença entre instrumentos de produção naturais e instrumentos de produção criados pela civilização.

> O campo cultivado (a água, por exemplo) pode ser considerado como instrumento de produção natural. Para o instrumento de produção natural, os indivíduos são subordinados à natureza; no segundo caso, produtos criados, eles se subordinam a um produto do trabalho. (p. 78).

No entanto, Marx e Engels (1998) não definem um conceito específico de técnica, mas a inclui na totalidade de suas reflexões referentes a máquinas e à tecnologia.

Uma definição simples sobre técnica, mas que pode resumir o que se pretende, seria:

> Técnica é criar um manejo, um conhecimento que possa gerar inventos com intuito de facilitar um determinado trabalho. Com as relações sociais de experiências ocorre a evolução das técnicas, que seria um acúmulo de conhecimento acerca das formas de trabalho. Os computadores, o transporte aéreo, a fibra óptica, o conjunto de conhecimentos, pesquisas e todo arsenal de tecnologias da sociedade contemporânea é resultado da transformação da técnica para tecnologia. (FREITAS, 2020, p. 1).

Ao abordar a questão técnica em relação à História Universal, Spengler expressa-se da seguinte forma:

> O problema da técnica e sua relação com a Cultura e História só se manifesta no século dezenove, pois, (...) o século dezoito, a Era de Robinson Crusoe e de Jean Jacques Roussseau, dos parques ingleses e da poesia pastoril, considerava o homem "primitivo" como uma espécie de cordeirinho pacífico e virtuoso que mais tarde a cultura deitou a perder. Seu aspecto técnico era completamente esquecido, ou se chegavam a vê-lo, consideravam-no indigno da atenção do moralista. (SPENGLER, 1941, p.17).

Haudricourt (2017) destaca a relevância dada pelos etnógrafos à tecnologia como ciência das atividades humanas, a qual por muito tempo teria tido um estatuto inferior até o século XIX pela ótica acadêmica:

> As diferentes histórias do trabalho ou histórias das classes trabalhadoras eram muito mais focalizadas na história dos modos de produção do que na das forças produtivas [...], os etnógrafos, ao contrário, desde o início de sua disciplina, deram grande importância à tecnologia. (HAUDRICOURT, 2017, p. 2).

Porém, com o advento da Era Industrial, do transporte por máquinas a vapor e trens, a evolução da técnica deu um salto que nos obrigou a pensar qual seu sentido e qual lugar ela ocupa no nosso meio. Spengler assim se expressa sobre esse fenômeno:

> [...] a técnica maquinista da Europa Ocidental, depois de Napoleão, cresceu a proporções gigantescas e, com suas cidades fabris, suas estradas de ferro e barcos a vapor e obrigou-nos finalmente a encarar o problema de frente e a sério. Qual a significação da técnica? Qual o sentido dentro da História? O seu valor dentro da vida? Que posição ocupa, social e metafisicamente? (SPENGLER, 1941, p. 18).

Contudo, sem desconsiderar a importância da evolução das máquinas, Spengler (1941), alerta para não considerar a técnica a partir de uma determinada época e nem a considerar como produto da maquinaria, mas entender a técnica como uma questão geral que precede a vida humana:

> Para compreender a essência da técnica, não devemos partir da era da máquina e muito menos da ideia enganadora de que a construção de máquinas e utensílios seja o objetivo da técnica. Porque na realidade a técnica é muitíssimo antiga e, além do mais, ela não é algo de historicamente específico, mas sim qualquer coisa de imensamente geral. A técnica transcende as origens da humanidade, recua até a vida dos animais, de todos os animais. (SPENGLER, 1941, p. 25).

Todas essas reflexões de Spengler (1941), referentes à técnica, sintetizam sua definição:

> A técnica é a tática de vida; é a forma íntima cuja expressão exterior é a conduta no conflito – no conflito que se identifica com a própria vida. [...] O que importa não é como se fabricam as coisas, mas o que fazemos com elas. (SPENGLER, 1941, p. 26).

Assim, minimamente definido o conceito de técnica, tenta-se aqui encontrar um elo que conduza a ideia de técnica para tecnologia, objeto deste estudo.

Vislumbrou-se então, buscar em Pinto (2008), os avanços da técnica, o deslumbramento, o fascínio cultural, o desenvolvimento das máquinas da Era Industrial e a apropriação ideológica da consciência dos usuários subjugados, fazendo daquilo que os destrói, a mais encantadora das invenções, de maneira que até o conceito de natureza se modifica com a incorporação dos produtos do desenvolvimento tecnológico como elementos essenciais da natureza moderna. Nesse sentido, a reflexão de Pinto (2008) sobre a tecnologia começa por definir a natureza em determinadas épocas e por situar o homem (diga-se a sociedade), na sua interação e seu entendimento com a natureza:

> O homem é um ser destinado a viver necessariamente na natureza. Apenas, o que se entende por "natureza" em cada fase histórica, corresponde a uma realidade diferente. Se no início era o mundo espontaneamente constituído, agora que o civilizado consegue cercar-se de produtos fabricados pela arte e pela ciência, serão estes que formarão para ele, a nova "natureza". De fato, tão realmente assim lhe parecem, que a falta deles é considerada estranha, vindo a caracterizar o estado de pobreza, de atraso. (PINTO, 2008, p. 37).

Essa reflexão sobre o homem e a natureza introduz o pensamento de Pinto (2008), na questão da tecnologia, partindo do que representa a evolução tecnológica e sua adaptação na natureza do homem moderno, ao afirmar que:

> Os objetos de conforto que nos cercam, os meios de transporte dos quais nos valemos são para as gerações atuais a própria natureza, no sentido de serem o que lhes parece como natural. [...] A simples interrupção da corrente elétrica doméstica, causando a escuridão e paralisação dos aparelhos mecânicos ou eletrônicos, parece uma anormalidade, sem que alguém pense tratar-se na verdade do retorno à normalidade antiga, pois a humanidade viveu por incontáveis milênios, em que floresceram grandes civilizações e se realizaram admiráveis obras de cultura sem conhecer nenhum desses recursos de que hoje dispomos e acreditamos serem tão naturais que desperta admiração se por qualquer motivo nos faltam. (PINTO, 2008, p. 37).

Para Pinto (2008), a tecnologia pode ser entendida como os "logos" ou o estudo da técnica e esta sim como a ação, a arte de produzir objetos ou desenvolver tarefas:

> Pinto propõe então que a tecnologia possa ser entendida como o estudo da técnica, e esta, como ato produtivo, seja considerada como um dado da realidade objetiva, um produto da percepção humana que retorna ao mundo na forma de ação, materializada em instrumentos e máquinas, e entregue à transmissão cultural. (SOUSA; OLIVEIRA, s.d., p. 6).

Embora esta análise sobre os artefatos da técnica volte mais tarde para apresentar o deslumbramento dos produtos da técnica pelos trabalhadores das indústrias da madeira, cabe ressaltar de como a produção de artefatos, de modo geral, produz encantamento e se insere na ideologia da produção capitalista, conforme a afirmação de Pinto (2008, p. 38): "Atualmente o que excita espanto e entusiasmo é o conjunto dos objetos e procedimentos que nos cercam. Daí a fácil conversão dessa atitude em ideologia".

Ao descrever sua definição sobre tecnologia, Pinto (2008, p. 219), afirma que: "A palavra tecnologia é usada a todo momento por pessoas das mais diversas qualificações e com propósitos divergentes". E acrescenta que sua importância na

compreensão dos problemas da realidade atual agiganta-se em razão justamente do largo e indiscriminado emprego que a torna ao mesmo tempo uma noção essencial e confusa. Em vista disso, apresenta quatro acepções necessárias para uma definição de tecnologia:

> [...] a "tecnologia" tem de ser a teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica, abrangidas nesta última noção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa. B) [...] "tecnologia" equivale pura e simplesmente a técnica. Indiscutivelmente este constitui o sentido mais frequente e popular da palavra. C) [...] "tecnologia" entendida como o conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento. A importância dessa acepção reside em ser a ela que se costuma fazer menção quando se procura referir ou medir o grau de avanço do processo das forças produtivas de uma sociedade. D) [...] a ideologização da técnica. (PINTO, 2008, p. 220).

Por fim, ressalta-se nestas definições de Pinto (2008), a forma como ele conceitua a tecnologia como uma ciência que resulta da ação técnica pela relação humana inserida na cultura, ao afirmar:

> Se a técnica configura um dado da realidade objetiva, um produto da percepção humana que retorna ao mundo em forma de ação, materializado em instrumentos e máquinas, e entregue à transmissão cultural, compreende-se tenha obrigatoriamente de haver a ciência que o abrange e explora, dando em resultado um conjunto de formulações teóricas, recheada de complexo e rico conteúdo epistemológico. Tal ciência deve ser chamada "tecnologia", conforme o uso generalizado na composição das denominações científicas. (PINTO, 2008, p. 221).

A estreita e já estabelecida relação no mundo da pesquisa entre a ciência e a tecnologia (C&T), aparece, segundo Harvey, como papel central na Obra de Marx: "A tecnologia em combinação com a ciência, aparece como preocupação central ao longo do Livro I, *O Capital*, embora seu foco seja o papel da tecnologia e da ciência em relação à valorização do capital e à produção de mercadorias" (HARVEY, 2018, p. 111).

Com referência às nossas relações com ciência e a tecnologia (C&T), Habermas (2012, p. 149), relacionou três mundos, dos quais participamos como seres humanos, "o mundo objetivo das coisas, o mundo social das pessoas, o mundo subjetivo dos sentimentos. Nós nos alternamos constantemente entre os três mundos em nossa vida cotidiana".

Segundo Winner (1986), a relação das pessoas com as tecnologias no interior de uma fábrica, embora muitas vezes inconscientes, transforma-lhes em elementos técnicos, a depender da habilidade de cada um em manipular os artefatos que compõem o modo de produção da fábrica. Heidegger afirma que:

> A tecnologia nos invade de um modo inclemente. E que estamos envolvidos na transformação do mundo todo, o que inclui a nós mesmos, como reservas permanente, matéria prima mobilizada nos processos técnicos. Para ele essa relação entre indivíduos e artefatos é ainda mais do que isso. Que nos tornamos pouco a pouco mais do que objetos da técnica, incorporados nos próprios mecanismos que criamos. (HEIDEGGER, 1977 apud FEENBERG, 2003, p. 5).

Mas Heidegger (1977 apud FEENBERG, 2003, p. 6) também procura nos conscientizar sobre esse discurso de condenação da tecnologia, de que as máquinas causam a nossa própria destruição, dizendo que "não é que as máquinas sejam más nem que tenham tomado o poder, mas que, na constante escolha de usá-las em detrimento de qualquer outra alternativa, acabamos fazendo muitas outras escolhas indesejadas".

4.1 A QUESTÃO DA NEUTRALIDADE DA TECNOLOGIA

Essa afirmação de Heidegger sobre nossas escolhas indesejadas encontra eco na crítica de Winner sobre o discurso da neutralidade da Ciência e Tecnologia (C&T), quando este afirma que:

> Algumas das mais interessantes pesquisas em tecnologia e política tentam demonstrar, numa forma detalhada e concreta, como aspectos de projeto, aparentemente inócuos, em sistemas de trânsito, projetos de água, maquinaria industrial e outras tecnologias, mascaram escolhas sociais de profunda significação. (WINNER, 1986, p. 23).

Winner (1986) refere-se à neutralidade da tecnologia, alertando para a nossa maneira de defini-las "como resultado da produção de ferramentas neutras que podem ser usadas para o bem ou para o mal" (p. 201), mas que "não paramos para pensar se tais ferramentas podem produzir um conjunto de consequências anteriores a seus pretensos usos" (p. 202).

Ainda sobre o discurso da neutralidade da tecnologia Winner (1986, p. 202) é categórico em sua afirmação de que "estaremos cegos se nossa linguagem política e moral referente à tecnologia, não considerar o significado dos *designers* e dos arranjos dos artefatos".

Nessa mesma linha de crítica sobre a neutralidade, Thomas (2009, p. 25), argumenta que "as tecnologias são construções sociais da mesma forma que as sociedades são construções tecnológicas [...] e as tecnologias não são neutras e podem fazer parte das nossas sociedades democráticas, visto que são resultados de escolhas políticas e sociais".

4.2 INTERAÇÃO, TECNOLOGIA, TRABALHO E SER HUMANO

Também importa pensar na tecnologia em relação a sua interação com o trabalho, ou melhor, de que modo os sujeitos interagem com a tecnologia no seu ambiente de trabalho. Importa incorporar aqui o pensamento de Habermas, destacado por McCarthy (1981), com respeito à presença da tecnologia no mundo do trabalho e, por consequência, na vida das pessoas, ao que ele define como "tecnificação da vida", conforme escreve:

> O ponto de vista de Habermas é que, enquanto as formas especificamente históricas da ciência e da tecnologia dependem de arranjos institucionais que são variáveis, suas estruturas lógicas básicas estão fundamentadas na própria natureza do agir enquanto agir racional com respeito a fins. (MCCARTHY, 1981, p. 22).

Mas Habermas argumentava, a princípio, que trabalho e interação tinham cada qual sua própria lógica.

> O trabalho se orienta ao sucesso; é uma forma de agir racional com respeito a fins cuja meta é o controle do mundo [...] nestes termos, o desenvolvimento tecnológico consiste na substituição de recursos mecânicos por membros e faculdades humanas. (HABERMAS, 2012, p. 725).

Complementamos aqui com a afirmação de Haudricourt (2017), o qual estabelece essa relação do fazer técnico com o comportamento anatômico humano:

> Qualquer ato é um movimento muscular. Acontece que esses movimentos tradicionalmente ensinados de geração para geração constituíam a própria realidade estudada pela tecnologia. Isso colocava em questão a classificação dos feitos técnicos, que até então os etnólogos classificavam, assim como no ensino técnico, ou com base na matéria trabalhada – madeira, metal, pele, etc. – ou nas necessidades satisfeitas – habitação, vestiário, alimentação, etc. (HAUDRICOURT, 217, p. 3).

Por contraste, Habermas (2012, p. 726), afirma que "a interação envolve comunicação entre sujeitos na busca de uma compreensão comum". E Feenberg (2003, p. 9), completa que "a tendência tecnocrática das sociedades modernas resulta de um desequilíbrio entre esses dois tipos de agir – interação e trabalho".

Contudo, o risco de uma padronização de comportamentos e interação dirigida conduz a uma invisibilização das subjetividades no trabalho, o que, embora poucas vezes atestada pelos médicos especialistas do trabalho, acaba por ser negada e se transforma naquilo que Feenberg (2003, p. 10), denuncia: "A patologia central das sociedades modernas é a colonização do mundo da vida pelos sistemas".

A respeito de interações humanas, especialmente no mundo do trabalho, não descarta a relação com as tecnologias presentes na modernidade. A análise de Feenberg (2003) sobre Heidegger e Habermas é de que para ambos, a reestruturação da realidade social pela ação técnica nos tempos modernos é inimiga a uma vida rica de significados.

Por outro lado, Feenberg não é tão pessimista com relação à interação homem-máquina e ao futuro das tecnologias, ao dizer que:

> Embora as máquinas modernas não dependam do mesmo grau como as ferramentas de artesanato dependem dos operadores humanos, é ainda possível designá-las para tirar vantagens de um ambiente de inteligência humanas. Que a integração homem-máquina, penetrando em toda a extensão das capacidades intelectuais e físicas dos trabalhadores, implica formas mais participativas de organização. (FEENBERG, 2003, p.52).

E, de certa forma, Feenberg contradiz o pessimismo de Heidegger de que o futuro tecnológico estaria predeterminado, ao afirmar que: "A ideia de uma tecnologia concreta que inclui seres humanos e natureza em sua própria estrutura contradiz a noção do senso comum de que a técnica conquista seus objetos" (FEENBERG, 2003, p. 52).

O autor ainda cita os exemplos das últimas conquistas da técnica para toda a humanidade, ao dizer:

> Lutas inesperadas sobre temas como força nuclear, acesso a tratamento experimental para pacientes de Aids e participação do usuário no projeto do computador, lembram-nos que o futuro tecnológico não está, de modo algum, predeterminado. Na proporção em que tais lutas se espalhem, poderemos ter esperança de habitarmos um futuro bem diferente do que aquele projetado pela crítica essencialista. (FEENBERG, 2003, p. 56).

Conclui Feenberg (2003, p. 56) de que nesse futuro, “a tecnologia não será um destino que se deva apoiar ou negar, mas como um desafio à criatividade política e social”.

4.3 AS TECNOLOGIAS DA MADEIRA E A ESTRADA DE FERRO

No período que antecede a presença da estrada de ferro na região sul do Brasil, a tecnologia da madeira é bem rudimentar, como descreve Carvalho:

> Antes da década de 1910, época que coincide com a instalação da companhia Lumber no planalto sul-brasileiro, a exploração madeireira da floresta com araucária, com exceção de algumas poucas serrarias, era apenas destinada a atender necessidades locais de madeira serrada nas colônias ou nas pequenas vilas que existiam no planalto. Muitas vezes as tábuas, vigas e outros tipos de peças de madeira eram extraídos das toras sem o uso de máquinas, com o uso exclusivo da força humana, pelo processo de falquejar a madeira à mão ou cortando as toras com traçadeiras. (CARVALHO, 2010, p. 109).

Destoando das pequenas serrarias, cujo objetivo era atender as necessidades locais, a Lumber com tecnologia norte americana, chega na primeira década do século XX, no Planalto Norte de Santa Catarina divisa com o Sul do Paraná, com o propósito de extrair, beneficiar e exportar a madeira que cresce em abundância às margens da estrada em construção, sendo na época considerada a maior e mais sofisticada empresa do ramo da madeira da América Latina. A *Lumber Companhy* é uma das empresas pertencentes ao grupo empresarial de Percival Faquhar, este responsável pela construção da estrada de ferro, Ferrovia São Paulo – Rio Grande.

Geralmente, integram os instrumentos necessários para a produção e beneficiamento de madeiras, as ferramentas que compõem sua extração, desde as mais rudes como machado, foice, guinchos e motosserras, até os artefatos mais sofisticados de logística e transporte, como tratores, caminhões e trens. A este último cabe uma função de maior protagonismo na logística do transporte desde a origem até a exportação dos produtos beneficiados, pois, na região desta pesquisa, os vestígios indicam que a estrada de ferro atravessa as florestas de araucária e penetra nos pátios das fábricas (Apêndice 1), alavancando o progresso, que traz a riqueza para os donos dos meios de produção e um trabalho assalariado para uma população de trabalhadores do campo com pouca ou nenhuma terra e formação para o trabalho na indústria, conforme aponta Carvalho (2010, p. 29). “Ferrovias privadas conectando os locais onde

estavam as imensas toras com a fábrica, além de maquinários de última tecnologia, incluindo poderosos guinchos a vapor para puxar as árvores abatidas".

Ressalte-se que, conforme Hardman (2005), a ferrovia, ao apresentar uma tecnologia de saltar os olhos de uma população, na época pouco acostumada ao ronco e a fumaça desse meio de transporte, desempenha no desenvolvimento da comunidade regional, sem alterar a estrutura de classes sociais, papeis significativos que reforçam, para alguns, argumentos romantizados de progresso e de desenvolvimento tecnológico, em sintonia com a visão nacional, positivista de progresso e civilidade. Monastirsky (2006, p. 48), acrescenta:

> No Estado do Paraná, a concepção romantizada da ferrovia foi igualmente incorporada por um movimento paralelo, associado ao movimento republicano: acontecia no Paraná o "Movimento Paranista" ou "Paranismo" que, além de seguir a tendência nacional da busca da civilidade e do progresso, também visava constituir uma identidade regional ao Estado do Paraná.

Essa visão fantasiosa de progresso, de fetiche da tecnologia (MARX, 2013) é compartilhada pela imprensa das primeiras décadas do século XX que destaca a importância da chegada do trem na região, estabelecendo um entroncamento ferroviário, ligando os países do Sul, como a Argentina e Uruguai e o centro do Brasil, como se a fortuna resultante do progresso contemplasse todos os habitantes da região. Assim descreve o jornal O Progresso: "União da Vitória está predestinada a ser uma cidade importantíssima. A bifurcação e o cruzamento das estradas de ferro vieram enriquecer essa localidade" (O PROGRESSO, 1910 apud MONASTIRSKY, 2006, p.157).

Também referindo-se a Ponta Grossa, o mesmo jornal aponta:

> A algumas horas de São Paulo, natural fornecedora de toda rica e enorme zona central paranaense, não há ponto mais propício para o florescimento das indústrias. [...] Um bom serviço de luz, água e esgotos, o zêlo é paulista, nas causas respeitantes à administração do município, grandemente, concorrem para lhe dar, fóros de cidade moderna, capaz de atrair de toda parte, o braço e o capital – esses fatores maravilhosos e necessários ao rápido impulsionamento de um centro industrial, como o nosso em pouco vae ser (O PROGRESSO, 1911 apud MONASTIRSKY, 2006, p 157).

Por algumas décadas a ferrovia representou o foco do desenvolvimento na região da divisa do Paraná e Santa Catarina (região desta pesquisa) amparando as fábricas madeireiras com sua logística em transporte, até perder forças na metade do século XX, quando entra em cena o transporte rodoviário.

> A representatividade da ferrovia como tecnologia de vanguarda associada à expectativa de desenvolvimento, foi a inicialmente incentivada pelo movimento republicano, ampliou-se nas décadas de 1920/30 e se estendeu até meados do século XX, quando diminuiu consideravelmente os investimentos de manutenção e modernização da estrutura ferroviária brasileira em função da nova ordem: o transporte rodoviário. (MONASTIRSKY, 2006, p. 48).

Para alguns o desejado progresso se concretizou mesmo. Grande parte das próprias serrarias, no início do século XX, com seus instrumentos necessários ao corte e beneficiamento de madeira, com seu conjunto de artefatos tecnológicos, alguns de pouca sofisticação, com exceção da *Lumber Companhy* que já inicia grande e sofisticada, resultam da presença da estrada de ferro que também surge na primeira década do referido século.

> Na região da araucária, como passaremos a entendê-la, pipocaram serrarias construídas por imigrantes e fazendeiros locais (os coronéis), principalmente a partir de 1910, com a construção de uma ferrovia que viabilizou o escoamento de madeira dos sertões. A princípio essas serrarias eram pequenos estabelecimentos rústicos e que pareciam desprezíveis ante as extensões a perder de vista dos pinheirais. A Lumber era a grande exceção, a grande empresa em meio à floresta. (CARVALHO, 2010, p. 29-30).

Se por um lado, predominou a pequena indústria de madeira por um bom tempo, carente de tecnologia, depois da construção da estrada de ferro, a evolução das madeireiras e a possibilidade de exportação passam a exigir mais do que uma estrada de ferro, necessitando mais mão de obra e mais tecnologia.

> Esse tipo de serraria, hoje extinto, continuou existindo por muitas décadas, embora cada vez mais a indústria da madeira sulina tenha ao longo do século se aperfeiçoada tecnicamente e aumentado consideravelmente a sua escala de produção. (CARVALHO, 2010, p. 112).

No final do século XX, com exceção da logística de transporte agora por rodovias, o que se pode perceber no interior das fábricas de madeiras é pouca evolução tecnológica que se some à força de trabalho: máquinas elétricas, serras-fitas, destopadeiras[4], carregadeiras, tornos, caldeiras, amperímetros, e até computadores e produtos químicos, tudo tem um propósito que não tem a princípio a função de amenizar a força braçal consumida pelos/as trabalhadores/as e as longas jornadas, embora pareçam como aliados do/a trabalhador/a.

---

[4] "Verbo destopar: usado, especialmente no ramo moveleiro, máquinas para fazer destopamento, as destopadeiras ou destopadoras. Significa "tirar o topo".

O que se constata é a extinção de postos de trabalho e o aumento da produção, mantendo a mesma estrutura capitalista ou pior ainda para quem vive de sua força de trabalho e não se ajusta às máquinas do final do século, a exclusão definitiva. É o que, na concepção de Marx (2013), pode-se denominar de "trabalho morto".

Há algo ainda a ser dito sobre aqueles que por algum motivo não puderam dominar os artefatos resultantes do desenvolvimento tecnológico, os quais passaram a ser excluídos do novo processo de trabalho no final do século XX e início do século XXI, como define Hobsbawm:

> [...] as classes operárias acabaram e de maneira muito clara após a década de 1990, tornando-se vítimas das novas tecnologias; sobretudo os homens e mulheres não qualificados das linhas de produção em massa, que podiam ser mais facilmente substituídos por maquinário automatizado. (HOBSBAWM, 1995, p. 298).

E esse algo a ser dito, pode se revelar pela voz dos/as trabalhadores/as das madeireiras, por meio das suas narrativas na pesquisa com a História Oral.

Portanto, além da crítica que se deve fazer ao desenvolvimento tecnológico da atualidade, que tem se mostrado a serviço das desigualdades sociais, o que se pode notar na redução de antigos postos de trabalho, é preciso também reconhecer que estamos vivendo um tempo que exige uma disposição coletiva para o enfrentamento dos desafios gerados pelas tecnologias que avançam no século XXI com seus novos artefatos atendendo uma parcela privilegiada da sociedade, sem considerar as demandas sociais de países em desenvolvimento como no caso do Brasil.

5 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo, foi utilizada uma metodologia de natureza qualitativa, com perspectiva materialista histórica e dialética, tendo a história oral como abordagem metodológica.

A pesquisa qualitativa é um método de investigação científico que se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades, histórias de vida e experiências individuais. Segundo Flick (2009, p. 19), a pesquisa qualitativa

> [...] é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida. Essa pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico de questões como a crescente individualização das formas de vida e a dissolução de antigas desigualdades sociais dentro de uma nova diversidade de ambientes, estilos e formas de vida.

Como é amplamente conhecido, Marx e Engels desenvolveram a teoria do materialismo histórico e dialético empregando um materialismo que unisse dialeticamente a realidade objetiva, os sujeitos e suas modificações (PEREIRA; FRANCIOLI, 2011).

A dialética, segundo Pereira e Francioli (2011, p. 96), "é a ciência das leis mais gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento, a ciência da ligação universal de todos os fenômenos que existem no mundo".

O materialismo, afirmam Pereira e Francioli (2011, p. 94-95)

> [...] considera que na sociedade tudo está ligado à natureza, visto que o homem age sobre ela para produzir seus materiais de consumo, no entanto, não somos produtos da natureza, mas da história humana. [...] O materialismo histórico é a ciência filosófica que busca compreender a sociedade humana, estudando a evolução desta sociedade e como os homens a utilizam.

Na sociedade capitalista, o trabalho, utilizado pelo homem para extrair da natureza sua existência, em dado momento da história se transforma em objeto de exploração da força do trabalho humano e, por consequência, na produção da desigualdade social. Neste contexto, afirmam Pereira e Francioli (2011, p. 93), "o materialismo, segundo Marx, defende a superação da exploração da força de trabalho e das desigualdades sociais fixadas na sociedade capitalista".

O materialismo histórico e dialético "é um método de análise do desenvolvimento humano, levando em consideração que o homem se desenvolve à

medida que age e transforma a natureza e neste processo também se modifica" (PEREIRA; FRANCIOLI, 2011, p. 96),

Com relação a História Oral (MEIHY, 2005) esta pesquisa ouviu as narrativas dos trabalhadores e das trabalhadoras dispensados/as de seus postos de trabalho após o encerramento das atividades de duas madeireiras de União da Vitória-PR, a saber: Madeireira Cedro Verde & Cia Ltda e a Madeireira Komadeiras S.A.[5]

Mas por que trabalhar com a história oral de pessoas anônimas, trabalhadoras de fábricas que encerraram suas atividades? Segundo Meihy, porque interessa registrar acontecimentos que a história oficial invisibiliza e porque a história "[...] é feita pelas pessoas comuns, com sentimentos, paixões, idealizações, qualidades e defeitos" (2005, p. 25)

Neste sentido, qualquer registro do cotidiano é história, seja de pessoas humildes ou ilustres e depende da vontade de alguém que registre ou guarde ou proponha alguma forma de análise, como que "[...] garantindo que "tudo é história", ela decorre da vontade de registrar, guardar e propor análises fundadas em um conceito de conhecimento que se dobra ao continuum da vida" (MEIHY, 2005, p. 25).

No entanto, pelo seu dinamismo e criatividade a história oral causa certa dificuldade para sua definição, contudo, alguns autores, no seu tempo, expressam algum conceito, assim como Mehy:

> História oral é uma prática de apreensão de narrativas feitas através do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhas, promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato. (MEIHY, 2005, p. 17).

Para Meihy (2005), a história oral não se reduz ao presente, sua razão de ser consiste numa abordagem do passado como um processo contínuo que se reflete no presente como história viva e pode contribuir para definições do futuro:

> Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a história oral como história viva. Nessa medida, a história oral não oferece uma mudança de conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a

[5] Por questões éticas, os nomes dos participantes e das fábricas são fictícios, ficando estas, desde já, denominadas: Cedro Verde & Cia Ltda e Komadeiras S.A. Os/as autores das narrativas foram chamados de "Entrevistado ou Entrevistada" durante o processo de aplicação e de análise dos dados.

> sequência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem. (MEIHY, 2005, p. 19).

Enquanto metodologia de pesquisa, a História Oral deve focar a atenção nas entrevistas, privilegiando os depoimentos como atenção central dos estudos. Meihy (2005, p. 49) destaca que para "[...] ser garantidas como método, as entrevistas precisam ser ressaltadas como nervo da pesquisa, e é com base nelas que os resultados são efetivados".

Desta forma, esta pesquisa não focalizou história oral como técnica, mas como metodologia, visto que como técnica se supõe que já existe uma documentação escrita, sendo que o peso dado aos testemunhos orais seria neutralizado em função da documentação central. Segundo Meihy (2005, p. 50), "há três formas de procedimentos aplicados na história oral como metodologia: 1. Relatos integrados à discussão documental/historiográfica; 2. Relatos anexados ao debate; 3. Relatos em discussão paralela".

Esta pesquisa trabalhou com a primeira forma de procedimento acima: relatos integrados à discussão documental/historiográfica buscando registrar as experiências, as lembranças e as expectativas dos/as trabalhadores/as que viveram o contexto no tempo e no espaço definidos por este estudo.

Objetivos

Objetivo geral

Este estudo teve como objetivo geral: compreender, por meio da História Oral, a história dos/as trabalhadores/as que vivenciaram o encerramento das atividades das indústrias madeireiras, localizadas em União da Vitória, no Estado do Paraná, no período de 1990 a 2010.

Objetivos específicos

a) Levantar as razões para o encerramento das atividades das madeireiras, sob o ponto de vista dos/as trabalhadores/as;
b) Analisar as tecnologias típicas da época e suas relações com os/as trabalhadores/as;

c) Compreender para onde foram os/as trabalhadores/as assalariados/as das madeireiras após o encerramento das atividades;
d) Identificar que tipo de atividades desenvolvem nos dias de hoje;
e) Compreender se as tecnologias utilizadas nas fábricas de madeira para gerar desenvolvimento, contribuíram com a geração de trabalho, renda e estabilidade financeira dos seus trabalhadores e das suas trabalhadoras.

5.1 FASES DA PESQUISA

Para atender aos objetivos geral e específicos supramencionados este estudo perpassou por dois momentos, a saber:

a) Pesquisa bibliográfica;
b) História oral.

A pesquisa bibliográfica explorou temas relacionados às categorias de: a Relação Estrada de Ferro, Guerra do Contestado, Madeireiras; o Trabalho e a Tecnologia.

Autores como Antunes (2001, 2020), Dagnino (2019), Feenberg (1995, 1996, 2003), Harvey (2008, 2018), Pinto (2008), Marx (2013), Spengler (1941), Winner (1986), Hardman (2005), Souza (2004), dentre outros, fundamentaram tais categorias.

No que diz respeito às etapas da história oral, Meihy (2005), define como sendo quatro as etapas principais, ainda que eventualmente complementares: 1.elaboração do projeto; 2.gravação; 3.confecção do documento escrito; 4.eventual análise e devolução do produto.

5.1.1 Etapa 1 – A elaboração do projeto

A elaboração do projeto seguiu todas as normativas que envolveram as definições: do tema, do público-alvo, da amostra e da aplicação da pesquisa propriamente dita.

Ressalte-se que esta pesquisa planejada e estruturada para a realização de todas as etapas da História Oral, concretizou-se apesar dos seguintes acontecimentos:

a) O período pandêmico extensivo durante a pesquisa – de março de 2020 até dezembro de 2021 - impactou significativamente na efetivação desta pesquisa, especialmente nos momentos de levantamento dos dados com os/as entrevistados/as, bem como da sua análise;

b) Da diminuição do número de trabalhadores/as que aceitaram participar da pesquisa, devido a não familiaridade em acessar uma plataforma de comunicação *online* e de não ser possível uma entrevista face a face por conta do medo de contágio da doença;

c) Do pesquisador ter sido acometido pela doença entre o momento da qualificação da pesquisa e o da sua defesa, atrasando sobremaneira o prazo para finalização da dissertação.

5.1. 2 Etapa 2 – Gravação

O público-alvo desta pesquisa foi os/as trabalhadores/as remanescentes do trabalho das indústrias madeireiras de União da Vitória-PR, no período de 1990 a 2010.

A amostra contou com cinco trabalhadores e trabalhadoras, os/as quais foram entrevistados/as para apresentar, em forma de narrativa oral, as suas experiências de trabalho, do tempo aproximado de duas décadas, de 1990 a 2010, no interior de duas fábricas de beneficiamento de madeiras na cidade supramencionada, sendo estas, a Madeireira Cedro Verde & Cia Ltda e a Madeireira Komadeiras S.A. A seguir apresenta-se o Quadro 1 sobre o Perfil dos/as entrevistados/as:

Quadro 1 – Perfil dos/entrevistados/as

Entrevis-tado/a	Gênero	Idade	Formação	Empresa	Tempo de atuação	Cargos ocupados
1	M	54	Graduação-Comércio Exterior	Madeireira Cedro Verde & Cia Ltda	30 anos	Gestor Expedição/ Exportação
	F	51	Técnico em Celulose e Papel	Madeireira Cedro Verde & Cia Ltda	25 anos	Secretária/ Chefe de setor/Supervisora de Qualidade e Controle de acabamentos
3	M	50	Graduação em Contabilidade	Komadeiras S.A	10 anos	Contador

4[6]	M	68	Graduação em Economia e Direito, Especialização em Direito	Madevag S.A	8 anos	Recursos Humanos
5	F	40	Graduação em Processos Gerenciais	Madeireira Cedro Verde & Cia Ltda	6 anos	Telefonista

Fonte: Autoria própria (2021).

Além das informações sobre o perfil dos/as trabalhadores/as citadas no Quadro 1, importa acrescentar mais algumas informações a seu respeito: são três homens e duas mulheres, naturais da própria cidade e da região e residentes na mesma cidade, ou na vizinha cidade de Porto União, SC, casados/as e com filhos/as.

Para a coleta de dados, cinco momentos de contato com os/as entrevistados/as foram definidos, sendo:

O primeiro contato com esses/as sujeitos aconteceu por meio de terceiros, pessoas conhecidas deles que os indicaram.

O segundo contato foi por telefone, momento em que lhes foi apresentado o projeto da pesquisa, explicado os motivos de sua participação e quem eram o pesquisador e a instituição que a originou.

O terceiro contato, agendamento da gravação das entrevistas e as assinaturas do TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2).

O quarto contato, o momento da gravação das entrevistas. Com relação a este momento é importante salientar que as entrevistas foram gravadas em plataforma de comunicação *online,* em substituição à pesquisa de campo presencial tendo em vista o momento de pandemia da Covid-19. Elas aconteceram no período compreendido de 24/03 a 18/10/2021 com duração média de trinta a sessenta minutos cada.

O quinto contato, foi o retorno das entrevistas textualizadas para a concordância ou eventuais alterações de seus autores.

A entrevista, além de compor o projeto da história oral, ela também possui etapas, a saber: pré-entrevista (conforme já descrito anteriormente), entrevista propriamente dita, que tem como base um roteiro prévio (Apêndice 3) e a pós-entrevista, a qual compreende a transcrição, a textualização e o retorno do produto a seus autores.

[6] O Entrevistado 4 trabalhou numa terceira empresa em tempo anterior (1982 a 1990). Ele foi entrevistado como representante sindical da categoria dos/as trabalhadores/as das madeireiras.

Com relação ao roteiro, ele foi composto por quatro blocos temáticos e questões derivadas, conforme segue abaixo:

Trabalho na Fábrica (Relações e jornada de trabalho, formação profissional, remuneração, segurança e prevenção de acidentes de trabalho e relações de gênero); Tecnologia (a relação com as máquinas/tecnologia da época); Encerramento das atividades da fábrica (motivos; os impactos para os/as trabalhadores/as e para a cidade) e Trabalho Atual (experiência, formação, frustrações, realizações).

Como narrativas orais[7] não exigem sequência exata de perguntas e respostas, o roteiro serviu apenas como parâmetro para as narrativas, tentando uma abordagem o mais livre possível.

5.1.3 Etapa 3 – Confecção do documento escrito

Para que a história oral ganhe foros de documento com validade para pesquisa, inevitavelmente os discursos produzidos devem ser concluídos por escritos em linguagem formal. Porém, vale ressaltar o fenômeno da sua transformação do oral para a escrita, como destaca Meihy:

> Um aspecto importante da história oral é o processo circular que ela produz. Algumas vezes partindo do estado oral da palavra para se tornar um documento escrito, outras vezes derivando do escrito e sendo questionado publicamente. (MEIHY, 2005, p. 31).

A etapa 3 se desdobra em algumas fases, a saber:

5.1.4 Transcrição

Sinteticamente, a transcrição, na história oral, é a passagem da entrevista gravada e, portanto, oral para o código da escrita, respeitadas as entonações, movimentos corporais e outros sinais de linguagem que a oralidade expressa, mas que a gravação não comporta, mantendo, portanto, a fidelidade ao conteúdo desejado pelo entrevistado, como conceitua Meihy (2005, p. 181): “Importante como todas as outras etapas do processo de história oral, a transcrição destina-se à mudança do estágio da

---

[7] A entrevista narrativa é o caminho para descobrir as opiniões subjetivas dos participantes. Os entrevistados são convidados a apresentar relatos mais longos e coerentes na forma de uma narrativa (FLICK, 2012, p 171).

gravação oral para o código escrito". Para efeito desta pesquisa as referidas transcrições ocorreram logo após as respectivas entrevistas.

5.1.5 Textualização

Textualização consiste em transformar o texto bruto transcrito da gravação em linguagem formal da Língua escrita. Esta etapa foi realizada e os textos podem ser acessados no Apêndice 1.

5.1.6 Conferência

Quando se supõe que o texto esteja na sua versão final, a conferência é o momento combinado entre o autor e o entrevistado para a entrega, para ser autorizado, momento também em que se combinam os cortes finais. Meihy (2005, p. 184), assim destaca esse momento: "O princípio da flexibilização do que fará parte ou não da entrevista é fundamental para o bom termo da questão. Deve haver entre as partes um entendimento que permita um diálogo sobre a importância ou não dos cortes".

5.1.7 Arquivamento

Deve-se guardar sempre cópias das gravações em diferentes locais de arquivos, detalhando a identificação com fichamentos indicativos de data, local, tema e situação da entrevista. A orientação de Meihy (2005), é de que:

> Sempre que possível, o oralista facilite a formação de arquivos centrais. [...] Toda entrevista, depois de terminada, deve ter um termo de cessão assinado pelo depoente, em duas cópias. É por meio deste documento que se garante a existência pública do depoimento dos direitos de uso da entrevista. (MEIHY, 2005, p. 186).

Esta fase que é o termo de cessão assinada pelo depoente não ocorreu, prejudicada pelo protocolo da pandemia, ficando apenas com a autorização escrita e assinada no TCLE (Apêndice 2). No entanto, as gravações das entrevistas seguem em arquivo pessoal do Pesquisador, seguindo o regramento do TCLE, no tocante ao item confidencialidade.

5.1.8 Etapa 4 – Eventual análise e devolução do produto

Com relação a esta última fase Meihy (2005), destaca sua importância afirmando que ela:

> [...] remete à conclusão do projeto, que deve ter no retorno à comunidade que motivou o seu porto final. Este compromisso evoca os pressupostos sociais que asseguram a história oral como formuladora de políticas públicas, pois, afinal, para quem se faz história oral? (MEIHY, 2005, p. 109).

Por circunstâncias da pandemia que estabeleceu protocolos, como de isolamento e distanciamento, este momento sugerido por Mehy (2005) de retorno à comunidade, ocorreu também de forma virtual, sendo retornada a entrevista textualizada, analisada pelos seus autores e aprovada por escrito. Ressalte-se que os/as entrevistados/as, consideraram o texto formalizado da entrevista aprovado, sendo que apenas um entrevistado procedeu alguns ajustes relativos à forma, sem alterar conteúdo.

5.2 TRATAMENTO DOS DADOS

Para esta etapa**,** procedeu-se o tratamento dos dados, cruzando-se as respostas dos/as cinco entrevistados/as em termos de convergências e divergências para cada um dos quatro blocos temáticos trabalhados no roteiro de entrevista, relacionando-os com a teoria apresentada nos capítulos dois, três e quatro desta pesquisa. Neste sentido, o tratamento dos dados foi realizado por meio de uma análise descritiva-interpretativa.

Trazer para a discussão a vida dos/as trabalhadores/as que fizeram parte deste projeto de pesquisa com suas narrativas por meio da história oral, proporcionou uma análise das condições históricas do período proposto, da vida individual e da coletividade dos/as trabalhadores/as. Para tanto, passaremos para a análise dos dados coletados.

6 ANÁLISE DE DADOS

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender, por meio da história oral, a história dos/as trabalhadores/as que vivenciaram o encerramento das atividades das indústrias madeireiras localizadas em União da Vitória, no Estado do Paraná, no período de 1990 a 2010. Para tanto, foram realizadas cinco entrevistas para proceder esta análise, sendo estas com três homens e duas mulheres (vide Quadro 1).

Como estas entrevistas têm como princípio as narrativas em História Oral, é imprescindível que se descreva a sua forma de análise baseada em um conceito de análise de narrativas de História Oral. Neste caso, tem-se como referência o conceito de Mehy e Holanda (2015), os quais afirmam que:

> As entrevistas derivadas de projetos de história oral se prestam a cruzamentos internos e externos a elas. No primeiro caso, por se tratar de história oral pura, a boa determinação das redes (locais de procedências, gêneros, condição econômica, nível de escolaridade) impõe procedimentos que especifiquem origens de argumentos afinados. [...] As possibilidades de desdobramento de situações específicas caracterizam a sofisticação do projeto que, quanto mais detalhado, mais singular será. Assim, um projeto analítico implica cruzamentos capazes de diversificar lógicas internas a cada segmento. A análise, pois, é resultado dessas condições. (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 131).

Quando se pensa em análise das entrevistas em si, afirmam Meihy e Holanda (2015, p. 132), em sentido de história oral pura, o que deve ser passível de consideração é a análise dos "fatos observáveis", das narrativas concretas. Isso faz com que se considerem os fatos narrados como "verdades últimas".

Assim, se optou por seguir um tratamento de dados convencional, baseado na interpretação dos dados levantados nas entrevistas vinculados a fundamentação teórica realizada para esta pesquisa.

Associando as respostas de cinco entrevistados/as, duas mulheres e três homens, conforme descrito no Quadro 1, procedeu-se a análise abaixo, cruzando as respostas e relacionando-as com a teoria apresentada nos capítulos dois, três e quatro desta pesquisa:

6.1 TRABALHO NA FÁBRICA

Com relação a esta temática a orientação realizada aos Entrevistados/as foi para que discorressem livremente sobre: o tempo em que trabalharam na indústria

madeireira, de onde vieram os seus familiares, como foram suas experiências, que funções exerceram, quanto tempo trabalharam, como era o ambiente de trabalho em relação a:

a) Relações de trabalho;
b) Jornada de trabalho;
c) Formação profissional;
d) Remuneração;
e) Segurança e Prevenção de Acidentes no Trabalho;
f) Relações de gênero.

6.1.1 Relações de trabalho

No que diz respeito às relações de trabalho, os/as entrevistados/as 2, 3, 4 e 5 afirmaram ter sido um ambiente agradável e de confiança, como destaca a Entrevistada 5.

> A nossa empresa era um lugar que nós tínhamos satisfação porque éramos bem remunerados e lá dentro nós éramos uma família. Esse era o clima organizacional, muito bom, no qual eu cresci muito profissionalmente e como pessoa. (Entrevistada 5).

Porém, diverge nesse sentido, o entrevistado 1, ao afirmar que o ambiente era de conflito, visto que havia diferenças em relação aos salários, funções e espaços internos os quais eram identificadas por uniformes de cores diferentes.

> Para os trabalhadores de cada setor havia uniforme com uma cor diferente, o que gerava um clima de divergência entre os trabalhadores que pertenciam a setores diferentes, porque dependendo do setor, o salário era maior ou menor, então o olhar de quem ganhava menos sobre os dos setores que ganhavam mais era um e o olhar dos que pertenciam aos setores mais valorizados como do papel, sobre os que trabalhavam na serraria era outro, sendo que isso já se identificava pela cor do uniforme. (Entrevistado 1).

Nota-se que essas observações revelaram que, enquanto para uns o ambiente de trabalho permitia boas relações, outros perceberam de formas diferentes as tensões que se originavam na subjetividade, nas relações internas das empresas. Segundo Harvey (2008, p. 98):

> As condições de trabalho e de vida, a alegria, a raiva ou frustração que estão por trás da produção de mercadorias, os estados de ânimo dos produtores, tudo isso está oculto de nós ao trocarmos um objeto (o dinheiro) por outro (a mercadoria).

As orientações determinadas por uma chefia a um gerente imediato estabelecendo critérios de concentração e silêncio individual para aumentar a produção, inibem diálogos durante o trabalho, restando apenas o momento do intervalo para a troca de ideias, desabafos tão necessários aos seres humanos. No entanto, são homens e mulheres carregados/as de subjetividade, com suas alegrias e angústias, com necessidades de expor pensamentos e sentimentos que produzem mercadorias de valor para outros seres humanos cujo destino aqueles não sabem, assim como não sabem dessas histórias particulares os que recebem os produtos. (HARVEY, 2008).

6.1.2 Jornada de trabalho

Os/as trabalhadores/as unanimemente afirmaram ter havido redução de jornada de trabalho ao longo dos últimos anos, dizendo que há três décadas a jornada era de doze horas diárias e que, recentemente, passou para oito, como declara a entrevistada 2:

> Quando comecei a trabalhar, em 1989, nos finais de semanas, os trabalhadores cumpriam jornadas de doze horas diárias de trabalho e agora por último eram oito horas diárias, tanto para os trabalhadores de turnos quanto para aqueles que trabalhavam só em horário comercial. (Entrevistada 2).

Se considerar que a jornada semanal de trabalho nas indústrias de madeira seria de segunda feira a sábado ao meio-dia, com raras exceções, a antiga jornada seria de 64 horas e a mais recente de 44 horas de trabalho semanal. Considerando essa redução de tempo e, considerando o que se produz no tempo de trabalho, somados à forma como o trabalho socialmente se estrutura no interior da fábrica, que geralmente dificulta o diálogo e a sociabilização, há de se perguntar até que ponto isso permite ao trabalhador entender a dimensão do valor da mercadoria produzida por ele nesse tempo? Retomando Marx (2014), em relação ao que diz sobre as mercadorias, tempo e trabalho:

> [...] mercadorias que contêm iguais quantidades de trabalho, ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, possuem, consequentemente, valor da mesma magnitude [...], como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza. (p. 46).

Na forma como o espaço de trabalho está organizado, dificultando o debate e a compreensão do valor do trabalho produzido em determinado tempo, resta ao trabalhador apenas cumprir com a proposta estipulada no contrato determinado por lei e

entender que receberá, ao cabo de um mês, um valor X de cuja decisão, muitas vezes, ele não participou.

6.1.3 Formação profissional

Ao referirem-se ao processo de formação, os/as entrevistados/as comentaram que tiveram a oportunidade de fortalecê-la por meio de cursos técnicos ou de graduação voltados para a sua área de atuação. Não disseram, porém, se essa formação foi custeada por eles ou pela empresa, bem como não afirmaram ser uma prática de formação coletiva. O que se percebeu é que quando o trabalhador desejava fazer algum curso de interesse da empresa, então ele era liberado para isso, conforme descreveu o Entrevistado 1:

> Comecei a trabalhar na caldeira, com o cursinho do Senai, fui transferido para a oficina onde trabalhei por mais de cinco anos [...] foi esse tempo que me oportunizou cursar a graduação, o que me fortaleceu teoricamente na função em que possuía experiência. (Entrevistado 1).

Com relação a esta questão, Harvey (2018, p. 119), comenta que o capital se apropria de "quase" tudo o que pertence ao trabalhador, ou seja, o expropria: "O capital se apropria dos processos e condições existentes e os transforma em algo perfeitamente ajustado aos requisitos de um modo de produção capitalista", inclusive seu processo de formação.

O que se pode acrescentar é que os/as trabalhadores/as dessas fábricas passaram por um processo de formação ao longo da vida, conforme apresenta o quadro 1 da página 77. Para alguns, esse processo ocorreu paralelo a sua jornada de trabalho, como o entrevistado 1 e a entrevistada 2. Para outros como os entrevistados 3 e 4 e a entrevistada 5, o processo de formação ocorreu antes ou depois.

Ressalte-se que esse processo de formação, em alguns casos, teria sido conduzido conforme as necessidades das empresas, o que pode ser questionado como processo de formação ou treinamento para atender os interesses das empresas.

6.1.4 Remuneração

É quase unanimidade entre os/as entrevistados/as de que os salários pagos nas madeireiras eram aceitos sem questionamentos por estarem embasados em convenção

coletiva e na legislação trabalhista da época, denotando certa naturalização desse processo.

Observa-se que, desde o Feudalismo, a naturalização da relação de subordinação do trabalhador:

> Ao colocarem suas energias físicas e psíquicas para o outro (senhor feudal), estabelecia uma relação de total dependência. Na condição de servo, seu único encontro com a vida resumia-se à figura de subordinação ao seu senhor e ao clero. A vontade do servo só se realizaria se a vontade do senhor fosse contemplada. (BATISTA, 2014, p. 6).

O que revela uma condição permanente, como se estivessem predestinados ao fado dessa vida.

E mesmo com a mudança do feudalismo para a burguesia, com todos os critérios estabelecidos na Revolução Francesa, com ideais iluministas, carregados de expressões atraentes como: liberdade, igualdade e fraternidade, o trabalhador não participa dessa "festa", restando-lhe o conflito nas relações de trabalho, como apontam Silva, Santos e Durães ao analisarEM esse período histórico:

> Trata-se do advento e ascensão do modo de produção capitalista, em que o trabalho passa a ser assalariado e torna-se uma das principais fontes de obtenção de lucro e acúmulo de capital. Aqui os conflitos se apresentam e se acentuam na dimensão dos interesses das classes envolvidas: burguesia e proletariado. (SILVA; SANTOS; DURÃES, 2017, p. 6).

Esses conflitos continuam ainda mais acentuados dois séculos depois da Revolução Francesa, com patrões que insistem em não dialogar, impondo as diferenças salariais, muitas vezes com parcos reajustes diferenciados, ampliando a fragmentação entre os que vivem da venda da força do trabalho. O entrevistado 1 ressalta que, além do que previa a convenção coletiva, a empresa acrescentava uma porcentagem salarial a mais para alguns setores.

> Quando vinha a reposição de salários, o sindicato estipulava o mesmo reajuste para todos, mas a empresa acrescentava para os setores especializados, o que gerava discordância entre os trabalhadores menos favorecidos. (Entrevistado 1)

Percebe-se, portanto, que os/as trabalhadores/as, exceto o entrevistado 1, estão convencidos/as de que os valores recebidos pela execução de seu trabalho, sendo o que a legislação estipula, são justos e que correspondem a sua produção, sem manifestar nenhuma forma de questionamento.

6.1.5 Segurança e prevenção de acidentes no trabalho

Sobre as questões relacionadas a esse aspecto, os/as entrevistados/as falaram da importância da segurança e afirmaram que não havia preocupação com isso nos anos de 1980 e 1990, mas que depois houve uma evolução, como narram o entrevistado 1 e a Entrevistada 2.

> [...] não havia nada sobre isso, nenhum curso, nenhuma palestra, no máximo óculos de proteção, embora nem todos usassem, pois não havia exigência. [...] Por volta de 1986 e 1987 começamos a montar a comissão da CIPA Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. (Entrevistado 1).

> Quando comecei a trabalhar na empresa, em 1989, quase não havia preocupação, algumas pessoas trabalhavam de chinelo, de calção, com a roupa que quisessem, mas com o tempo foi evoluindo e no auge da empresa, a partir do ano 2000, havia uniformes, sapatos de segurança, protetores auriculares, os operadores de empilhadeiras faziam cursos, quem começava a trabalhar era recebido por alguém que iria lhe mostrar os lugares de riscos de acidentes e lhe conscientizar dos cuidados com a segurança. Logo mais tarde, entraram os técnicos de segurança para orientar os trabalhadores, mas ainda assim aconteciam acidentes. (Entrevistada 2).

Pelas datas apontadas pelos narradores tanto sobre o avanço das normas de segurança, quanto à redução de jornada, pode-se dizer que esse tema passa a ser tratado com mais cuidado pelas empresas a partir da publicação da última Constituição Federal (1988) e de suas regulamentações posteriores. Expressa-se na Constituição Federal, Capítulo II, Dos Direitos Sociais, Artigo 7º, Inciso XXII:

> São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; e no Inciso XXVII: proteção em face da automação, na forma da lei. (BRASIL, 1989).

6.1.6 Relações de gênero

Apesar de não ter sido previsto no roteiro de entrevista, este tema apareceu nas narrativas, sendo necessário contemplá-lo nas abordagens aqui desta análise.

As mulheres não declararam conflitos de gêneros expressos como assédio de colega ou de chefia, pelo contrário, afirmaram ter havido boas relações conforme denotou a Entrevistada 2:

> Tínhamos um bom relacionamento. Por acaso, acontecia algum conflito, mas sempre contornáveis, dialogávamos muito a esse respeito e resolvíamos. (Entrevistada 2).

No entanto, disseram haver diferenças salariais e que as mulheres sempre ganharam menos, como declara a Entrevistada 5:

> As mulheres ganhavam menos que os homens. Nós tínhamos essa diferença, os meninos ganhavam duzentos, trezentos reais a mais que as meninas. Por quê? Porque elas eram mulheres. (Entrevistada 5).

Dos três homens entrevistados, um afirma haver conflitos de ironia por parte de homens em relação às mulheres, ao comentar que:

> [...] na época se ouvia muita piadinha que hoje, a Lei Maria da Penha e outras leis de proteção à mulher poderiam complicar a vida de alguns homens; existia machismo escancarado nos setores onde trabalhavam mulheres e homens. (Entrevistado 1).

E um diz ter enfrentado dificuldades de relacionamento com as colegas de trabalho, ao declarar que:

> Era um pouco complicada a relação com elas, pois pensavam que estavam num patamar acima dos demais. (Entrevistado 3).

Evidencia-se assim, as relações de gênero com trabalhadores/as das madeireiras. Na sua análise Antunes (2001), descreve o processo de produção fabril a partir dos anos de 1970 como um sistema que afetou mundo do trabalho, com maior consequência para as mulheres:

> [...] diminuição do operariado manual, fabril; aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, em escala mundial, principalmente no trabalho precarizado, subcontratado, com salários geralmente mais baixos; exclusão dos trabalhadores jovens e velhos; intensificação do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2001, p. 190).

Perguntado à entrevistada 5 por qual motivo as mulheres que exerciam as mesmas funções dos homens recebiam menos, ela respondeu: por serem mulheres. Não foi encontrado nenhuma legislação que especifique essas diferenças, o que leva a crer que a dedução da Entrevistada 5 é verdadeira: “mulheres ganham menos por serem mulheres”.

Finalizando a análise da temática “trabalho na fábrica” foi possível levantar que a maioria dos/as entrevistados/as, perceberam as suas relações de trabalho entre as

chefias e entre os colegas de trabalho de forma amistosa e de confiança, onde as diferenças salariais e as relações de subordinação eram naturalizadas. Um dos poucos questionamentos revelado foi em relação às diferenças de salários, de funções e de espaços internos os quais eram identificados por uniformes de cores diferentes, gerando um ambiente de conflito. Já as diferenças salariais entre homens e mulheres foram percebidas por elas sem, no entanto, demonstrarem qualquer movimentação para a modificação destas diferenças.

Com relação à formação profissional foi demonstrado que esta era possível de acontecer desde que alinhada aos interesses da Indústria Madeireira. Além disso, os/as entrevistados/as perceberam que houve melhorias em relação à segurança do trabalho, bem como a redução da jornada semanal de trabalho ao longo das décadas. Provavelmente, tais melhorias estiveram atreladas ao atendimento da legislação trabalhista reinante na época.

6.2 TECNOLOGIA

Com relação ao tema da tecnologia, da mesma forma que a 1ª. questão, foi orientado para os/as entrevistados/as que falassem livremente sobre: a relação com as máquinas/tecnologia da época.

Neste sentido, sobre a questão de investimentos, os/as trabalhadores/as disseram que as empresas que fecharam as portas não investiram mais em tecnologia, e que isso contribuiu para seu declínio, como relata a entrevistada 2.

> O que senti é que ela foi decrescendo, não investiu e não inovou em tecnologia. Essa foi uma das questões, embora houvesse muita coisa moderna, na máquina que produzia o papel não houve investimento. (Entrevistada 2).

Os/as narradores/as também comentaram que as máquinas eram antigas e pesadas e que a tecnologia - importada como moderna - na verdade era um descarte de países do centro do mundo, como afirmou o Entrevistado 1:

> Os que trabalhavam com a madeira, lidavam com maquinários pesados e antigos, obsoletos, máquinas alemãs ou inglesas, sucatas da Segunda Guerra Mundial, que foram enviados para nós quando eles melhoraram sua tecnologia, aperfeiçoaram suas máquinas na Europa e descartaram suas máquinas antigas que para nós eram top, modernas. (Entrevistado 1).

E que, por outro lado, as empresas que investiram na modernidade das máquinas, em novas tecnologias, contribuíram para reduzir postos de trabalho, pois, uma pessoa operando uma máquina moderna exercia a função de dezenas de pessoas, como destacou o Entrevistado 4:

> Um torno, por exemplo, que laminava uma tora, empregando de 15 a 18 trabalhadores, com a máquina moderna as tarefas passaram a ser executadas por apenas um trabalhador. Isso foi um dos fatores que contribuiu para reduzir o número de trabalhadores. A tecnologia trouxe a modernidade, mas acabou reduzindo o número de postos de trabalho. (Entrevistado 4).

Teoricamente, as escolhas das madeireiras entre ficar com as máquinas obsoletas que não contribuíam para a sua competição e manutenção no mercado e as modernas que contribuíam para a eliminação de postos de trabalho, significam que podemos constatar na prática, por estas entrevistas, o que Thomas (2009, p. 25), argumenta: "As tecnologias são construções sociais da mesma forma que as sociedades são construções tecnológicas". E diz que, as tecnologias não são neutras e podem fazer parte das nossas sociedades democráticas, visto que são resultados de escolhas políticas e sociais.

A observação dos/as entrevistados/as sobre as tecnologias não apresenta os artefatos como aliados, mas como conflitos em relação à obsolescência, à redução de postos de trabalho e as escolhas das quais eles não participaram.

6.3 ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA FÁBRICA

Dando prosseguimento aos questionamentos, a temática sobre o encerramento das atividades da fábrica também foi alvo desta pesquisa. Desta forma, os/as entrevistados/as foram orientados a discorrer livremente sobre as seguintes questões:

a) Sobre o encerramento das atividades da fábrica;
b) Sobre as demissões dos/as trabalhadores/as e seus impactos;
c) Sobre o/os impacto/s do encerramento das atividades da Indústria Madeireira na cidade.

6.3.1 Sobre o encerramento das atividades da fábrica

Pela declaração dos/as trabalhadores/as, o final das atividades das empresas foi acontecendo lentamente, sem que isso lhes fosse comunicado, como narra o Entrevistado 1:

> Chegou uma época que parou de funcionar o setor da madeira e as pessoas que trabalhavam ali, algumas foram transferidas para o setor de papel e outras saíram. A empresa não demitiu ninguém de imediato, nem comunicou aos trabalhadores que alguns setores iriam deixar de funcionar e que alguns trabalhadores iriam ser demitidos depois. Foi parando gradativamente, começando pelo setor de madeiras. (Entrevistado 1).

Embora a reforma trabalhista 13 467/17 tenha sido aprovada anos mais tarde, o silêncio sobre as demissões e o encerramento das atividades nas fábricas citadas contradiz com um dos argumentos muito divulgado pelos representantes do capital nos meios de comunicação para defender a reforma, de que problemas que afetassem a relação entre trabalhadores e empresários, como jornada e remuneração, seriam negociados diretamente entre patrão e o empregado.

As razões pelas quais as empresas fecharam, na interpretação dos/as entrevistados/as, apontaram com freqüência a: má administração, empresa pertencente a grupos familiares fechados, falta de investimentos em tecnologias e a dificuldade em extrair madeiras nativas de árvores como imbuia e araucária, conforme aponta a Entrevistada 2:

> O que senti é que ela foi decrescendo, não investiu em máquinas e não inovou em tecnologia. Embora houvesse muita coisa moderna, na máquina que produzia o papel não recebeu investimento. Fora isso, o que se sabe é que era uma empresa familiar e, pelo que se sentia é que começou a haver desavenças entre os próprios sócios, os familiares. (Entrevistada 2).

Pode-se dizer que as empresas do setor madeireiro de União da Vitória, além das razões descritas pelos/as entrevistados/as, encontravam-se inseridas no comércio internacional e, por viverem da exportação, lucravam e perdiam conforme a oscilação da moeda internacional. Com os impactos da crise de 2008, como afirma Antunes (2020, p. 269) "[...] dada sua conformação global, projetou-se para diversas partes do mundo, atingindo também nações que compõem os chamados Brics e, mais acentuadamente, o conjunto da periferia do sistema", passaram a enfrentar dificuldades

financeiras, algumas até mesmo recorrendo a empréstimos bancários, como declara o Entrevistado 3:

> [...] para tentar se recompor, foi pegar dinheiro de empréstimo bancário junto ao Banco do Brasil, E, então, começou aquela bola de neve. Desde então, ficou sem capital de giro e sem condições de investir ou modernizar. (Entrevistado 3).

E, assim, não suportaram a crise, vindo a encerrar suas atividades.

6.3.2 Sobre as demissões dos/as trabalhadores/as e seus impactos

As narrativas dos/as entrevistados/as revelaram o desejo de continuar trabalhando, pois, além dos salários, havia uma relação de afeto entre os trabalhadores e a empresa, como mostra a Entrevistada 5:

> Então foram 1400 trabalhadores que tiveram que sair, havia pai de família chorando, emoção. Até me emociono porque fomos convidados a nos retirar, mas não queríamos ter saído. (Entrevistada 5).

Mas também relataram os conflitos resultantes da demissão, como definiu a Entrevistada 2:

> [...] a saída foi bem conflitante para todo mundo. Chegou num determinado dia em que eles apenas nos dispensaram, com expressões como: simplesmente não dá, não tem recursos, procurem seus direitos. [...] A partir daí, foi isso que todos fizeram, ir em busca de um advogado porque lá eles não quiseram acertar as contas com ninguém. (Entrevistada 2).

Sobre essa forma de dispensar os/as trabalhadores/as depois de anos de serviços prestados, transferindo para eles/elas a responsabilidade da demissão, Antunes comenta que as relações de trabalho na atualidade, como: "[...] um vilipêndio em relação aos direitos do trabalho no país, cujo significado tem requintes comparáveis aos da escravidão" (2020, p. 174).

Ainda com relação às demissões dos/as trabalhadores/as, os/as entrevistados/as disseram que eram naturais da cidade de União da Vitória - PR ou da região próxima. E que, dos/as que foram demitidos/as, muitos buscaram alternativas em cidades próximas onde havia madeireiras, geralmente para se encaixarem nas mesmas funções, como relatou o Entrevistado 1:

> Eram todos trabalhadores da região, por isso foram ficando por ali em outras empresas do ramo da madeira, mas uma boa parte de trabalhadores foi para cidades um pouco mais afastadas como Canoinhas-SC, Caçador-SC e Irani-SC, onde também havia madeireiras. (Entrevistado 1).

Alguns buscaram alternativas, como descreveu a Entrevistada 5:

> Várias delas tiveram que se adaptar, algumas passaram a vender salgadinhos, outros foram trabalhar de pedreiro ou carpinteiro. (Entrevistada 5).

Outros se aposentaram:

> Alguns conseguiram aposentadoria porque eram pessoas que trabalharam muitos anos nessa fábrica. (Entrevistada 2).

E houve os que não conseguiram trabalho:

> Outras não conseguiram mais arranjar trabalho, que é o meu caso. (Entrevistada 2).

A questão de tentar entender o destino dos/as trabalhadores/as demitidos/as das madeireiras, no que se transformaram, foi um dos fatos que motivou a produção desta pesquisa. Hobsbawm diz que

> [...] as classes operárias acabaram e de maneira muito clara após a década de 1990, tornando-se vítimas das novas tecnologias; sobretudo os homens e mulheres não qualificados das linhas de produção em massa, que podiam ser mais facilmente substituídos por maquinário automatizado. (HOBSBAWM, 1995, p. 298).

Entende-se, portanto, como fundamental as respostas dadas pelos/as entrevistados/as, os/as quais apontaram caminhos diversos para os/as trabalhadores/as, desde aqueles/as que permaneceram na cidade, atuando na informalidade, até os/as que se deslocaram para cidades vizinhas onde havia madeireiras. E, por fim, os/as que não encontraram mais trabalho e os/as que se aposentaram, revelando que os/as trabalhadores/as saíram desorientados/as, cada um/uma buscando, por conta das necessidades, o seu caminho.

6.3.3 Sobre os impactos na cidade

Perguntados sobre os impactos do encerramento das atividades das fábricas na cidade de União da Vitória - PR, os/as entrevistados/as relataram que o comércio e a

comunidade local sofreram com isso, visto que os/as trabalhadores/as gastavam seus salários na cidade e na região. Era um tempo em que se podia consumir muito, como afirma a Entrevistada 2:

> Com certeza impactou nas cidades de Porto União e União da Vitória. Todos os trabalhadores das fábricas gastavam o que ganhavam com seu trabalho nessas cidades e era um tempo em que se podia consumir mais. Não se pode dimensionar o quanto, mas com certeza as lojas, mercados, todo o comércio sofreu impacto financeiro. (Entrevistada 2).

Os impactos se estenderam pela região, como relatou o Entrevistado 1:

> O impacto nas empresas de cidades vizinhas, num raio de oitenta quilômetros, também foi grande porque havia empresas de Porto Vitória, de General Carneiro, de Bituruna que vendiam cavacos para as indústrias de madeiras de União da Vitória e essas pequenas empresas também encerraram suas atividades, eram picadores, motoristas, borracheiros que viviam em função de empresas maiores de União da Vitória. (Entrevistado 1).

Assim, o que se pode dizer sobre o encerramento das atividades dessas fábricas é que houve uma redução de mais de 50% nos postos de trabalho nesse setor. Segundo o Entrevistado 4:

> Na década de 1980 até o ano de 1990, no setor madeireiro de União da Vitória girava em torno de 8.000 trabalhadores. Hoje, pelos dados do Caged, existem em torno de 3.500 trabalhadores. (Entrevistado 4).

Como a atividade comercial não funciona de forma isolada, quando um setor sofre queda, outros indiretamente também os sofrem, independente de seu tamanho.

6.4 SOBRE O TRABALHO ATUAL

Perguntados/as sobre o que fazem neste momento, os/as entrevistados/as avaliaram da seguinte forma:

O Entrevistado 1 comentou que foi possível continuar um pequeno comércio de família:

> Hoje, sou comerciante, tenho um mercadinho onde trabalho com a minha família que ajuda a administrar. (Entrevistado 1).

Mas diz que não foi assim para todo mundo porque os/as trabalhadores/as não esperavam que o encerramento das atividades das fábricas e as demissões fossem acontecer e, assim, muitos não se prepararam. E acrescenta:

> Os trabalhadores, de uma forma geral, julgaram que o fim da empresa e as demissões estavam bem longe de acontecer e não se prepararam. Uma pessoa que trabalhava na caldeira, hoje trabalha de pintor autônomo, bem fora da sua área de atuação. (Entrevistado 1).

A Entrevistada 5 salientou que está tentando compreender as novas tecnologias para avançar nesse ramo:

> Desde abril deste ano eu trabalho em home office, marketing digital, estou bem satisfeita, decidi ficar em casa, dando um tempo para ver se consigo encarar esse desafio de marketing digital, como MEI, adquiri um computador e vamos ver no que vai dar. (Entrevistada 5).

Mas a Entrevistada 2 afirmou não ter conseguido retomar o trabalho e que depois de várias tentativas, teve que acrescentar alguns recursos para antecipar a aposentadoria. Assim, disse ela:

> [...] alguns conseguiram aposentadoria porque eram pessoas que trabalharam muitos anos nessa fábrica, outras não conseguiram mais arranjar trabalho, que é o meu caso, eu tinha 25 anos de casa. Mas depois eu acabei optando em pagar uma aposentadoria privada por mais cinco anos e assim logo me aposentei. (Entrevistada 2).

O que se percebe é que, com exceção de alguns que conseguiram, de imediato, se recolocar na indústria madeireira em outras regiões, a demissão causou sérias dificuldades na retomada de trabalho e que, depois de algum tempo, cada um teve que encontrar a sua alternativa diferente do que fazia, desde empreendimentos individuais, alguns na informalidade e os que não conseguiram mais trabalho, buscaram a aposentadoria.

Porém, não se identificou nas manifestações dos/as entrevistados/as nenhuma forma de resistência coletiva dos/as trabalhadores/as demitidos, seja para manter postos de trabalho, seja para garantir os direitos e encontrar outros postos. Freire (1974, p. 90), diz que:

> Na medida em que a divisão das massas oprimidas é necessária à manutenção do *status quo*, portanto à preservação do poder dos dominadores, urge que os oprimidos não percebam claramente este jogo. Neste sentido, mais uma vez é imperiosa a conquista para que os oprimidos realmente se convençam de que estão sendo defendidos.

Ainda assim, pode-se dizer que essas novas possibilidades de viver a vida de forma diferente, permitirá a esses/as trabalhadores/as aproveitarem essas mudanças para

vivenciar o tempo de um modo que haja oportunidade para outras atividades que a vida pode não ter lhes permitido, (como o lazer, a participação em atividades sociais, o esporte, os contatos com a natureza, etc.) e que não tenham como único foco o dinheiro? Antunes diz que:

> O século XXI começou bastante tenso. Fazendo um paralelo com os movimentos da natureza, as placas tectônicas da história e da sociedade estão se movendo, friccionando-se. Diante desse quadro o que podemos e devemos fazer? [...] Em primeiro lugar, é necessário desvelar a realidade concreta de que o capitalismo não é e nunca foi, em ponto algum, uma alternativa para a humanidade. (ANTUNES, 2020, p. 256).

7 LIMITES DA PESQUISA

Nestes dois anos de 2020 e 2021, o principal fator de limite para esta pesquisa foi a presença da pandemia causada pela Covid-19, que impediu o contato físico com os/as trabalhadores/as que atuaram nas duas madeireiras, sendo necessário transformar a pesquisa de campo em formato virtual via plataforma de comunicação *on-line.*

Outro limite, ainda causado pela Covi-19, foi a localização destes/as trabalhadores/as. Visto ser uma comunidade pequena onde as pessoas se comunicam com frequência, também se localizam sem muita dificuldade, era de se esperar que isso não fosse um fator de dificuldade, porém o isolamento prejudicou essa ação.

Um terceiro fator limitante foi a falta de acesso à tecnologia necessária para a efetivação das gravações. Alguns/mas dos/as entrevistados/as possuíam um modelo de celular antigo, sem muita opção de acesso à câmara e outros elementos da tecnologia, sendo necessária a mediação de um parente ou amigo com mais acesso aos artefatos tecnológicos, com a função de estabelecer uma ponte entre o entrevistador e o/a entrevistado/a.

Por fim, a dificuldade em acessar fontes impressas em função do isolamento determinado por protocolo da pandemia, reduziu o número de documentos sobre o percurso das madeireiras referentes ao tempo estabelecido para este estudo, causando entraves que dificultaram encontrar documentos que contivessem histórias ou relatos sob o ponto de vista dos/as trabalhadores/as e seus dilemas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender, por meio da História Oral, a história dos/as trabalhadores/as que vivenciaram o encerramento das atividades das indústrias madeireiras, localizadas em União da Vitória, no Estado do Paraná, no período de 1990 a 2010. Para tanto, foram entrevistados/as cinco trabalhadores/as, por meio de um roteiro de entrevista e pelo uso de plataforma de comunicação *on-line*.

O caminho percorrido por este pesquisador para atender seus objetivos com relação às entrevistas, não se concretizou como o esperado, pois a proposição era recolher as narrativas em encontros presenciais com trabalhadores da base hierárquica das fábricas, mas a pandemia da Covid - 19 que se abateu sobre a comunidade mundial, atingiu a nós todos, pesquisadores/as e pesquisados/as, o que dificultou o contato direto, transformando a coleta de dados em encontros virtuais. Esse fenômeno fez com que, além da dificuldade em encontrar trabalhadores/as para entrevistar, os/as que se dispuseram à entrevista fossem de funções aleatórias, de cargos de chefia ou do setor administrativo, não menos importantes, mas com visões das relações de trabalho diferentes dos/as trabalhadores/as considerados/as do chão da fábrica.

A tentativa em estabelecer uma relação entre a estrada de ferro e os trabalhadores/as das madeireiras não aconteceu nas entrevistas como o esperado, exceto o entrevistado 1 que assim se expressou:

> A empresa que tivesse o trem passando por dentro de seu pátio, possuía o setor de transporte mais rápido e valorizado da época. Mas isso foi temporário, porque logo vieram os caminhões que trouxeram uma outra estrutura com mais agilidade e velocidade no transporte, agora rodoviário. Essa mudança foi boa, mas acabou atrapalhando porque a estrutura da cidade era para um tipo de transporte e de repente se transformou em outro. (Entrevistado 1).

Os/as demais entrevistados/as não comentaram sobre essa relação.

Importante salientar que um dos entrevistados manifestou uma linha discursiva que expressa um “nós”, porém não para representar uma coletividade, mas um “nós” que representa o próprio sujeito entrevistado. Nas demais entrevistas não houve manifestações de experiências coletivas no encerramento das atividades ou no processo de demissão. Embora tenha se manifestado um sentimento de compaixão nas entrevistas 2 e 5, ainda assim, entende-se que não seja um sentimento de coletividade com fins de resistência.

Contudo, as narrativas apresentadas além da riqueza de informações, contemplaram uma diversidade de visões de lugares sociais diferentes o que permitiu a diversidade de interpretação dos fatos e uma compreensão maior da lógica de produção nas indústrias madeireiras.

De forma geral o resultado obtido nesta pesquisa, foi de que, embora sejam histórias carregadas de singularidades, apresentaram elementos comuns aos demais trabalhadores/as, como a vivência de um período de desestabilização de seus postos de trabalho, bem como as dificuldades em se estabilizar em outros postos.

Além disso, do ponto de vista dos/as trabalhadores/as, as principais razões para o encerramento das atividades das madeireiras foram: a má administração; empresas pertencentes a grupos familiares restritos; falta de investimentos em tecnologias; a enchente de 1983; a desvalorização do dólar e a dificuldade em extrair madeiras nativas de árvores como imbuia e araucária, sendo que as empresas não teriam se prevenidas para o fim desse extrativismo.

Importante salientar que certas expressões foram alteradas ao longo do processo das narrativas, como por exemplo, a noção de falência ou encerramento das atividades. Como houve unanimidade dos/as entrevistados/as de que lentamente as fábricas foram encerrando suas atividades e, portanto, não houve manifestação sobre falência, este pesquisador também passou a tratar o caso como fechamento ou fim das atividades fabris. Este fenômeno reforça a ideia de mudança discursiva no mercado capitalista dos últimos anos que transforma expressões desgastadas ou depreciadas em eufemismos, como por exemplo, de trabalhador em colaborador, de autônomo ou trabalhador informal em empreendedor e de falência em fim das atividades, fechamento da fábrica, dentre outros.

Com relação a temática da tecnologia a observação dos/as entrevistados/as sobre as tecnologias não apresentaram os artefatos como aliados, mas como conflitos em relação à obsolescência, à redução de postos de trabalho e as escolhas de artefatos das quais eles não participaram.

Já em relação ao destino dos/as trabalhadores/as das madeireiras após o encerramento das atividades percebeu-se que estes caminharam em diversas direções desde aqueles/as que permaneceram na cidade, atuando na informalidade, até os/as que se deslocaram para cidades vizinhas onde havia madeireiras. E, por fim, os/as que não encontraram mais trabalho ou que se aposentaram, revelando que muitos/as saíram desorientados/as, buscando, por conta das necessidades, o seu próprio caminho.

Portanto, as atividades desenvolvidas por estes/as trabalhadores/as atualmente, o que se percebe é que, com exceção de alguns que conseguiram de imediato recolocar-se na indústria madeireira em outras regiões, a demissão causou sérias dificuldades na retomada de trabalho e que, depois de algum tempo, cada um teve que encontrar a sua alternativa diferente do que fazia anteriormente, desde empreendimentos individuais, alguns na informalidade e os que não conseguiram mais trabalho, até os que buscaram a aposentadoria. No entanto, com algumas exceções, com todo o conhecimento adquirido durante os anos de trabalho, o que mais ficou marcado foi a convivência com os/as outros/as.

O que se pode dizer do encerramento das atividades das fábricas de madeiras no município de União da Vitória é que os mesmos fatos podem ser vistos sob diversos prismas, mas não se pode ignorá-los. O encerramento das atividades das indústrias madeireiras na região causou enormes mudanças na vida dos/as trabalhadores/as, mesmo que silenciosas, são histórias de homens e mulheres que viveram e vivem do trabalho, de famílias que se alimentaram da produção de suas mãos e que, em dado momento viram suas estruturas sociais balançarem e suas histórias mudarem de rumo. Freire (1974, p. 80), afirma que "não há história sem homens, como não há, uma história para os homens, mas uma história de homens que, feita por eles, também os faz". E, assim, de possibilidades e impossibilidades, homens e mulheres vão fazendo suas histórias.

Por fim, pode se dizer que a situação destes trabalhadores das madeireiras de União da Vitória que tiveram que deixar seus postos de trabalho no final do século XX e início do século XXI, para ir em busca de outra forma de trabalho, ou de sustento, encontra-se incluída num contingente maior de trabalhadores brasileiros que vivenciam um contexto latino-americano de precarização do trabalho que, segundo Pochmann (2020), pode ser denominada de um processo de desindustrialização a partir dos anos de 1990:

> Pelo novo arranjo político encadeado desde 2016, o movimento da desestruturação da sociedade salarial ganha impulso pela desregulação das políticas públicas, apontando para uma nova estrutura social conformada pela maior polarização entre a base e o cume da estrutura social. Assiste-se, assim, à transição das tradicionais classes médias assalariadas e de trabalhadores industriais para o novo e extensivo precariado e o avanço da classe média proprietária dos pequenos negócios, o que anuncia a crescente polarização social. [...] O vazio proporcionado pela desindustrialização vem sendo ocupado pela chamada sociedade de serviço, que constitui, nesse sentido, uma nova perspectiva de mudança estrutural do trabalho como se conheceu no

> Brasil. Mudança essa que torna cada vez mais intenso o padrão de exploração do trabalho frente ao esvaziamento da regulação social e trabalhista e às promessas de modernidade pelo receituário neoliberal que não se realizam. (POCHMANN, 2020, p. 83-87).

Ademais, espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para fomentar outras discussões em torno da demissão de trabalhadores/as de fábricas de madeiras que encerraram suas atividades nos últimos anos, tendo como elemento principal as narrativas destes/as trabalhadores/as, bem como possam trazer para a discussão acadêmica, questões que dizem respeito às relações de trabalho nas indústrias madeireiras.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L.; BADIOU, A. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global, 1969.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, F. S. *et al*. (org.). **Dialética da autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

BATISTA, A. Processos de trabalho: da manufatura à máquinaria moderna. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 209-238, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sVnSvDQm58XJh5h47c7Frkv/?lang=pt. Acesso em: 5 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Ministério da Educação, 1989.

CARVALHO, M. M. X. de. **O desmatamento de florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu**: uma história de riqueza madeireira e colonizações. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2006. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89184. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. **Uma grande empresa em meio à floresta**: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970). Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

CASTRO, M. Mecanização no campo muda as relações de trabalho. **O Estado de Minas**, seção Economia, 14 jan. 2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/01/14/internas_economia,343131/mecanizacao-no-campo-muda-as-relacoes-de-trabalho.shtml 31 08 2020. Acesso em:

CRARY, J. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. Tradução: Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Ubu, 2016.

DAGNINO, R. **Tecnociência solidária**: um manual estratégico. 1. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

ESPIG, M. J. A Construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 28-48, jul./dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/W8tmCT9rGP3dYmVbxVSQ9Fq/abstract/?lang=pt Acesso em: 22 out.2020

FARIA, J. H. de; MENEGHETTI, F. K. O sequestro da subjetividade. *In*: FARIA, J. H. de (org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

FEENBERG, A. A teoria crítica da tecnologia: a crítica da racionalidade tecno-científica. *In*: _____. **Transforming technology**: A critical Theory revisited. New York: Oxford University Press, 2002, 1995, p. 162-190.

_____. Marcuse ou Habermas: duas críticas da tecnologia. Tradução: Newton Ramos-de-Oliveira. **Simon Fraser University**, 1996. Disponível em: https://www.sfu.ca/~andrewf/marhabportu.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.

_____. **Do essencialismo ao construtivismo**: a filosofia da tecnologia numa encruzilhada. São Carlos: UFSCar, 2003 (publicação interna). Disponível em: http://www.sfu.ca/~andrewf/portu1.htm. Acesso em: 30 out. 2019.

FELDMANN, D. A crise contemporânea do capitalismo: reflexões a partir de um debate com as abordagens sistêmicas de Arrighi, Fiori e Wallerstein. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2, maio/ago. 2019.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: ABDR, 2009.

_____. **Introdução à metodologia da pesquisa**: um guia para iniciantes. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREITAS, E. de. Técnica e Tecnologia. **Brasil Escola**. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/ écnica-tecnologia.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.

FRIGOTTO, G. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio**. Salvador: Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia – CETEB, 2008.

GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da exclusão**: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GETET – Grupo de Estudos em Pesquisas em Trabalho, Educação e Tecnologia. UTFPR. **Referenciais teórico-metodológicos**. Disponível em: https://getetutfpr.wordpress.com/objetivos/. Acesso em: 14 jul.2020.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. v. 1. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HARDMAN, F. F. **Trem fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2008.

_____. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capitalismo no século XXI. 1. ed. Tradução: Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

HAUDRICOURT, A.-G. La Technologie, Science Humaine. **La pensée**, Paris, n 115, p. 28-35, maio-jun. 2017. Disponível em: http://gallica.bnf.fr/ark://12148/bpt6k5816034v/f30. Image.langPT. Acesso em: 28 nov. 2020.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjo produtivo local da madeira de Porto União da Vitória**: nota técnica. Curitiba: IPARDES, 2006.

KUOBO, S. H.; GOUVÊA, M. A.; MANTOVANI, D. M. N. Dimensões do significado do trabalho e suas relações. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 28-49, 2013.

LONGHI, T. C.; SANTOS, F. A. N. dos. Uma análise crítica das condições de trabalho na indústria têxtil desde a industrialização do setor até os dias atuais. **HFD Revista**, v. 5, n. 10, p. 73-90, ago./dez. 2016. Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/hfd/article/viewFile/8832/6198. Acesso em: 27 jan. 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução: Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 3.ed. Tradução: Reginaldo Sant´Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____ **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro. Tradução: Reginaldo Sant'Ana. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: crítica da economia política. V. I. 33. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. Ed., 4. Reimpr. São Paulo: Contexto, 2015.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MENDONÇA, C. T. M.; OLIVEIRA, P. L. L. M. G. de; COSTA, M. L. F. O conceito de tecnologia na concepção de Álvaro Vieira Pinto: contribuições para a educação a distância. **Colloquium Humanarum**, v. 13, n. especial, p. 315-320, jul./dez. 2016.

MOCELLIN, R. **Os guerrilheiros do Contestado**. São Paulo: Editora do Brasil, 1989. (Lutas do Nosso Povo).

MONASTIRSKY, L. B. **Ferrovia**: patrimônio cultural. Estudos sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2006.

MONTEIRO, D. T. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, C. **Do Beco dos Sapos aos Canaviais de Catende**: os ciclos de lutas pelo socialismo autogestionário. 1.ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

PEREIRA, J. J. B. J.; FRANCIOLI, F. A. de S. Materialismo dialético histórico: contribuições para a teoria histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 93-101, dez. 2011.

MARTINS, E. P. *et al.* **Perfil dos funcionários e condições de trabalho nas indústrias madeireiras do município de Jaru-RO**. Porto Velho: Embrapa-CPAF-Rondônia, 2002.

PIKETTY, T. *et al.* A quem interessa aumentar a desigualdade? **Valor Econômico**, 11 jul. 2019.

PINTO, A. V. **O conceito de tecnologia**. Tradução: Marcos Cezar de Freitas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho do século XX**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

POCHMANN, M. Sociedade do descarte: do desfecho da industrialização nacional à desestruturação do trabalho no Brasil. *In*: NEFFA, J. C.; TOLEDO, E. de la G. (coord.). **Trabajo y Crisis de los Modelos Productivos en América Latina**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASO, 2020.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Rede_Ferrovi%C3%A1ria_Federal&oldid=61907673. Acesso em: 16 jan. 2021.

RIOS, J. A. **Carta Mensal**. Rio de Janeiro, n. 694, p. 3-26, jan. 2013.

SÁ, E. Fazendo média. **Carta Maior**, 7 jul. 2016.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, M. 1926-2001. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos).

SILVA, V. N.; SANTOS, G. R. dos; DURÃES, S. J. A. Trabalho, dimensões, significados e ampliações do conceito. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, SP, v. 12, n. 2, p. 739-754, 2017.

SILVER, B. J. **Forças do trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. Tradução: Fabrício Rigout. São Paulo: Boitempo,2005.

SOARES, R. V.; ARAÚJO, L. B. de C. Trabalho e educação: dos fundamentos ontológicos às possibilidades de emancipação. *In*: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2017, São Luís, MA. **Anais...** São Luís, MA: Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo13/trabalhoeeducacaodosfundamentosontologicosaspossibilidadesdeemancipacao.pdf. Acesso em: 14 Mar. 2022.

SOUSA, A. C. G. de; OLIVEIRA, J. C. de,.UFRJ/CT/POLIac@del.ufrj.br/UFRJ/CT/POLI

SOUZA, F. M. de. **Ronda Velha**: os fundamentos históricos do Município de Paula Freitas. Curitiba: Arte & Letra, 2004.

SPENGLER, O. **O homem e a técnica**: contribuição a uma filosofia da vida. Tradução: Érico Veríssimo. Porto Alegre: Edições Meridiano, 1941.

THOMAS, H. E. Tecnologias para inclusão social e políticas públicas na América Latina. *In*: OTTERLOO, A. *et al*. **Tecnologias sociais**: caminhos para a sustentabilidade. Brasília, DF: Rede de Tecnologia Social, 2009.

VARGAS, F. B. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77 p. 313-331, maio/ago. 2016.

WEHLING, A. *et al*. (org.). **Cem anos do Contestado**: memórias, histórias e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.

WINNER, L. Do Artifacts Have Politics? *In*: _____. **The Whale and the Reactor**: A Search for Limits in an Age of High Technology". Chicago: The University of Chicago Press, 1986. p. 19-39.

APÊNDICE 1 – Corpus textual das entrevistas

Entrevista1

Eu sou Gerson e desde já agradeço o convite para esta participação na pesquisa. Trabalhei trinta anos só na Madeireira Cedro Verde & Cia Ltda; entrei lá quando ainda era menino e trabalhei mais tempo no setor da fábrica de papel, mas adquiri todo o conhecimento dos setores da madeira, do compensado e da laminação, visto que eu podia transitar de um setor para outro. Chegou uma época, não lembro quando, que parou de funcionar o setor da madeira e as pessoas que trabalhavam ali, foram transferidas para o setor de papel, sendo que algumas saíram da indústria. A empresa não demitiu ninguém de imediato, nem comunicou aos trabalhadores que alguns setores iriam deixar de funcionar e que alguns trabalhadores iriam ser demitidos depois. Foi parando gradativamente, começando pelo setor de madeiras. Esse setor, o das madeiras, parou de funcionar porque não podia mais extrair imbuia e pinheiro araucária e a empresa não possuía equipamentos para trabalhar com o pinus que era a madeira de reflorestamento. Mais tarde vieram novos equipamentos mais apropriados para serrar pinus e o setor da madeira voltou a funcionar por um tempo, mas por último, só funcionava o setor de papel. Pelo que se percebe, a empresa não foi à falência, a empresa foi encerrando a produção e foi demitindo seus trabalhadores. São essas mudanças que eu lembro que aconteceram.

Sobre as relações de trabalho, como existiam os setores da serraria, do compensado, da laminadora e do papel, para os trabalhadores de cada setor havia uniforme com uma cor diferente, o que gerava um clima de divergência entre os trabalhadores que pertenciam a setores diferentes, porque dependendo do setor, o salário era maior ou menor, então o olhar de quem ganhava menos sobre os dos setores que ganhavam mais era um e o olhar dos que pertenciam aos setores mais valorizados como do papel, sobre os que trabalhavam na serraria era outro, sendo que isso já se identificava pela cor do uniforme.

Quando vinha reposição de salários, o sindicato estipulava o mesmo reajuste para todos, independentemente do setor. Mas a empresa acrescentava sempre mais para os setores mais especializados, nesse caso, o setor do papel. Assim, os trabalhadores de outros setores, como o da madeira, ou da laminadora que recebiam o reajuste menor, julgavam que os trabalhadores do setor do papel eram mais valorizados e isso causava rixas entre trabalhadores.

Tenho algumas lembranças de quando era criança e adolescente. Eu estudei na escola de séries iniciais que havia dentro do pátio da empresa e minha mãe, meu tio, minha família toda, praticamente, trabalhava nessa indústria. Lembro que meu tio trabalhava no torno e, às vezes, no domingo ele ia arrumar alguma coisa e eu ia junto e ficava imaginando que um dia eu iria trabalhar nessa empresa.

Sobre outras empresas que havia na cidade na época, lembro que existia a Madeireira Cedro Verde & Cia Ltda, a Madeireira Komadeiras S.A que era uma empresa forte e tantas outras. Se ouvia muito falar em situações de trabalhadores que trabalhavam no frigorifico que faliu e vieram para as indústrias de madeiras, como por exemplo, minha mãe, meus avós e meus tios e outros da família também que foram absorvidos pela empresa Komadeiras ou pela Cedro Verde. Eu lembro que estas indústrias foram as que mais admitiram trabalhadores que vieram do frigorífico.

Falo desses fatos porque se assemelham muito com a situação de hoje em que algumas madeireiras fecharam, demitindo seus trabalhadores e outras de outros ramos admitiram uma parte dessas pessoas em fábricas de papel, de portas ou mineradoras.

Sobre os conhecimentos adquiridos com o trabalho nas fábricas de madeiras, penso que os trabalhadores tiveram que reaprender muita coisa. Os que trabalhavam com a madeira, lidavam com maquinários pesados e antigos, obsoletos, máquinas alemãs ou inglesas, sucatas da Segunda Guerra Mundial, que foram enviados para nós quando eles melhoraram sua tecnologia, aperfeiçoaram suas máquinas na Europa e descartaram suas máquinas antigas que para nós eram top, modernas. Uma serraria de pinus exige um equipamento mais leve e mais rápido. Lembro que quando a Cedro Verde começou a serrar pinus, ela possuía um equipamento argentino que eram máquinas melhores e nossas da América do Sul, mais adequadas a esse tipo de produção. Desse modo, os trabalhadores precisaram se adaptar com as novas máquinas até mesmo a respeito da segurança, porque exige novas formas de lidar com elas. Por isso, vieram alguns técnicos de fora para orientar os trabalhadores, sendo que muitos destes trabalhadores eram enviados a São Paulo para treinamento.

No que diz respeito à segurança no trabalho, quando eu comecei a trabalhar na Madeireira Cedro Verde não havia nada sobre isso, nenhum curso, nenhuma palestra, no máximo óculos de proteção, embora nem todos usassem, pois não havia exigência. Eu fui um dos primeiros funcionários a entrar na empresa com um curso de Segurança do Trabalho, porque em 1982 e 1983 fiz um curso de mecânica a diesel no Senai e, paralelo a isso, a instituição oferecia um curso de Segurança no Trabalho.

De repente, por volta de 1986 e 1987 começamos a montar a comissão da CIPA Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. E depois com a CIPA, as condições de segurança foram melhorando, foram tomando outra proporção. Eu fui duas vezes presidente da Comissão e percebi que havia gente que se adequava e que gostava da segurança no trabalho. A própria diretoria da empresa fazia questão de que os trabalhadores se empenhassem, cuidassem da segurança e tivessem instrução sobre isso.

Mas era um pouco difícil lidar com as pessoas mais antigas, era difícil convencer um trabalhador de que ele precisava de óculos para esmerilhar uma peça, que ele precisava de uma luva para pegar uma madeira, alguns achavam que isso atrapalhava e, portanto, não respeitavam muito as condições de segurança.

Com a chegada de funcionários mais novos foi ficando diferente, antes de começar a trabalhar, eles já faziam um cursinho, eram levados para conhecer as máquinas que iriam operar e recebiam toda instrução sobre os equipamentos. Quando alguém era transferido para uma outra máquina, fazia uma retomada dos conhecimentos antes de começar a trabalhar e quando voltava de férias também, e isso era um pouco para se adaptar ou ajustar alguma coisa que mudava. Então, a questão de segurança mudou bastante, foi ficando bem diferente e melhor.

Mais tarde veio aquela Norma Regulamentadora e depois a NR 13 e outras normas para cada tipo de equipamento. Depois vieram os EPIs obrigatórios, Equipamentos de Proteção Individual e a noção de segurança coletiva. De forma que mudou para melhor a segurança do trabalho e eu aprendi bastante coisa sobre isso.

Mas acidentes eventuais aconteciam. Geralmente se via muito quando o trabalhador voltava de férias ou no final de semana. E, também, havia pessoas que menosprezavam o perigo da máquina, que desafiavam a máquina, muitas vezes ocorrendo acidentes pelo fato de uma pessoa entrar em local não permitido, ou quando se queria fazer um serviço rápido e acabava se acidentando, como por exemplo, por não

querer deslocar-se até o armário de ferramentas para buscar uma luva para bater um punção[8], e acabava atingindo o dedo despretensiosamente.

No que diz respeito a jornada de trabalho, antes eram turnos de doze horas diárias e, recentemente, na serraria eram de oito horas e no setor do papel, passou a ser de seis horas. Essa redução de jornada de trabalho contribuiu também para um menor índice de acidentes.

Sobre as demissões da empresa, fui um dos últimos funcionários a sair, ficando depois de mim, uns cinco ou seis trabalhadores, como por exemplo, o contador, a funcionária do departamento pessoal e os vigias. Fui deixando acontecer, foram me transferindo de setor para ocupar as funções que iam vagando, como na oficina, na produção e assim fui migrando para vários setores dentro da empresa, até porque eu não encontrava perspectiva de imediata de trabalho fora da empresa. De repente, a situação financeira foi piorando e era preciso fazer alguma coisa, então acabei saindo. Por isso demorei para sair, não acreditava que iria acontecer a queda da fábrica, tínhamos a empresa como se fosse nossa e de repente acabou acontecendo de a empresa fechar.

Bem no auge da empresa, por volta dos anos 1990, 1992, 1993 havia em torno de 1200 ou1300 funcionários diretos. Eu saí em 2014, mas por volta de 2009 já havia sinais de crise, foi quando começou a ficar um pouco mais difícil. Aconteceram as demissões e não tinha muito o que fazer porque a empresa começou a decair, a perder produção, perder a qualidade nos produtos e a extinguir os turnos; primeiro foram saindo os trabalhadores do setor de compensados, foi quando eles, os diretores, buscaram uma equipe técnica de fora da empresa para impulsionar e tentar administrá-la. Essa equipe técnica começou a cortar coisas, a tomar decisões que, efetivamente não resolveu nada. Também algumas atividades foram terceirizadas para uma empresa de Curitiba, na tentativa de amenizar os prejuízos, mas também não teve bons resultados. Assim, foi fechando o setor de compensados, porque nós trabalhávamos muito com exportação e parou o mercado externo, então nós começamos a produzir compensados só para o mercado interno e este mercado não estava conseguindo manter o que ele tinha mantido antes porque se perdia muita produção e os produtos eram diferentes. A exportação exigia uma qualidade dos seus produtos e para o mercado interno a qualidade era outra. Assim, foi decaindo a produção, então, eles começaram a demitir os trabalhadores do setor de compensados. Nisso, já havia parado a serraria e logo parou o setor de compensados, cujos trabalhadores foram saindo, foram sendo demitidos, mandados embora de imediato e outros transferidos para trabalhar no setor de papel, mas depois começou a demissão dos trabalhadores deste setor também, que foi onde encerrou a última produção em 2014.

Eram todos trabalhadores da região, por isso foram ficando por ali em outras empresas do ramo da madeira, mas uma boa parte de trabalhadores foi para cidades um pouco mais afastadas como Canoinhas-SC, Caçador-SC e Irani-SC, onde também havia madeireiras. É difícil mudar de ramo, porque quem trabalhava de prensista, ao ir para outra empresa é nisso que ele irá trabalhar.

Penso que essas empresas que lidam com a madeira pertencem a um ramo extrativista que em dado momento acaba. Uma imbuia leva trezentos anos para se tornar uma árvore que sirva como matéria-prima e as empresas, a cidade como um todo, não se prepararam para o fim desse extrativismo e acabou. Quando as autoridades, IBAMA ou

---

[8] Como punção entende-se: ferramenta feita de metal ou aço em forma de bastão, usada para perfurar determinada superfície.

governo proibiram de serrar pinheiro araucária e imbuia, a empresa teve que fechar as portas, pois não havia outra madeira para serrar.

Sobre o que os trabalhadores passaram a fazer depois da demissão, eu era graduado em Comércio Exterior, trabalhava na empresa com importação e exportação. Quando estava para sair, não via nenhuma empresa que se adequasse ao meu perfil e, também, não me preparei para isso. Então, queria experimentar alguma atividade particular, até porque para continuar em madeireiras, era necessário sair da cidade com a família e encontrar uma empresa que pagasse melhor, porque continuar fora da cidade ganhando o mesmo salário não compensava; assim, fui me adaptando porque as dívidas foram se acumulando e precisava tomar uma atitude, abraçar o que havia pela frente. Hoje, sou comerciante, tenho um comércio no bairro, um mercado que pertencia ao meu sogro e quando ele se aposentou não quis mais trabalhar com isso e eu acabei comprando o ponto comercial dele com o estoque, onde trabalho com a minha família que ajuda a administrar um mercadinho de bairro.

Os demais trabalhadores, de uma forma geral, julgaram que a falência da empresa e as demissões estavam bem longe de acontecer e, assim, também não se prepararam. Uma pessoa que trabalhava na caldeira, hoje trabalha de pintor autônomo, bem fora da sua área de atuação.

Sobre minha trajetória na empresa, comecei a trabalhar lá em 1984, na caldeira. Minha função era jogar lenha na boca da caldeira, um serviço extremamente ruim. Com o cursinho de mecânica do Senai, logo fui transferido para a oficina onde trabalhei por mais de cinco anos. Desse setor fui transferido para o setor de expedição. Pelo fato de já estar atuando com exportação, foi esse tempo que me oportunizou cursar a graduação em Comércio Exterior, o que me fortaleceu teoricamente na função que possuía experiência.

Sobre as informações da queda da empresa, via-se que realmente alguma coisa iria acontecer, só que a própria diretoria da empresa não informava. Não era de se esperar que algum diretor alertasse publicamente ou orientasse os trabalhadores a buscarem outras alternativas. Embora, comigo tenha sido um pouco diferente. Um dos donos da empresa com o qual eu conversava, certo dia, me segredou sobre os fatos, disse que gostava de mim e da minha família e me sugeriu a procurar outro trabalho. Mas isso não era algo que fosse socializado pela diretoria para com os trabalhadores em geral. Como eu fazia parte do setor administrativo e percebia a crise com mais proximidade, os trabalhadores vinham me perguntar se eu sabia de alguma coisa sobre a falência, mas eu era orientado a informar que não estava acontecendo nada e dizer, no máximo, que estava para chegar uma outra equipe de administradores ou que a empresa seria arrendada.

Logo em seguida, começaram a chegar, sim, as empresas interessadas em arrendar a fábrica, mas na minha interpretação, parecia que era alguém que estava lá para ver se a fábrica já havia morrido ou precisava terminar de matar, não transmitiam a confiança de pessoas interessadas em reerguer o empreendimento. Nesse tempo, a fábrica foi se deteriorando, quebrando e isso não se informava abertamente aos funcionários, somente demitiam de dez ou doze cada vez, com a justificativa de que não havia mais recursos para pagar os salários e de que os turnos iriam ser fechados, mas nós sentíamos que estava para acabar.

Sobre o que motivou a queda de uma empresa que exportava para o mundo inteiro, para os Estados Unidos, Emirados Árabes, para o Paraguai, Uruguai, para a França, Itália, Alemanha, Argentina, para Portugal? Pode se dizer que foi uma briga

interna, era uma empresa familiar. Isso aconteceu com outras empresas familiares e quebraram porque a família administrava, então com a Cedro Verde não seria diferente. Ela foi fechando porque a própria família não se entendia mais.

Sobre o conhecimento adquirido na fábrica, alguma coisa se aproveita no comércio, mas o que marcou foi a convivência, a gente aprende a se relacionar com os outros. Em termos financeiros, hoje está um pouco melhor, porque na empresa se chega a um nível máximo que não melhora porque são funções ou cargos que atingem um dado valor regulamentado pelo mercado e quem não estiver satisfeito se obriga a sair.

Sobre a estrada de ferro, a gente olhava muito de dentro da fábrica por onde passava o trem. Na Cedro Verde o trem vinha de uma empresa, passava por dentro da fábrica e ia para outra próxima, e, em seguida, tomava a direção da linha principal que divide as cidades de União da Vitória no Paraná e Porto União em Santa Catarina.

A estrada de ferro divide ainda hoje os Estados do Paraná e Santa Catarina pelos trilhos e muita gente não se dá conta de que quando se construiu essa ferrovia, se pensou também nessa função de os trilhos dividirem os Estados de Santa Catarina e Paraná.

Então, a empresa que tivesse o trem passando por dentro de seu pátio, possuía o setor de transporte mais rápido e valorizado da época. Mas isso foi temporário, porque logo vieram os caminhões que trouxeram uma outra estrutura com mais agilidade e velocidade no transporte, agora rodoviário. Essa mudança foi boa, mas acabou atrapalhando porque a estrutura da cidade era para um tipo de transporte e de repente se transformou em outro.

Na cidade, a rede ferroviária, carinhosamente chamada de rede, possuía uma estrutura muito forte e os madeireiros valorizavam essa forma de transporte, porque desta cidade saía muita madeira de exportação para São Francisco do Sul em Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul e São Paulo.

Sobre a presença das mulheres na fábrica, pode-se afirmar que havia muitas mulheres trabalhando na laminadora, na fábrica de compensados, na colagem, no setor de classificação, nas embalagens, por serem atividades mais leves e por serem funções consideradas de mão de obra mais baratas e as mulheres dentro das fábricas de madeiras eram consideradas mão de obra mais baratas em relação aos homens. Então, elas não reclamavam por trabalharem na classificação, não se incomodavam de hoje estarem numa função assim, porque amanhã elas almejariam outras funções em um setor melhor, até chegarem a ser encarregadas. Porém, não lembro de ter visto uma mulher encarregada de um setor mais pesado da fábrica de compensados. Já na fábrica de papel, no setor de escolhas, geralmente eram mulheres encarregadas e os seus salários também eram salários de mulheres, salários inferiores aos dos homens.

Quanto às relações entre homens e mulheres no interior da fábrica, se fosse hoje, teria muita gente respondendo processo porque as relações mudaram; na época se ouvia muita piadinha que hoje, a Lei Maria da Penha e outras leis de proteção à mulher poderiam complicar a vida de alguns homens; existia machismo escancarado nos setores onde trabalhavam mulheres e homens e beirava o ridículo ter que presenciar essas coisas.

Quando elas saíram da empresa, a maioria foi para outras fábricas semelhantes e algumas foram trabalhar de diaristas. Há ainda as que possuíam outros conhecimentos que foram para empresas de outras áreas. Mas a maioria permaneceu nesse ramo porque foi o que elas aprenderam fazer ao longo da vida.

Quanto à influência das madeireiras na cidade, já que o setor forte foi a madeira, se poderia ter pensado em preparar melhor os trabalhadores para trabalharem com a madeira porque existem países que trabalham com isso, como por exemplo, o Canadá, Estados Unidos e até mesmo em países da Europa como a Polônia em que se vê muita gente produzindo madeiras e seus derivados, enquanto aqui na nossa cidade onde a madeira é serrada, não se valoriza esse produto como deveria.

Em 1983, houve uma grande enchente que arrasou a cidade. Depois veio um tempo de dependência do mercado externo, as madeireiras se voltaram para a exportação, se prepararam para vender na moeda norte americana e foi quando logo houve a desvalorização do dólar. Somados isso à crise da madeira nativa, alguns madeireiros incentivaram os agricultores a plantarem pinus, o pinheiro norte americano, madeira exótica, mas, no momento de extrair essa madeira, os preços caíram e já não valia a pena mais incentivar esse cultivo.

Houve uma época em que a cidade era a terra das esquadrias de portas e janelas, havia esse título no portal de entrada na cidade, mas com qual madeira se sustentava esse título? Com madeira que vinha do Norte, eram ipês, itaúbas, angelins e que também um dia se acabam. Hoje, o título de Capital das Esquadrias de Portas e Janelas de Madeiras contido no portal, já não faz sentido, quase não se vê mais fábricas de esquadrias de portas e janelas de madeiras. Esses títulos como capital das esquadrias de madeiras, rei da imbuia, são títulos que contrariam os princípios de preservação nos dias de hoje.

Então, parece que falta liderança, um conhecimento maior, uma tecnologia melhor, para valorizar os produtos ou, então, que aconteça uma mudança radical para um outro ramo, porque ficamos na dependência de um produto extrativista que em dado momento acaba. Por mais que se fale em reflorestamento, ao cortar uma imbuia ou ipê, se planta um álamo, um pinus no lugar e isso é questionável.

Eu digo que boa parte das pessoas que trabalhavam na Madeireira que eu trabalhava, migrou para outras empresas que havia na época, mas que também pararam de funcionar; o que aconteceu com empresas como a Cedro Verde, que chegou a ter mais de mil funcionários, para uma cidade de cem mil habitantes, é bastante gente sem trabalho, é mais de um por cento dos moradores.

O impacto nas empresas de cidades vizinhas, num raio de oitenta quilômetros, também foi grande porque havia empresas de Porto Vitória, de General Carneiro, de Bituruna que vendiam cavacos para as indústrias de madeiras de União da Vitória e essas pequenas empresas também encerraram suas atividades, eram picadores, motoristas, borracheiros que viviam em função de empresas maiores de União da Vitória. As pessoas, os trabalhadores perderam seus empregos e não foi fácil ser admitido e se adaptar em outras empresas.

Percebe-se, portanto, que mudou tudo nessa região aqui nos bairros como Rocio, Rio d areia. São Pedro onde se situam as madeireiras e na própria cidade, O comércio local aqui próximo da fábrica perdeu bastante, muitos comerciantes do entorno estão falidos hoje, eram trabalhadores de borracharias, lojas de peças, oficinas que deixaram de existir por causa da queda das fábricas, pessoas vizinhas aqui nos bairros, são pessoas que deixaram seus trabalhos em volta das fábricas porque não houve mais movimento.

Entrevista 2

Comecei a trabalhar na fábrica com 18 anos, sendo meu primeiro emprego registrado em carteira. Primeiro como secretária do gerente de produção e logo depois, em menos de dois anos, fui convidada pela própria empresa a fazer um curso técnico em Celulose e Papel, no Senai. Foi um ano e meio fora da empresa e, quando voltei, já assumi o cargo de supervisora de acabamento, controle de qualidade e sala de escolha. Era o setor onde havia mais mulheres trabalhando e onde permaneci por vinte e cinco anos.

Minha rotina consistia nas seguintes atividades: viajar, dar assistência técnica aos clientes, atender fornecedores quando apresentavam alguma reclamação. E, também, para minha formação, fazia cursos quando apareciam ou que a empresa disponibilizava. Foram, portanto, 25 anos bem trabalhados, mas bem recompensados e, por isso, gostei muito de trabalhar nessa empresa.

Com o curso técnico se aprendia sobre o processo da fabricação de papel e da estrutura e funcionamento das máquinas, bem como todo o preparo de massas. Aprendia-se, também, sobre o controle de qualidade nos equipamentos laboratoriais onde se processavam as análises, os ensaios físicos do papel, os testes de qualidade e a resistência física do papel.

Eu, porém, de posse do diploma de técnica, fui designada para liderar o setor de acabamentos, onde trabalhavam muitas mulheres, sendo esse, portanto, o setor mais feminino da fábrica. Eram elas que escolhiam, embalavam e deixavam o papel pronto para carregar. O setor de máquinas ficava a cargo dos homens que também possuíam o curso técnico. Assim, cada um assumia uma função em determinado setor da empresa. Ainda assim, no meu setor havia algumas máquinas como empilhadeiras, rebobinadeiras, cortadeiras e carrinhos hidráulicos.

Além de eu assumir a liderança geral, havia ali as encarregadas diretas com as mulheres as quais exerciam uma função mais próxima daquelas denominadas serviços gerais, mas era eu que representava todas elas nas relações com as funções hierárquicas de gerência. Digo elas, por serem a maioria, mas havia homens subordinados também nesse setor, principalmente na operação das máquinas. E entre esses homens, havia os mais jovens que quando entravam, começavam de auxiliar, operavam os carrinhos hidráulicos e faziam a movimentação das bancas. Posso dizer que esse era um setor bem amplo, com muitas pessoas trabalhando em vários turnos.

Em relação às mulheres ou me sentir como mulher no trabalho, ali era muito bom trabalhar, a aceitação delas a meu respeito como líder era excelente e tínhamos um bom relacionamento. Por acaso, acontecia algum conflito entre elas mesmas, mas sempre contornáveis, dialogávamos muito a esse respeito disso e resolvíamos. Com relação aos homens, é fato que onde há homens e mulheres sempre pode acontecer algum conflito, às vezes até envolvimento afetivo entre eles e elas. Mas sempre deixávamos muito claro os critérios de profissionalismo, assim se houvesse alguma situação nesse sentido, ficava sempre do portão da fábrica para fora, o que fazia com que o ambiente se tornasse respeitoso, tanto dos gerentes, como dos mais jovens que começavam a trabalhar subordinados às mulheres. Evidentemente, acontecia uma ou outra aventura, como alguém querendo afrontar o fato de ser subordinado a uma mulher.

Casos assim, era preciso intervir de uma forma mais firme: não se usava o termo mandado por, visto que era um setor onde todo mundo precisava trabalhar junto para poder funcionar com os resultados necessários. Então, ou se aceitava ser conduzido

por uma mulher, trabalhava dentro dos critérios estabelecidos ou, em casos extremos, quando se via que não ia ter o respeito necessário, procurava-se direcionar o trabalhador para outro setor, porque havia essa opção de encaminhá-lo para um lugar onde trabalhavam mais homens.

Eu deixei a empresa em 2014, no último pelotão dos que foram demitidos no apagar das luzes. Daí ficaram alguns necessários, os do escritório, vigias e algumas funções que permanecem até hoje. Mas, na verdade, a empresa encerrou as atividades de produzir nesse mesmo ano. O que senti é que ela foi decrescendo, não investiu e não inovou em tecnologia. Essa foi uma das questões, embora houvesse muita coisa moderna, na máquina que produzia o papel não houve investimento. Fora isso, não posso afirmar o que houve, o que se sabe é que era uma empresa familiar e, pelo que se sentia é que começou a haver desavenças entre os próprios sócios, os familiares.

E a partir daí, não investiram mais no maquinário, a manutenção foi diminuindo, foi caindo a qualidade dos produtos, foram atrasando pagamentos de funcionários e de fornecedores e assim a empresa foi declinando. Não posso afirmar que ela fechou ou decretou falência porque não sei como isso funciona em termos jurídicos, mas suas atividades produtivas se encerraram em junho de 2014.

Quanto à saída dos trabalhadores, havia sempre uma esperança porque, afinal, foi uma vida toda lá dentro. Se eu disser que não gostava de trabalhar lá, é brincadeira, pois, são 25 anos trabalhando numa única empresa e isso me fazia gostar muito de trabalhar nela, pois, tanto as pessoas com quem eu me relacionava eram boas como a própria empresa, por isso senti muito ter acontecido a sua decadência. Apesar disso, a saída dela, foi bem conflitante para todo mundo. Chegou num determinado dia em que eles apenas nos dispensaram, com expressões como: simplesmente não dá, não tem recursos, procurem seus direitos. A única coisa que fizeram por nós, foi liberar o fundo de garantia e o seguro-desemprego para todo mundo e que cada um procurasse seus direitos. A partir daí, foi isso que todos fizeram, ir em busca de um advogado porque lá eles não quiseram acertar as contas com ninguém.

Se for pensar para onde os trabalhadores foram, alguns conseguiram aposentadoria porque eram pessoas que trabalharam muitos anos nessa fábrica, outras não conseguiram mais arranjar trabalho, que é o meu caso; como o Fundo de Garantia foi liberado e eu tinha 25 anos de casa foi com esse dinheiro que fomos vivendo. Mas depois eu acabei optando em pagar uma aposentadoria privada por mais cinco anos e assim logo me aposentei. Há ainda os que levaram tempo para conseguir se adequar em outras empresas, como meu marido que levou mais de um ano porque ele também trabalhava lá.

Mas os trabalhadores com os quais eu mantenho contato, penaram bastante para conseguir um trabalho, porque ali eles ganhavam bem, considerando o nível salarial da região e então ficou difícil, creio que para todo mundo, conseguir um trabalho adequado, se equilibrar financeiramente, tendo em vista o fato de que foram meses sem pagamento até eles liberarem o fundo de Garantia. Por isso que digo que a saída foi bem conflitante para os trabalhadores.

Apesar disso, foi um tempo muito bom de trabalhar, construímos tudo lá dentro: a família, a vida, desde meus dezoitos anos de idade; a partir daí, foram vinte e cinco anos lá dentro. Portanto, a vida inteira foi dedicada à empresa, evidentemente que conseguimos algumas vantagens e alguns bens como moradia, a educação, o lazer, sem contar que o trabalho também era muito gratificante. Para daí ver um final tão difícil,

triste, porque se via colegas passando necessidades, não tendo dinheiro, às vezes nem para se sustentar.

Além disso, aconteceram coisas que nos deixaram muito abaladas porque trabalhadores não recebiam o pagamento do mês e não havia como se sustentar; procuravam auxílio no CRAS, Centro de Referência da Assistência Social, uma cesta básica ou coisa parecida e não recebiam porque suas carteiras de trabalho estavam assinadas, o que, para efeito legal, não estariam desempregados e isso contrapunha os critérios de auxílio pelo CRAS. Só que, em contrapartida, eles não tinham salário. Isso foi penoso demais, ver essa situação em que chegaram a empresa e seus trabalhadores, estes sem apoio algum, o que julgo como uma questão de falta de humanidade. Uma empresa que nunca havia atrasado pagamentos, que gozava de confiança dentro e fora do seu espaço. Quando um trabalhador dizia que trabalhava nessa empresa, era motivo de espanto, de admiração na cidade.

Então, hoje posso dizer que [silêncio], senti muito sair e passei muito tempo triste, quando passava na frente da empresa, vê-la toda fechada, era dolorido pensar em tanta gente que teve seu trabalho nessa fábrica. Assim, hoje acho que eu não voltaria trabalhar naquele ambiente por conta dessa dolorosa situação. Mas já passou, estou bem, aposentada, estamos estabilizados, com equilíbrio financeiro e por isso, não voltaria para aquela empresa.

Esse foi um fato que com certeza impactou nas cidades de Porto União e União da Vitória. Todos os trabalhadores das fábricas gastavam nestas cidades o que ganhavam com seu trabalho e era um tempo em que se podia consumir mais. Não se pode dimensionar o quanto, mas com certeza as lojas, mercados, todo o comércio sofreu impacto financeiro.

No auge da empresa, mais ou menos em 2004, chegou a ter mais de mil pessoas trabalhando, diretos e indiretamente, uns cinco anos depois caiu a produção e por volta de 2010 veio a demissão de trabalhadores.

Sobre a segurança contra acidentes, quando comecei a trabalhar na empresa, em 1989, quase não havia preocupação com esse item. Algumas pessoas trabalhavam de chinelo, de calção, com a roupa que quisessem, mas com o tempo foi evoluindo, no auge da empresa, a partir de 2000, havia uniforme, sapato de segurança, protetor auricular e todo um cuidado com a segurança. Os operadores de empilhadeiras faziam cursos de operador, quem começava a trabalhar era recebido por alguém que iria lhe mostrar toda a empresa, os lugares de riscos de acidentes e lhe conscientizar dos cuidados com a segurança. Logo mais tarde, entraram os técnicos de segurança para orientar os trabalhadores e ainda assim aconteciam acidentes, infelizmente, como em toda empresa onde os trabalhadores operam máquinas perigosas se está sujeito a alguns acidentes.

Quando comecei a trabalhar, em 1989, nos finais de semanas, os trabalhadores cumpriam jornadas de doze horas diárias de trabalho e agora por último eram oito horas diárias, tanto para os trabalhadores de turnos quanto para aqueles que trabalhavam só em horário comercial.

Por fim, eu agradeço você me ouvir e eu podendo ajudar, estou à disposição.

Entrevista 3

Meu nome é Adelson, trabalhei na empresa Komadeiras S.A, na cidade de União da Vitória, no período de janeiro de 1991 a julho de 2001. Exerci a função, na época, de auxiliar contábil. Vou falar primeiro das coisas que percebi como diferentes na empresa e que me causavam estranhamento. A primeira coisa que me chamou atenção quando entrei, é que havia uma estrutura impressionante, até com refeitório próprio. Havia por volta de 900 a 1000 funcionários diretos, sem falar nos empregos indiretos, como, por exemplo, os trabalhadores envolvidos na área florestal.

Outra coisa também que me chamou muito a atenção quando comecei é que todos os cargos de gerência, de recursos humanos, RH, de produção, de compras, eram todos exercidos por pessoas de fora da cidade, quase que especificamente de Curitiba. Não que essas pessoas não tivessem formação na área, isso não posso afirmar. Mas é porque, na compreensão da diretoria da época, talvez, é que os trabalhadores de União da Vitória não tivessem a formação ou as condições de exercer a função lá dentro. E isso se tornava questionamentos que todo mundo fazia, contratar gerentes de fora.

Por que tinha que ser se essas pessoas, sendo que depois, na medida que se ia conhecendo se percebia que nem possuíam tanta formação, bagagem, ou estrutura para desenvolver as tarefas? Tanto que depois no desenrolar desse tempo, desde quando entrei na empresa até a minha saída, essas atitudes mudaram e foram entrando pessoas da nossa região para exercer essas funções.

Sobre o clima organizacional, eu não tenho nada muito o que dizer a respeito. Sempre me relacionei bem com todos, inclusive com os diretores, gerentes. Não tenho nada a reclamar, sei que fui lá para cumprir minha função e cumpri muito bem, tanto que fiquei dez anos lá dentro.

No que diz respeito à remuneração e aos benefícios sociais, realmente não havia nada, era pago o salário que a CLT estabelece. Um benefício ou algo a mais que tinha era que havia uma associação de funcionários que promovia eventos e podíamos alugar seu espaço de forma gratuita para realizar nossas reuniões, aniversários e outros eventos. Só que essa associação teve também dificuldades financeiras porque era descontado uma contribuição do nosso salário e repassado para associação, mas a empresa não repassou mais quando entrou em dificuldade financeira.

Falando um pouco do motivo da dificuldade financeira que a empresa já enfrentava quando entrei lá, foi que com a enchente de 1983, ela ficou por volta de dois meses com suas atividades paralisadas, embaixo da água e nesse período fazia adiantamento de câmbio, isto é, pegava o dinheiro adiantado para depois exportar. Quando chegou a enchente ela não pôde exportar, foi quando a situação financeira ficou crítica e para tentar se recompor, foi pegar dinheiro de empréstimo bancário junto ao Banco do Brasil, E, então, começou aquela bola de neve.

Desde então, ficou sem capital de giro e sem condições de investir ou modernizar. Para essa informação, eu realmente não tinha conhecimento e eu fui buscar com colegas que trabalhavam na gerência, bem como informações se nessa época haviam comprado maquinário, se realmente tinham investido na produção e para as duas pessoas que perguntei, disseram que não foi comprado nada de maquinário para modernizar a indústria.

Essa modernização ocorreu na empresa depois que eu saí, por volta de 2003, quando um dos filhos assumiu a fábrica. No entanto, já era uma empresa dele sem relação com o grupo, a qual também, por algum motivo, acabou quebrando.

Falando do motivo pelo qual saí em 2001, foi porque era uma empresa passada de pai para filho, já na segunda geração, quando cada um ficou com uma empresa do grupo; um com a fábrica de compensados, outro criou uma empresa de papelão, outro cuidando do setor florestal. Além disso, depois de dez anos, já estava na hora de buscar novos horizontes, novas expectativas e fui trabalhar em outra empresa madeireira, também de compensados, numa cidade vizinha onde assumi a contabilidade.

Com relação à remuneração, se recebia os benefícios que prevê a CLT e mais o que o sindicato da madeira determinava em convenção coletiva, nada mais do que isso. Não se tinha plano de saúde ou convênio médico.

Em questão de segurança no trabalho, não posso precisar quando, mas acredito que, de 1998 a 2000 é que foram contratados os técnicos em segurança do trabalho, por coincidência também, mais uma área ocupada por profissionais de fora da região, não tenho certeza, mas creio que eram de Curitiba. Porém, há de se considerar que não havia qualificação técnica em União da Vitória. Os trabalhadores com cursos de Técnico em Segurança no Trabalho que atuam agora, são formados ainda na cidade vizinha de Porto União-SC.

Se comparar o que era o trabalho feito por aqueles técnicos de segurança com o trabalho que hoje os técnicos desenvolvem, realmente é muito grande a diferença porque, apesar de serem técnicos, pouco se falava em segurança e, na verdade isso não havia. Hoje o Técnico de Segurança do Trabalho realmente trabalha com a segurança e cobra atitudes em relação a isso.

Quanto à formação profissional, falando pelo pessoal do administrativo, também muito pouco se investiu em treinamento na época. Nos dias atuais já é bem diferente o que as empresas fazem, a qualificação necessária para poder trabalhar, infelizmente naquela época não se tinha essa visão.

Por ser uma empresa de grande porte, o que eu aprendi lá foi válido para frente, para o meu novo emprego, foi uma bagagem muito grande, pois, o que uma empresa de grande porte proporciona em questão de experiências é profissionalmente fantástico, é uma verdadeira escola, porque fazer a contabilidade de um armazém e fazer contabilidade de uma indústria é totalmente diferente.

Conforme eu disse acima, no início havia algo em torno de novecentos ou mil funcionários e depois quando saí, caiu para uns duzentos e poucos, pois havia problemas de crise mesmo. Como não houve investimento de maquinário, essa redução foi mesmo causada pela diminuição de produção e por problemas financeiros, coisas desse gênero.

Apesar de todo esforço, trabalhar com compensados ainda ficou em um processo muito artesanal. Contudo, para poder competir hoje, todas as empresas de compensados têm laboratórios próprios para fazer testagem e certificação de seus produtos, os quais são certificados até por entidades de fora do País, porque sem isso não se consegue colocar os produtos em competição internacional. Pode até conseguir, mas com preço inferior, por isso se investe muito em tecnologia, maquinário, auditoria, certificação. As empresas que não estiverem nesse patamar ficam de fora do mercado.

Complementando sobre o que você falou ali, quando eu saí, realmente eu custei a me desligar da empresa e ainda mantive contato, acho que por um ano e pouco com muitos dos colegas de lá, mas depois com o tempo cada um vai administrando a sua vida e então fui me desligando das pessoas, mas realmente eu senti muito a ausência daquela amizade que eu tinha lá dentro depois que saí.

Sobre a estrada de ferro, sei o que meus pais contaram, fora isso não sei nada. O que sei é que se tentou mais uma vez através de Ponta Grossa, fazer o retorno da estrada para transportar novamente os produtos da região aos portos através da estrada de ferro, mas foram tentativas em vão e não vingou. Hoje, se usa caminhão para levar produtos acabados para os portos. Essa é a única experiência que tenho com relação à estrada de ferro.

Sobre a falência da empresa Komadeiras S. A, efetivamente não chegou a falir, nem a encerrar as atividades. No popular, ela quebrou ao transferir para os filhos, somados à má administração e ao momento econômico. Deixaram de investir na fábrica de compensados e estão vivendo hoje de extração florestal, pois, possuem bastante reflorestamento. Esse é o novo negócio depois que cada filho assumiu uma atividade.

Sobre o impacto na vida dos trabalhadores, eu sempre morei ao lado do sindicato da madeira e posso dizer que é uma coisa triste quando se observa fila de trabalhadores na porta do sindicato porque tal empresa fechou, filas enormes de trabalhadores para fazer acerto de rescisão. Para nós, sempre foi impactante porque sabemos o quanto custa depois se arranjar um novo emprego.

Eu e todos os meus colegas que saíram recebemos todas as garantias rescisórias. Embora muitos tenham entrado com ação trabalhista, mas todos receberam. O que ocorre é que a maioria das pessoas que saíram, talvez até 80 por cento, entraram com a ação trabalhista, pedindo direitos que não lhes eram devidos, ganharam as ações e a empresa acabou pagando. Por exemplo, se a rescisão valia dez mil reais, eles ganharam quarenta mil, a maioria fez isso.

Além disso, a empresa Komadeiras S.A assumiu as dívidas de outras empresas que pertenciam aos filhos quando elas quebraram, até pouco tempo ela estava pagando essas contas. Então ela não deixou ninguém desprovido, só que teve todo seu devido tempo para pagar.

Com relação ao destino dos trabalhadores demitidos, eu posso te afirmar que as pessoas que eu conheço a maioria foi absorvida, dentro de União da Vitória e dentro das próprias empresas com atividade de madeireiras. Inclusive os da produção, queira ou não, com o tempo eles são absorvidos.

Sobre o trabalho atual, hoje eu atuo como contador de uma empresa madeireira, o que acaba sendo diferente do que eu fazia lá na década de 1990. Agora já consigo coordenar mais esse trabalho, porque a contabilidade está mais relacionada à com informática. Naquela época estava surgindo a internet, não se tinha ainda estrutura com bons sistemas de informática e contabilidade integrados, e, por isso, há um verdadeiro abismo nesse sentido entre 1990 e nossa época, porque hoje é tudo integrado, à medida que se faz uma vez, a informação percorre para todos os lados e isso facilitou bastante. Com menos gente e mais rapidez se consegue fazer, desempenhar nosso papel, embora as exigências tenham triplicadas, como por exemplo, a quantidade de informação que se tem que prestar para o fisco.

Lá ainda em 1990, na Komadeiras, havia alguns programas de computadores que eram de uma empresa de São Paulo a qual atendiam mais ou menos e depois foi desenvolvido uma empresa de software voltada à contabilidade financeira e de patrimônio em União da Vitória. Passou a ser feito tudo, para não dizer que internamente, com o auxílio dessa empresa de União da Vitória. Essas foram as mudanças que tiveram na área administrativa que passaram a investir em software e em

computadores e disso não posso reclamar, até porque era necessário para a realização do nosso trabalho.

Trabalhei um tempo no Banco do Brasil antes de ir para a empresa Komadeira S.A para então lidar com a contabilidade. A empresa que trabalho hoje é maior do que a anterior, ainda assim tem na faixa de uns 450 funcionários, que produzem mais devido à estrutura ser mais enxuta, tudo coordenado, ajustado. Hoje, consigo enxergar que uma empresa familiar como a Komadeiras S.A já não funciona, é preciso ter mais profissionalismo em cada área para funcionar.

Com relação a presença das mulheres, eu vou falar o que percebi pelo setor de administração, na fábrica eu não tinha muito contato. A administração era predominantemente formada por mulheres e, embora nem todas tivessem cargos de chefia, todas mandavam. Era um pouco complicada a relação com elas, pois pensavam que estavam num patamar acima dos demais. Isso não era uma coisa boa lá dentro, era sempre conflitante, havia muita disputa e isso prejudicou bastante na área administrativa.

Para encerrar, acredito que te respondi tudo e me coloco à disposição para responder se tiver mais alguma pergunta.

Entrevista 4

Quero parabenizar você, teus orientadores e a Universidade pelo trabalho que vem realizando, tem vista que envolve uma categoria profissional de trabalhadores muito marginalizada, no meu ponto de vista, perante à sociedade. Com relação à minha participação profissional no setor madeireiro aqui do município de União da Vitória, eu posso esclarecer que venho de uma família que já trabalhava em madeireiras. Meu pai trabalhou durante toda a vida dele, se aposentou numa empresa, numa serraria, antiga Serrarias Reunidas Irmãos Jacinto que hoje não existe mais e dentro da minha família nós éramos em quatro irmãos. Além do meu pai, eu e todos os outros meus três irmãos também ingressamos no setor da madeira.

Na década de oitenta, noventa era muito comum isto: o pai começava a trabalhar numa indústria, permanecendo durante muitos anos, vinham os filhos, que também entravam na empresa e acabava a família toda trabalhando na mesma indústria. Isso era muito comum nessa época e nós não fomos diferentes.

A única diferença com relação à minha atividade profissional, é que eu não fui desempenhar atividade no chão da fábrica, fui participar da parte administrativa da empresa, mais especificamente no setor de RH. Procurei estudar e me especializei em Recursos Humanos, ingressando com essa atividade profissional na indústria madeireira. Cumpria a jornada de trabalho, na época de 48 horas semanais que depois passou para 44. Nós tínhamos um bom relacionamento com os trabalhadores e chefia de setor. A minha remuneração era compatível com a minha atividade profissional que eu desenvolvia no escritório das empresas.

Eu trabalhei mais especificamente em três empresas do setor da madeira em União da Vitória, apenas isto. Posteriormente a isso, ingressamos na década de 1990 na representação sindical da categoria.

Então com relação ao primeiro ponto, da parte da nossa trajetória pessoal no setor da madeira, mais ou menos bem resumidamente é isso que eu tenho a relatar.

Com relação à tecnologia na indústria madeireira, é evidente que com o passar dos anos o maquinário passou se modernizar, a finalidade dela é aumentar a capacidade produtiva das empresas e isso, no meu ponto de vista, houve dois viés: primeiro é que a máquina substituiu o homem. Um torno, por exemplo, que laminava uma tora, empregando de 15 a 18 trabalhadores, com a máquina moderna as tarefas passaram a ser executadas por apenas um trabalhador.

Isso foi um dos fatores que ajudou a reduzir o número de trabalhadores. A tecnologia trouxe a modernidade, mas acabou reduzindo o número da mão de obra no setor produtivo das empresas. Porém, era uma questão inevitável e o tempo realmente mostrou que as empresas que não se modernizaram no seu maquinário estavam fadadas ao fechamento, tendo em vista que não haveria como competir no mercado com relação à produtividade com maquinário antigo.

Então esse foi um dos fatores relevantes que fez com que reduzisse o número de trabalhadores. A tecnologia resultou em maior produtividade, mas pagamos um preço muito alto com a redução da mão de obra operária no setor produtivo das fábricas.

Abordando o outro tema aqui que me foi colocado a respeito da falência da indústria madeireira, pessoalmente não coloco dessa forma como falência. É quase que uma extinção natural das empresas que não se modernizaram e que passaram a administração para a segunda ou terceira geração familiar, o que era muito comum aqui no setor madeireiro. Creio que isso também atingiu a gestão dessas empresas, as quais acabaram desaparecendo do mercado de trabalho, muitas vezes causadas por inadimplência, por gestão ou por não atualizarem suas tecnologias, seus maquinários.

Na década de 1980 até o ano de 1990, período que eu estava nas empresas, em União da Vitória a mão de obra no setor madeireiro girava em torno de oito mil trabalhadores. Hoje, pelos dados do Caged nós temos em torno de três mil e quinhentos trabalhadores. O que foi que aconteceu

Na verdade, o setor madeireiro se renovou, se adaptou à nova realidade econômica do País e as empresas que aqui estão gerando esses três mil e quinhentos empregos, são empresas sólidas, modernas e que vão permanecer aqui por muito tempo. Eu diria que um comparativo da década de mil novecentos e noventa ao ano de dois mil e dez ou até nos dias de hoje, essas empresas absorveram boa parte da mão de obra das que encerraram suas atividades. E os trabalhadores buscaram novas alternativas, novas fontes de trabalho, muitos saíram do município, foram procurar outros tipos de trabalho fora da cidade.

Mas esta cidade se mantém e hoje o setor da madeira em União da Vitória e região continua ainda sendo um dos pontos mais fortes na economia, com representatividade, em que pese tenha diversificado com a indústria extrativa, a erva mate que já domina mais a região. Além disso, vieram faculdades novas, o que permitiu novo mercado de trabalho, com outras opções, contribuindo com o desenvolvimento da cidade. Portanto, eu não afirmaria que essas empresas simplesmente sumiram ou faliram por alguma razão, mas é realmente essa situação que percebo com relação ao setor madeireiro.

Eu diria que um dos principais aspectos que tem que ser considerado e merece toda a atenção na economia da região de União da Vitória ainda é a indústria da madeira.

Com relação a minha atividade profissional, logo após a greve geral decretada em 1989, por conta daquela inflação absurda que o país passava e os salários dos

trabalhadores eram corroídos, sacudindo União da Vitória, uma cidade extremamente conservadora, assumimos a representação sindical dos trabalhadores nas indústrias da construção e estamos até hoje.

Por força da nossa função que simboliza um papel importante na representação sindical, o de negociador, ingressamos na faculdade de Economia, a primeira faculdade que abriu aqui em União da Vitória. Posteriormente, concluímos a faculdade de Direito, com especialização em Direito do Trabalho, tendo em vista de que são atividades essenciais para um dirigente sindical poder conduzir e representar com autonomia e dignidade uma categoria profissional. Em qualquer categoria profissional se o dirigente não tiver essa formação, fatalmente esta não terá a sua representação legítima e não terá conquistas obviamente.

Podemos dizer que esses trabalhadores do setor da madeira seguem uma convenção coletiva de trabalho que assinamos todos os anos. É uma convenção que traz em seu bojo questões da segurança no trabalho, maiores condições de trabalho no setor produtivo e acima de tudo um salário que está acima dos estipulados pelo piso regional e pelo salário-mínimo. Na convenção coletiva de trabalho há uma classificação profissional na qual o trabalhador tem o direito de que a sua carteira de trabalho seja efetivamente assinada de acordo com sua profissão: operador de máquinas, gerente, encarregado de setor e assim por diante. Portanto, essa convenção é uma ferramenta importante na conquista dos trabalhadores aqui de União da Vitória, da qual cuidamos com muito carinho e zelo para garantir os direitos desses trabalhadores.

O que eu posso acrescentar ainda sobre essas empresas que por algumas razões fecharam suas portas, encerrando suas atividades, seus os trabalhadores tiveram seus direitos resguardados, Recebendo FGTS, férias, verbas decorrente de ações ajuizadas, pois, as empresas que estavam inadimplentes ainda possuíam um patrimônio que garantiu o pagamento rescisório desses trabalhadores, tendo o sindicato desempenhado um papel importante na mediação entre empresas e justiça do trabalho a fim de garantir os direitos desses trabalhadores.

Eu diria que poucos trabalhadores perderam algum direito em decorrência do fechamento de alguma empresa em União da Vitória. Acredito que os que não receberam estão recebendo, pois, só aqui no sindicato tramita hoje em torno de 1 500 ações trabalhistas e, que de certa forma, os trabalhadores têm recebido seus direitos decorrentes dessas ações.

Quanto à origem dos trabalhadores, são trabalhadores da região de União da Vitória. Como eu havia dito, na época lá de 1980 até 1990, ou 2000. O pai começava trabalhando, o filho entrava na empresa, dois ou três deles ingressavam na mesma fábrica e por lá permaneciam trabalhado durante muitos anos. Depois de 2010 isso mudou, é muito difícil encontrar trabalhador jovem no setor das fábricas de madeira com mais de cinco ou dez anos de trabalho nesse mesmo ramo. O trabalhador de hoje é jovem, é de União da Vitória, ou da região, porém, não fica por muito tempo no setor da indústria madeireira, ele faz dela um trampolim para ter acesso a uma oportunidade melhor de emprego e essa oportunidade existe porque ele vai estudar, se especializar em outra atividade para que possa ter uma condição melhor de vida. A fábrica é apenas uma passagem.

Ainda é possível dizer que com a família da região mesmo, muitos dos mais antigos se aposentaram e continuam trabalhando de autônomos, existem muitos aposentados que continuam trabalhando nas indústrias madeireiras que permaneceram com as portas abertas, mas que continuam por aqui, sendo poucos os que foram embora.

Sobre as mulheres nas fábricas, posso te dar uma informação mais atual. Posso te dar uma pesquisa e ela pode servir como parâmetro, mas sobre nossos filiados. O sindicato possui em torno de 1600 trabalhadores associados que são sindicalizados e desses, temos em torno de 450 mulheres que atuam no setor produtivo das empresas. Essas mulheres, têm a garantia do salário previsto na convenção coletiva. Se trabalha como operadora de máquina, ela vai ganhar o salário equivalente ao estipulado pela convenção coletiva, não há um salário diferenciado entre o trabalhador e a trabalhadora no setor da madeira.

Assim, encerrando, fico a tua disposição, se você precisar de alguma coisa a mais que esteja no nosso alcance, para concluir ou para enriquecer mais o teu trabalho, estamos a tua disposição.

Entrevista 5

Primeiramente, antes de dar o meu depoimento, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar contribuindo com esse trabalho. Meu nome é Iracema, tenho quarenta anos, quatro filhos, uma neta, sou natural de Porto União e meus pais também são da região, eles são naturais de Videira SC, vieram para este lugar quando éramos criança e aí permanecemos.

Quando criança nós íamos até a Madeireira Cedro Verde e Cia Ltda para fazermos visitas técnicas e sempre eu olhava de fora para dentro, via aquelas mulheres datilografando, na nossa época ainda era datilografando, e dentro do meu ser eu dizia um dia vou trabalhar aí. E, então, a gente joga os nossos desejos para o universo. Fui embora da cidade, trabalhei na Celulose Serra Bem por quatro anos e em várias outras empresas fora de Porto União e de União da Vitória, quando retornei, consegui entrar na Cedro Verde.

Então, nos anos de 2006 a 2012 eu permaneci nessa empresa trabalhando, da qual eu me orgulho muito e fico muito triste por tudo que aconteceu porque tive minha última filha durante esse tempo, por isso, é uma empresa que significa muito para mim, como pessoa física e também como profissional porque foi a empresa em que eu sempre sonhei em trabalhar, mas eu não sabia que era uma empresa tão boa de se trabalhar.

Minha jornada semanal era de seis horas, trabalhava em dois turnos, das sete às treze ou das treze às dezenove. Naquele tempo eu era muito nova ainda, mas me recordo em ter muita satisfação de ter trabalhado nessa empresa.

O clima organizacional era tumultuado porque falando sobre as pessoas da família dos diretores, naquela época, eram três irmãos que eram os donos. Um deles morreu, assumindo seu lugar o seu filho, que é o seu Romeu e os outros irmãos ainda continuaram, mas os filhos desses irmãos também estavam na empresa, assim, eram muitas pessoas mandando. Porém, quem possuía a maior parte era o seu Romeu.

Além dessa estrutura familiar, havia os três filhos de um irmão, mais três filhos de outro e esposa do seu Romeu o que fazia com que a família Cedro Verde formasse uma escala muito grande de pessoas que administravam a empresa.

Mas mesmo com toda essa hierarquia, formada por gente muito simpática que mandava em nós, a nossa empresa era um lugar que nós tínhamos satisfação porque éramos bem remunerados e lá dentro nós éramos uma família. E seu Romeu era o pai chato, quando ele chegava parecia uma casa em que todo mundo está fazendo bagunça,

o pai chega e fica aquele silêncio. Quando estávamos em festa, em comemorações, víamos um dos carros dele chegando, já sabíamos todos, o porteiro ligava e cada um corria para o seu lugar, fingindo que nada estava acontecendo.

Esse era o clima organizacional, muito bom, no qual eu cresci muito profissionalmente e como pessoa. Como eu era a mais nova, convivi com profissionais de trinta, quarenta anos de empresa, os quais me ajudaram muito nesse crescimento.

Então, falando da minha remuneração na época em que eu trabalhava na Cedro Verde, em 2012, para fazer uma comparação, os industriais têm uma política de pagamento de salário, eles pagam um salário X para o trabalhador na Carteira de Trabalho e outro tanto por fora. Na Madeireira Cedro Verde não, nós recebíamos tudo no contracheque.

Enquanto na última empresa que eu trabalhei recentemente com quarenta anos de idade, na minha Carteira de Trabalho ficou registrado mil e trezentos reais, da Madeireira Cedro Verde saí recebendo 1548 reais na Carteira de Trabalho, mais 150 ou 200 reais de vale alimentação, mais plano de saúde e se precisasse, vale transporte. Então nós tínhamos um respaldo muito bom em benefícios.

Falando da segurança no trabalho, nós tínhamos uma vez a cada seis meses o nosso médico do trabalho que ia até a empresa, fazíamos o exame auricular e os exames clínicos. Como nós éramos telefonistas e trabalhávamos muito, naquela época eu tinha 18 ramais e 75 linhas para cuidar, eu e minha colega fazíamos audiometria a cada três ou quatro meses. Eles tinham um cuidado bem grande com a nossa audição, devido ao excesso de tempo no telefone.

Eu trabalhava no escritório como telefonista, então toda essa movimentação que teve quando a empresa entrou em falência, nós pudemos acompanhar porque tudo começou ali em 2008 para 2009 e eu estava grávida da minha última filha. O filho do seu Romeu tinha muito medo que acontecesse alguma coisa com a minha gestação porque como todos tinham mais idade, algumas aposentadas e ainda trabalhando, havia duas ou três que tinham uns 24 ou 25 anos como eu que tinha 28 na época, acabavam se preocupando comigo, o que demonstrava cuidado.

Naquela ocasião que seu Romeu foi preso, foi por briga política que começaram a persegui-lo. Ele começou a ter dificuldades para pagar as suas contas e o sindicato pressionou-o, pois, estávamos sem receber os pagamentos. Seu Romeu dizia assim: vocês são do escritório, vocês têm uma condição melhor. Então, vamos pagar o chão de fábrica e vocês vão esperar. Então, não tínhamos mais naquela época em 2009 para 2010, a certeza se íamos receber ou não. Sabíamos que haveríamos de receber, mas não quando. Só que seu Romeu sempre tentou da melhor maneira possível nos ajudar.

Então existem muitos rumores sobre seu Romeu, mas não é verdade, porque a vez que os funcionários adentraram a empresa, quebraram o portão e entraram, ele se reuniu numa sala com a esposa, naquele tempo eu já trabalhava numa sala ao lado e uma coisa que nunca vou esquecer foi que eu vi o seu Romeu chorar. Ele dizia: meu pai não me deixou essa empresa para acontecer isso. Poucas pessoas viram essa cena, eu, e mais algumas outras que estavam ao redor. Então, se dependesse dele não tinha fechado a fábrica e estaríamos até hoje, só que como eram muitas pessoas na administração, cada uma levava um pouco, por exemplo, vinham os de São Paulo, Ah, quanto é o teu cavaco? É 100 reais a tonelada. Não, então você me dá 80 reais e eu fecho o negócio para você por 180. Combinado, 80 reais ia para o bolso de um, 90 ia para o bolso de

outro, então era muita propina e acabou que todo mundo só pensava em si, tanto que hoje eles têm resorts, têm várias coisas e eles são muito ricos, exceto seu Romeu.

Então eles enriqueceram, só que eles esqueceram da gente. E o seu Romeu nunca esqueceu, tanto que ele vendeu até seus bens materiais para poder pagar as dívidas, mas chegou um ponto que ele não conseguia mais.

Quando eu entrei na empresa havia 1800 empregos diretos, fora os indiretos, nós tínhamos as fazendas, a empresa de pasta mecânica, era tudo muito grande. Quando eu saí, estávamos em 410 trabalhadores. Então foram 1400 colaboradores que tiveram que sair, havia pai de família chorando, emoção. Até me emociono porque fomos convidados a nos retirar, mas não queríamos ter saído

Hoje quando nos reunimos com os mais antigos que trabalharam 25 ou 30 anos na Cedro Verde, um olha para o outro e sente aquela nostalgia, porque empresa como aquela, nunca mais União da Vitória vai ver uma igual, nossos líderes da cidade pensam cada um em si e não como o seu Romeu pensava. Coisas simples como uma cesta básica, um chester no final do ano. Isso pode não parecer nada para nós porque o meu esposo é funcionário público e temos uma condição de vida melhor, meus filhos trabalham, mas e aqueles pais de famílias que só tinham o salário da fábrica? Para eles uma cesta básica, um chocolate para o filho no final do ano, uma palavra de reconhecimento, como muito obrigado por fazer parte dessa empresa, era tudo. Isso nós tínhamos na Cedro Verde e que em outras empresas não tem.

A Cedro Verde para mim, foi a melhor empresa que já trabalhei, mais que qualquer outra. Eu me orgulho muito de ter feito parte dessa empresa por seis anos e se ela não tivesse fechado eu estaria lá até hoje.

Então não é a cidade que é problemática, são os que estão comando. A partir do momento que uma cidade sai do comando de pessoas que impõe o coronelismo impõe suas vontades, a cidade começa a crescer, mas aqui em União ainda não está nesse estágio.

O motivo da saída da empresa, foi ali em 2010, minha filhinha estava com um pouco mais de 2 anos e a RH chegou e falou: você quer continuar aí trabalhando ou quer trabalhar de secretária do engenheiro, só que eu não te garanto se é para ser um mês, três meses ou uma semana, eu te aconselho a sair, do contrário você vai ficar sem receber nada. Ela falou assim: você tem seis anos de trabalho, vai dar um bom valor no acerto de contas, vamos pagar tudo para você, inclusive Fundo de Garantia e Seguro Desemprego. A minha saída da empresa aconteceu em outubro de 2012 e depois da demissão, eles ficaram me devendo ainda, mil e pouco de Fundo de Garantia e mais três vale alimentação que valia 600 reais na época, mas eu não cobrei isso porque eu não ia querer entrar na justiça pelo tanto que eles fizeram por mim e por minha família, então por gratidão, às vezes as pessoas dizem, ah que burra , mas eu não acho, porque cada vez que um empregador faz algo a mais pelo funcionário, penso que é uma questão de bom senso e eu perdi muito pouca coisa quando saí, entre aspas, acho que foi de 1300 a 2 mil reais, mas o restante recebi. Saí chorando e lá as pessoas também, porque eu não gostaria de ter saído, algumas coisas são muito tristes de se ver, porque nos orgulhávamos de vestir a camisa, de trabalhar nesse local.

Os impactos dessa empresa ter fechado suas portas em União da Vitória foram catastróficos porque teve pais de família que nunca trabalharam com carpintaria e tiveram que aprender, na época não tinha tantas empresas, agora já tem algumas, mas nesse tempo não, e tinha as empresas que faliram e não pagam até hoje, temos o caso da

empresa ... uma empresa bem complicada que os donos foram embora e deixaram famílias até sem décimo terceiro salário.

Nós tivemos que migrar, como se fôssemos do paraíso ao inferno. Em 2012 comecei a trabalhar lá na área industrial de Porto União, numa outra empresa, foi bem difícil a adaptação porque eu estava acostumada a trabalhar seis horas por dia e ganhar 1600 reais por mês, aí passei a trabalhar numa empresa que em que trabalhava nove horas por dia e ganhava mil reais ao mês, fora as questões de adaptação com as pessoas da indústria, por isso foi bem complicado. Mesmo assim, agradeço porque aprendi bastantes coisas, foi ali que me tornei RH e pude trabalhar e ganhar experiência nesse setor também. Depois trabalhei nas empresas ...e ... e fui fazendo a minha carreira profissional.

Mas como falei, o fechamento da Cedro Verde foi uma catástrofe na vida de todas as pessoas e do comércio também, porque nós tínhamos convênio com quase todas as lojas, farmácias e supermercados da cidade e nesse momento que o seu Romeu ali em 2010 pra 2011 começou a cortar, meu Deus, além de nós, o comércio também começou a sentir porque havia empresa do comércio que sobrevivia só com o que a Cedro Verde pagava a cada 15 dias. Como dizia o Mestre..., um senhorzinho de idade que eu conheci desde que cheguei lá, ele chora e diz: lembra quando nós trabalhávamos lá e víamos o dinheirinho de 15 em 15 dias? Agora acabou.

Na última empresa que trabalhei, o mesmo cavaqueiro recebe cheque pré-datado para quarenta dias, sendo que na Cedro Verde o trabalho dele era pago à vista. Então, já para cidade e para nossa região foi uma perda muito grande, só que como eles tiveram uma queda gradativa, a partir de 2008 até 2013, o impacto foi acontecendo lentamente.

Um dos principais motivos, de a empresa ter fechado foi má administração, não do seu Romeu, mas por ele não ter força, não conseguir, entre aspas, brecar os primos que também são pessoas boas, mas que só queriam o venha nós o vosso reino. Se cada um tivesse trabalhado com honestidade, hoje essa fábrica seria uma das maiores da região, quem sabe a maior do Paraná. Eu tenho certeza disso, por convicção, pelo que presenciei lá dentro eu sei que o que levou a Cedro Verde à falência foi o egoísmo, o egocentrismo dos líderes, dos chefes da empresa que não souberam olhar para os funcionários. Tanto que o setor de cavacos e o setor de compensados fecharam em 2007, pois eram liderados por um dos primos que, na mesma época, comprou um prédio no Rio de Janeiro, sendo dois pesos e duas medidas.

Sobre a segurança do trabalho, todos os funcionários a cada seis meses faziam exames periódicos e quem trabalhava com ruído fazia audiometria, e isso foi crescendo, conforme a empresa foi evoluindo eles foram solicitando mais cuidados sobre riscos ergonômicos, sobre questões de periculosidade com produtos químicos e tínhamos todos os EPIs necessários dentro da empresa. Havia um técnico de segurança por turno no setor de papel e um no setor de compensados, fazíamos ginástica laboral todos os dias, mesmo eu trabalhando no telefone eu participava, nós tínhamos a parada da segurança, então essa questão de segurança no trabalho era uma questão bem cuidada na empresa, mesmo no final eles tentavam fazer os exames certinho. Havia um bom suporte.

Com relação às tecnologias, na verdade os equipamentos, não eram novos, mas eles já tinham uma tecnologia mais avançada do tempo, no final já não investiam mais, mas quando eu entrei em 2006, sempre estavam comprando máquinas novas, construíram a termoelétrica que gerava energia e que agora está parada, fizeram os

tanques novos, todas as máquinas ali tinham sinalizações de periculosidade e tal. Conforme o passar do tempo foi evoluindo, eram máquinas de escrever, passaram para computadores, depois computadores novos, o meu PABX era o único da cidade que tinha a tecnologia com a qual a gente trabalhava. Os telefones que usávamos também eram novos, investiam bastante em internet, aquele tempo ainda estava no início, então na medida do possível, investiam bastante no frete, balanças novas, fizeram um posto de saúde dentro da empresa, fizeram estacionamento, bicicletário, o refeitório novo onde pagávamos de três a vinte e cinco centavos pela refeição e o alimento era bom, balanceado, então havia investimento em tecnologia até que começou a decair.

Quanto ao meu trabalho atual, durante 22 anos eu trabalhei no administrativo de várias empresas e desde abril deste ano eu trabalho em home office, marketing digital, estou bem satisfeita, decidi ficar em casa, dando um tempo para ver se consigo encarar esse desafio de marketing digital, pois, meus filhos já iniciaram nisso e como eu estava parada, trabalhar celetista já não compensava, porque tinha que ir muito longe de casa, até quatorze quilômetros às vezes e é uma rotina que desanima porque não se vê reconhecimento humano ou valorização pessoal. O custo de vida da região é baixo, mas ganha-se muito pouco. Em outras cidades aqui ao lado, os funcionários já estão ganhando de 1800 a 2000 reais e por aqui as meninas vendedoras de loja, não desmerecendo, trabalham de domingo a domingo para ganhar 1300 reais e isso é desumano, vergonhoso na verdade. Então prefiro trabalhar um pouco para mim, como MEI, adquiri um computador e agora vou ver no que que vai dar.

O que eu trouxe das empresas que trabalhei foi tudo o que eu aprendi no administrativo, porque na faculdade é bastante teórico, por isso agradeço muito a todas as empresas que trabalhei até agora, principalmente a Cedro Verde, com certeza os outros entrevistados dirão a mesma coisa.

Sobre minha formação, depois que as crianças estavam crescidas, voltei para sala de aula e me formei em 2017 em Processos Gerenciais pelo Senac de Porto União. Quando minha netinha ficar maior quero ver se faço uma especialização ainda, pois sou muito nova para não estudar mais.

Sobre o destino das pessoas, várias delas tiveram que se adaptar, algumas passaram a vender salgadinhos, outros foram trabalhar de pedreiro ou carpinteiro, algumas foram para a área industriai de União da Vitória e Porto União, outros montaram suas próprias empresas, cada um tentou se adptar. Como tem a Celulose Serra Bem aqui próximo e é uma empresa grande, uns 18 ou 20 que eu conheço foram para uma empresa de Irani - SC, há quem foi trabalhar em Três Barras, SC, em Malet - PR, então cada um foi procurando seu melhor posto e foram se dispersando.

A questão das mulheres na fábrica, tínhamos as meninas da produção, dessas algumas foram para lojas, outras foram bater chapas de compensados na área industrial de Porto União, as que eram mais velhas acabaram se aposentando ou gozando porque já estavam aposentadas e continuavam trabalhando, as líderes não trabalham mais, não conseguiram se encaixar no mercado de trabalho, é meio mesclado o que aconteceu com elas, mas não conseguiram mais ser líderes em outras empresas porque não sobram oportunidade, se tem ali quarenta e cinco ou cinquenta anos e vai tentar em outro segmento não consegue migrar, então com 45 anos está velha já? Aqui em União da Vitória é assim, porque eles que acham a empresa precisa de um visual e que os jovens, por serem mais bonitos atendem esse aspecto, eles chamam os jovens para trabalhar até pelas emissoras de rádio, mas os jovens não querem trabalhar porque não dão folga e

querem que essas crianças trabalhem como boi, aí eles não param nos empregos, principalmente de supermercados.

Quanto ao salário, as mulheres do escritório ganhavam menos que os homens. Nós tínhamos essa diferença, os meninos ganhavam duzentos, trezentos reais a mais que as meninas. Por quê? Porque elas eram mulheres. Existia essa política ainda no escritório e na fábrica também, os masculinos recebiam um pouco mais do que as mulheres. Você acredita que na área industrial de Porto União até hoje é assim? E olha que tem mulher que trabalha mais do que homem e não há um motivo plausível pra isso.

Se quiser saber mais alguma coisa pode perguntar, estou à disposição. Se acaso faltar alguma coisa, você me pede e eu complemento daí.

APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS CURITIBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA (PPGTE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da pesquisa: DA ORIGEM À QUEDA DA INDÚSTRIA DA MADEIRA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA-PR: PARA ONDE FORAM OS/AS TRABALHADORES/AS**?**

Pesquisador(es/as):
Mestrando: Acir Batista Moreira
Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxx Curitiba - PR
Professora Dra. Marilene Zazula Beatriz (Orientadora)

Local de realização da pesquisa: União da Vitória-PR

Esta será uma pesquisa em domicílio do colaborador, via plataforma Google Meet.

Bem-vindo a esta Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, para a qual o Sr. está sendo convidado. A UTFPR, por meio do PPGTE – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, representada pelo pesquisador Mestrando Acir Batista Moreira e sua Orientadora Professora Doutora Marilene Zazula Beatriz, tem a grata satisfação em convidá-lo a participar desta Pesquisa em Tecnologia e Trabalho.
Este documento, denominado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tem a finalidade de informar e esclarecer os critérios de sua participação, seu compromisso com a pesquisa, seus direitos e sua liberdade em participar deste estudo.

1. **Apresentação da pesquisa.**

   Esta pesquisa pretende analisar os fenômenos e as causas do fechamento das madeireiras da região de União da Vitória-PR, olhando pelo ângulo dos trabalhadores, escutando suas narrativas, registrando suas histórias nas fábricas, suas relações de trabalho, suas experiências com as tecnologias e suas expectativas de trabalho pós - fábricas.

2. **Objetivos da pesquisa.**

Este estudo tem como objetivo geral : compreender, por meio da História Oral, a história dos/as trabalhadores/as que vivenciaram o fechamento das indústrias madeireiras, localizadas em União da Vitória, no Estado do Paraná, no período de 1990 a 2010.

Os objetivos específicos situam-se em:

1. Levantar as razões para o fechamento das madeireiras, sob o ponto de vista dos trabalhadores/as;
2. Analisar as tecnologias típicas da época e suas relações com os/as trabalhadore/as;
3. Compreender para onde foram os/as trabalhadores/as assalariados das madeireiras após o fechamento:
4. Identificar que tipo de atividades desenvolvem nos dias de hoje;
5. Compreender se as tecnologias utilizadas nas fábricas de madeira para gerar desenvolvimento, contribuíram com a geração de trabalho, renda e estabilidade financeira dos seus trabalhadores?

3. Participação na pesquisa

Sua participação nesta pesquisa se dará da seguinte forma: deveríamos marcar encontros para conversar sobre sua história de trabalho nas fábricas de madeiras. Porém, em função do isolamento imposto pela pandemia do Covid-19, você participará via sala de reunião do Google Meet, em horário combinado anteriormente por telefone. Você será convidado para participar da reunião, na qual, depois de esclarecermos os termos de participação, conversaremos de forma espontânea sobre assuntos relacionados ao trabalho, suas relações e às tecnologias da fábrica. Da parte da universidade, poderá ter mais de uma pessoa participando. Da sua parte, caso queira a presença de mais alguém, precisaremos combinar antes, pois, devido ao uso de imagens e falas constantes na reunião, a pessoa também precisará de preencher o termo de consentimento TCLE. Lembrando que a reunião será gravada para posterior análise e interpretação das falas, as quais serão transcritas, interpretadas e antes de serem publicadas retornam para sua aprovação, caso queira excluir alguma parte. Ainda, ressaltamos que, caso não se sinta bem por algum motivo durante a conversa, você pode pedir para interromper a reunião e recomeçar mais tarde.

4. Confidencialidade.

Para que sua participação seja de forma autônoma, consciente e livre, esclarecemos neste documento, de forma transparente, suas dúvidas e garantimos seu direito ao sigilo e à confidencialidade. Isto é, que sua fala, sua imagem e sua identidade sejam preservadas, reservando-lhe o direito ao anonimato, conforme preveem os critérios de participação em pesquisa.

5. Riscos e benefícios

Sua participação não deverá incorrer em nenhum risco físico. Contudo, pode apresentar algum desconforto psicológico ou algum constrangimento a depender da interpretação das questões levantadas no decorrer do diálogo ou da exposição de falas. Solicitamos que caso ocorra algo semelhante seja comunicado imediatamente ao pesquisador, ou posteriormente à Instituição para as providências necessárias.
No que diz respeito aos benefícios, além de poder acrescentar tal evento em seu currículo, sua participação contribui com relevância para o fortalecimento da ciência e da pesquisa, uma das atividades essenciais da Universidade.

6. Critérios de inclusão e exclusão

a) Inclusão:
Estão incluídos nesta pesquisa, homens e mulheres acima de dezoito anos, que trabalharam um tempo aproximado de dez anos nas fábricas de beneficiamento madeiras no município de União da Vitória-PR, bem como representantes de organizações sindicais que representem os/as trabalhadores/as e pesquisadores/as.
b) Exclusão:
Estão excluídas desta pesquisa, pessoas com idade inferior a dezoito anos, trabalhadores/as que tenham trabalhado menos de cinco anos nas fábricas de madeiras. Tal critério se deve ao fato de o tempo de trabalho incorporar vínculo suficiente para contribuir com os objetivos da pesquisa.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo

Esclarecemos que como participante desta pesquisa, você terá o direito de deixar este estudo a qualquer momento que lhe convier, terá a liberdade de retirar ou excluir expressões, parte ou totalidade de uma fala que considerar não pertinente e o direito também de receber informação, seja ela de que cunho for, em qualquer das etapas da pesquisa.
Você pode assinalar o campo a seguir, para receber o resultado desta pesquisa, caso seja de seu interesse :
( ) quero receber os resultados da pesquisa (email para envio :_____)
( ) não quero receber os resultados da pesquisa

8. A) Ressarcimento e indenização

O item ressarcimento cabe ao participante quando envolve despesas de deslocamento, estada, alimentação, ou o consumo de materiais para a efetivação da pesquisa. No caso desta pesquisa, não está previsto tais situações, mas evidencia-se o direito.

Considera - se situação de indenização, casos em que a pesquisa venha causar prejuízo material, físico ou moral ao participante, o que se espera que também não seja o caso desta pesquisa. Porém, fica evidenciado como direito do participante, a indenização em casos semelhantes.

ESCLARECIMENTOS SOBRE O COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:
O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) é constituído por uma equipe de profissionais com formação multidisciplinar que trabalha para assegurar o respeito aos seus direitos como participante de pesquisa. Ele tem por objetivo avaliar se a pesquisa foi planejada e se será executada de forma ética. Se você considerar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você foi informado ou que você está sendo prejudicado de alguma forma, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR). **Endereço:**Av. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Bairro Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, **Telefone:** (41) 3310-4494,**e-mail:** coep@utfpr.edu.br.

B) Consentimento

Eu, _____ , declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às questões a propósito da minha participação direta na pesquisa e, adicionalmente declaro ter compreendido o objetivo, a natureza e os riscos a que estou sujeito. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo, benefícios, ressarcimento e indenização (Excetuando-se os casos do item 8- A), relacionados a este estudo.

Nome Completo: _____
RG:_____Data de Nascimento:___/___/_____Telefone:_____
Endereço: _____
CEP:_____ Cidade:_____ Estado:_____
Assinatura: _____ Data: ___/___/_____

Eu, Acir Batista Moreira, declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Acir Batista Moreira

Assinatura pesquisador (a): _____ Data _____:
Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Acir B. Moreira, via e-mail: acirbatmoreira@gmail.com ou telefone: 42 XXXX- XX69.

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos para denúncia, recurso ou reclamações do participante pesquisado:
Comitê de Ética em Pesquisa que envolve seres humanos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR)
Endereço:v. Sete de Setembro, 3165, Bloco N, Térreo, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR. **Telefone:** 3310-4494. **E-mail:**coep@utfpr.edu.br

APÊNDICE 3 – Roteiro da entrevista

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - CAMPUS CURITIBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA

ACIR BATISTA MOREIRA

Roteiro da entrevista

Objetivo geral

Compreender, por meio da História Oral, a história dos/as trabalhadores/as que vivenciaram a falência das indústrias madeireiras, localizadas em União da Vitória, no Estado do Paraná, no período de 1990 a 2010"

E como objetivos específicos:

A) Compreender como era trabalhar na Indústria madeireira antes da sua falência;

B) Analisar as tecnologias típicas da época adquiridas para gerar riquezas na indústria e no entorno da cidade; se elas contribuíram com a geração de trabalho, renda e estabilidade financeira dos seus trabalhadores/as?

C) Levantar as razões para a falência das madeireiras, sob o ponto de vista dos/as trabalhadores/as; e compreender para onde eles foram depois.
D) Identificar que tipo de atividades desenvolvem nos dias de hoje;

Observação: Não há tempo exato estabelecido para a produção da narrativa. Porém, é aconselhável que não seja superior a duas horas.

Antes de responder as questões da entrevista, diga:

Nome completo _____

Idade:_____

Natural: _____

Gênero: _____

Estado civil: _____

Escolaridade: _____

Contato telefônico ou email _____

Qual Indústria madeireira trabalhou? _____

Cargo/função_____

Tempo de trabalho na empresa? _____

Quando saiu? _____

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA MADEIREIRA NA REGIÃO

Como você percebe a movimentação da Indústria Madeireira na Região de União da Vitória no período 1990 a 2010?

2. TRABALHO NA INDÚSTRIA MADEIREIRA

Fale livremente sobre o tempo em que trabalhou na indústria madeireira. Diga como foi sua experiência, que funções exerceu, quanto tempo trabalhou, enfim, o que você desejar falar sobre esse tempo ou essa etapa da sua vida

g) jornada semanal de trabalho
h) sobre a formação profissional
i) clima organizacional – relações com chefia e colegas de trabalho
j) remuneração e benefícios sociais (justa, injusta, adequada, etc)
k) cuidado/prevenção com a saúde do trabalhador; segurança no trabalho;
l)

3.TECNOLOGIA NA INDÚSTRIA MADEIREIRA E EM SEU ENTORNO

Fique à vontade para falar sobre a relação com as máquinas da fábrica. Se as funções que você exerceu, exigiam alguma qualificação técnica, isto é, o domínio de alguma máquina, quais eram elas, quais outras máquinas ou aparelhos que você dominava e se você acha que as máquinas eram importantes para reduzir o peso das tarefas sobre os ombros dos seus colegas operadores, considerando o tempo da jornada diária.

Como você percebe a tecnologia da implantação da Estrada de Ferro, dos maquinários, etc. para a Indústria Madeireira?

4. SOBRE O FECHAMENTO DA INDÚSTRIA MADEIREIRA:

4.1 Você fazia parte do quadro de funcionários quando a Indústria Madeireira fechou as portas? Conte como foi este momento.

4.2 Senão era mais funcionário, como soube da falência e como foi sua reação?

- . Gostaria que você falasse sobre o motivo da saída da empresa, quando foi e se ao sair, você recebeu todas as garantias da lei (FGTS, férias, décimo terceiro) e se isso foi de forma serena, cordial.

4.3 Na sua opinião, qual/quais foi/foram o/os impacto/s do fechamento da Indústria Madeireira:

- na sua vida,
- na vida dos trabalhadores em geral (ONDE FORAM OS TRABALHADORES)
- na região?

4.4 Na sua opinião, quais foram as razões para o fechamento da Industria Madeireira na região?

5. TRABALHO ATUAL

Fale sobre a atividade que você desenvolve atualmente.

5.1 Se as funções que você exerceu na indústria de madeira e as experiências que teve naquela empresa tem alguma influência na escolha e no conhecimento, na técnica das atividades que você desenvolve agora e se você faz uso de alguma tecnologia que não usava antes.

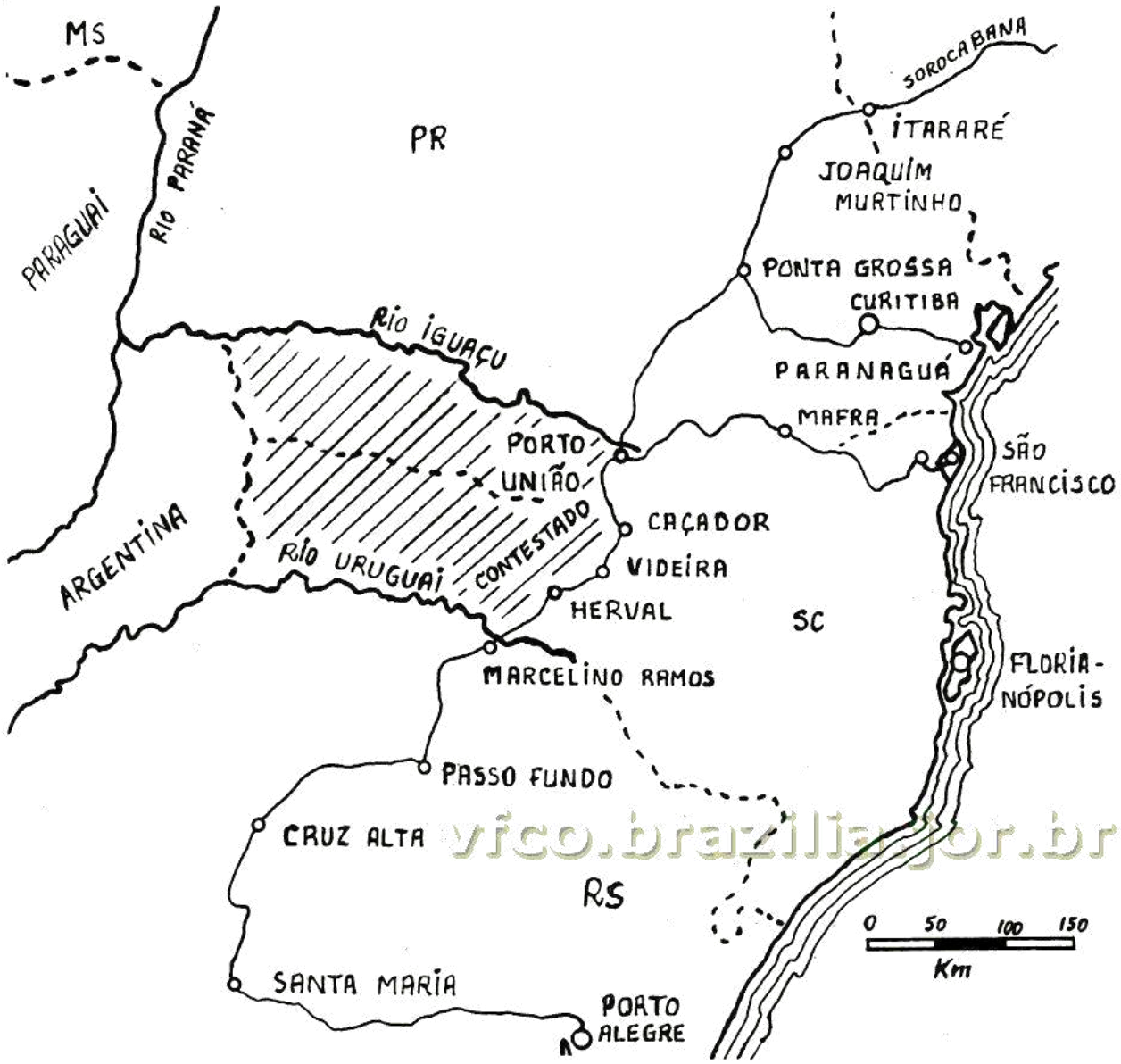
5.2 Tem conhecimento sobre o destino dos demais trabalhadores?

5.3 Havia mulheres trabalhado no setor que você trabalhava? Pode falar como era a relação com elas? Como você imagina que elas se sentiam trabalhando com os homens?

6. RELATO LIVRE.

6.1. Você pode falar agora livremente sobre algum assunto que eventualmente não tenhamos sugerido, como por exemplo, sobre algum fato que marcou a tua passagem pela empresa, sobre algum fato que não esteja diretamente ligado àquela empresa que você trabalhou, o reflexo no comércio local, etc.

ANEXO 1 – Mapa e cronologia da ferrovia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG)



vico.brazilianjor.br